



UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE
CAMPUS MATA NORTE
PROFHISTÓRIA - MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

FLÁVIO DANIEL ALMEIDA PERNAMBUCO

**O GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964 NO BRASIL: ENTRE O REVISIONISMO
HISTÓRICO E IDEOLÓGICO EM SALA DE AULA**

Nazaré da Mata - PE 2024



UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE
CAMPUS MATA NORTE
PROFHISTÓRIA - MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

FLÁVIO DANIEL ALMEIDA PERNAMBUCO

**O GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964 NO BRASIL: ENTRE O REVISIONISMO
HISTÓRICO E IDEOLÓGICO EM SALA DE AULA**

Dissertação apresentada ao Programa Nacional de Mestrado Profissional em Ensino de História — ProfHistória, da Universidade de Pernambuco *Campus* Mata Norte, como requisito a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.
Área de concentração: Ensino de História. **Linha de Pesquisa:** Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientador: Prof. Dr. Karl Schurster

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte
Biblioteca Mons. Petronilo Pedrosa, Nazaré da Mata – PE, Brasil

P452g Pernambuco, Flávio Daniel Almeida
 O golpe civil militar de 1964 no Brasil: entre o revisionismo histórico
 e ideológico em sala de aula. / Flávio Daniel Almeida Pernambuco –
 Nazaré da Mata, 2024.
 137 p. : il.

Orientador: Prof. Dr. Karl Schurster

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Pernambuco, Campus
Mata Norte, Mestrado Profissional em História, Nazaré da Mata, 2024.

1. Ensino de história. 2. Golpe civil militar de 1964 no Brasil. 3.
Revisionismo. 4. História do tempo presente. 5. Educação midiática I.
Schurster, Karl (orient.). II. Título.

CDD 907.1

Bibliotecária Responsável: Luciene Aquino – CRB-4/2207

FLÁVIO DANIEL ALMEIDA PERNAMBUCO

**O GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964 NO BRASIL: ENTRE O REVISIONISMO
HISTÓRICO E IDEOLÓGICO EM SALA DE AULA**

Dissertação apresentada ao Programa Nacional de Mestrado Profissional em Ensino de História — ProfHistória, da Universidade de Pernambuco *Campus* Mata Norte, como requisito a obtenção do título de Mestre em Ensino de História. **Área de concentração:** Ensino de História. **Linha de Pesquisa:** Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientador: Prof. Dr. Karl Schurster

Aprovado em: 27/08/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Karl Schurster (Orientador)
UPE/*Campus* Mata Norte

Profº. Dr. Diego Leonardo Santana Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura (Examinador Interno)
UPE/*Campus*

Nazaré da Mata - PE 2024

Dedico esta dissertação aos meus pais, aos meus irmãos Fábio e Paula Pernambuco, aos meus filhos Daniel e Laura Pernambuco e a minha esposa Simone Pernambuco. Aos meus amigos do ProfHistória da UPE, ao meu orientador e aos docentes e discentes deste país comprometidos a mudarem esse quadro de intolerância, ódio e de ataques à democracia.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação só foi realizada graças ao apoio e colaboração de várias pessoas, às quais expresso minha mais profunda admiração e gratidão.

Meus agradecimentos vão para os que me apoiaram, incentivaram em todos os sentidos ao longo desta jornada acadêmica. Primeiramente, agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Karl Schurster, por sua orientação perspicaz, paciente, desafiadora e pelos conhecimentos compartilhados, seu apoio pessoal, intelectual foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também aos meus amigos, em especial, a Edilene Nunes, pelo apoio na construção deste trabalho.

Aos meus queridos companheiros de turma do ProfHistória 2022, em especial, Frederico Alves e Karine Ferreira, ao Laboratório do Tempo Presente pela ajuda com os posicionamentos críticos ao longo dessa jornada, e pelos valiosos debates, orientações que enriqueceram minha pesquisa.

Agradeço também aos professores do ProfHistória pelas aulas inspiradoras e pelo incentivo constante à pesquisa e ao aprendizado.

Agradeço, ainda, ao meu pai (*in memorian*), Paulo Pernambuco por ter me apresentado o mundo dos livros, a minha mãe, Nelcila Pernambuco por ser um exemplo de retidão, empatia e defesa da justiça social, e pelo apoio incondicional em todas as etapas da minha vida, aos meus irmãos: Paula Pernambuco pela postura aguerrida, lutadora e inspiradora de sua vida, ao meu irmão Fábio Pernambuco por ser minha referência enquanto pessoa e professor-educador. Vocês são a base de todas as minhas conquistas.

Aos meus filhos: Daniel Pernambuco e Laura Pernambuco pelo carinho e por entenderem a minha ausência em alguns momentos; a minha esposa Simone Pernambuco, pelo apoio incondicional não somente pelo companheirismo, amor e afeto. Todos vocês foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, meu muito obrigado.

“.... É vital o historiador lutar contra a mentira. O historiador não pode inventar nada, e sim, revelar o passado que controla o presente às ocultas”.

Eric Hobsbawm

RESUMO

Este trabalho pretende abordar os conceitos de revisionismo histórico e ideológico acerca do Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil e suas implicações no ensino de história em sala de aula. Para tanto, ancorou-se em estudiosos como Fico, Aarão, Bauer, Napolitano, Schurster, Silva, Cerri, entre outros. Dessa forma, partiu de uma revisão bibliográfica para apropriar-se de conceitos que foram assimilados, e assim, permitiram a construção deste trabalho que pode ser entendido como uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e que apresentou como resultado a necessidade de trabalhar o revisionismo para assim, despertar o pensamento crítico-reflexivo por meio do aprendizado histórico. Ademais, observou-se que as obras didáticas deveriam ser analisadas com o intuito de compreender como o Golpe Civil Militar estava sendo abordado em sala de aula e auxiliar na construção do produto final apresentado: o Glossário temático sobre os revisionismos a respeito do movimento armado em 1964 no Brasil. Após a conclusão deste trabalho percebeu-se que o tema revisionismo não é trabalhado em sala de aula, configurando uma lacuna em relação ao combate da disseminação de ações do revisionismo ideológico, negacionismo histórico, além das *Fakes News*.

Palavras-chaves: Ensino de História; Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil; Revisionismos; História do Tempo Presente; Educação Midiática.

ABSTRACT

This work aims to address the concepts of historical and ideological revisionism regarding the 1964 Civil Military Coup in Brazil and its implications for teaching history in the classroom. To this end, it was anchored in scholars such as Fico, Aarão, Bauer, Napolitano, Schurster, Silva, Cerri, among others. In this way, it started from a bibliographical review to appropriate concepts that were assimilated, and thus, allowed the construction of this work, which can be understood as a qualitative research of a bibliographical nature and which presented as a result the need to work on revisionism in order to, unleash critical-reflective thinking through historical learning. Furthermore, it was observed that the didactic works should be analyzed with the aim of understanding how the Civil Military Coup was being approached in the classroom and assisting in the construction of the final product presented: the Thematic Glossary on revisionism regarding the armed movement in 1964 in Brazil. After completing this work, it was realized that the topic of revisionism is not discussed in the classroom, creating a gap in relation to combating the dissemination of actions of ideological revisionism, historical denialism, in addition to Fake News.

Keywords: History Teaching; Civil Military Coup of 1964 in Brazil; Revisionisms; History of the Present Time; Media Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Capa do livro de Alfredo Boulos.....	47
Figura 2 -	Participantes da Marcha da família com Deus pela liberdade na cidade de Santos.....	53
Figura 3 -	Discurso de João Goulart na Passeata dos 100 mil.....	54
Figura 4 -	Repressão contra estudantes na Candelária.....	55
Figura 5 -	Coleção Multiversos – Ciências Humanas 2020.....	57
Figura 6 -	Coleção Conexões – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – 2020.....	62
Figura 7 -	Abordagem didática acerca das <i>Fake news</i>	63
Figura 8 -	Como explorar o material.....	64
Figura 9 -	Exemplo de actividade.....	66
Figura 10 -	Print da postagem: Acesso em 31 de julho de 2024.....	71
Figura 11 -	Print da tela inicial do glossário (App).....	86

LISTA DE SIGLAS

ABEC	Associação Brasileira de Educação e Cultura
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CBAs	Comitês Brasileiros pela Anistia
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DSI	Divisão de Segurança e Informações
LDB	Leide Diretrizes e Bases da Educação
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachusetts
MNU	Movimento Negro Unificado
ONHB	Olimpíada Nacional de História do Brasil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacional
PNLD	Programa Nacional de Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
SMAP	Seção de Meios Auxiliares e Publicações
SNI	Sistema Nacional de Informações
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TIS	Tecnologia da Informação
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO: O ENSINO DE HISTÓRIA E O GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964 NO BRASIL: entre o revisionismo histórico e ideológico e a história do tempo presente.....	18
3	REFERENCIAL TEÓRICO: ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO.....	39
4	REFERENCIAL TEÓRICO: EDUCAÇÃO MIDIÁTICA, TDIC, O ENSINO DE HISTÓRIA E O COMBATE AO REVISIONISMO IDEOLÓGICO.....	67
4.1	DESINFORMAÇÃO NÃO É LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....	70
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS NA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO PRODUTO.....	73
5.1	DESCRIÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLA QUE FOI APLICADO O PRODUTO.....	74
5.2	RELAÇÃO DA PESQUISA COM O PRODUTO.....	76
5.3	SOBRE A SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	77
5.3.1	Identificação.....	79
5.3.2	Objetivos.....	79
5.3.3	Metodologia.....	80
5.4	SOBRE O PRODUTO.....	82
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
	REFERÊNCIAS.....	91
	APÊNDICE A.....	94
	APÊNDICE B.....	116

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, um dos desafios de maior relevância enfrentados pelo professor de história diz respeito ao cenário político polarizado, o qual se encontra permeado por tendências revisionistas que, por sua vez, conduzem ao afastamento do discente tanto do entendimento da ciência histórica quanto da promoção da dignidade humana.

A História do Tempo Presente tem sido um campo da história bastante experimentado, tendo em vista possibilitar elucidações, e a apresentação de caminhos acerca das razões e do entendimento do crescimento das tensões travadas entre professores e alunos em sala de aula, que para muitos educadores das ciências humanas, tais tensões têm origem nas disputas de narrativas, muitas dessas de origem revisionistas, sobretudo a de cunho ideológico.

Esse quadro tem suscitado novas questões e desafios, especialmente, em relação a questão do aprofundamento conceitual a respeito dos revisionismos, assim, entendemos a real necessidade de se explorar o assunto, principalmente, em sala de aula na educação básica, em especial, no 3º ano do Ensino Médio.

Segundo Barbosa (2022, p. 306) as inquietudes lançadas pelos estudos sobre os revisionismos datam desde o século XIX, atravessando o século passado, sobretudo, após a II Guerra Mundial. Ao longo desse período alguns historiadores lançaram mão de conceitos sobre os revisionismos, classificando-os como histórico e ideológico.

O revisionismo histórico conota a prática intrínseca ao historiador, que reside na capacidade de abordar os eventos históricos por meio de uma análise problematizadora, sob a influência das demandas do presente. Nesse contexto, o historiador se engaja na pesquisa, revisão e diversificação das narrativas sobre os eventos passados, enquanto mantém constantemente em consideração as imperativas exigências impostas pelo rigor metodológico da disciplina científica.

Já o revisionismo ideológico utiliza-se de mecanismos para negar fatos evidenciados, reconhecidos ao longo da ciência da história com a promoção de mentiras por meio de inúmeras técnicas de desinformação.

Partindo da compreensão dos conceitos de revisionismos, a presente dissertação tem por objetivo propiciar a o professor-historiador, docente do ensino

básico, estratégias de ensino para mitigar as tensões que ocorrem em sala de aula quanto a abordagem do Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil.

Assim, o problema central desta dissertação é compreender de que forma o revisionismo histórico e ideológico afeta o ensino do golpe civil-militar de 1964 no Brasil em sala de aula, e quais são os impactos dessa abordagem na formação da consciência histórica dos estudantes? O problema também engloba as tensões, nas narrativas, seja de cunho revisionista ou ideológica que impactam a compreensão dos alunos em especial do 3º ano do Ensino Médio em sala de aula, como essas perspectivas influenciam a formação do pensamento crítico dos alunos e como o professor pode lidar com essas divergências para garantir uma abordagem múltipla, fundamentada dos fatos históricos.

Além disso, de posse dos conceitos, possibilitar aos alunos uma formação holística acerca do debate revisionista quanto ao Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil por meio de um banco de dados contendo terminologias, verbetes conceituais em um glossário construído mediante interação entre professor e aluno, utilizando como ferramenta digital o Mit App Inventor, essa mantida pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Assim, criar condições na formação dos discentes quanto a reflexão e o combate aos revisionismos de natureza ideológica em sala de aula, sobretudo aqueles que questionam à ciência, os fatos históricos, e, em particular, sobre o Golpe Militar no contexto histórico da Ditadura Civil militar de 1964, no Brasil.

Objetiva-se aqui criar estratégias como estabelecer um ambiente crítico-reflexivo que respeite os diferentes pontos de vista advindos dos discentes e que possibilite as distinções entre os revisionismos para assim, lidar com esse agudo fenômeno social do revisionismo ideológico no tempo presente e que vem a dificultar o ensino de história em sala de aula, de forma a permitir aos alunos condições de desenvolverem um pensamento crítico diante das inquietudes sociais e políticas em que vivemos.

Outro ponto a ser discutido nesta dissertação perpassa pelo entendimento das tensões que ocorrem em sala de aula quanto a abordagem do Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil, ontem e hoje.

Para isso, um dos caminhos apontados, passa pelo estudo da análise da história do tempo presente, como afirma Bédarida: “A história do tempo do presente tem como principal questão as demandas sociais apresentadas pela sociedade,

levando o historiador a refletir sobre a noção da responsabilidade social” (Bédarida, 1995, p. 75).

Os meandros que surgem da história do tempo presente nos permitem constituirmos em sala, uma aula voltada para a construção da consciência histórica, a fim de diminuir revisionismos que deturpam operações historiográficas.

O fenômeno do revisionismo, particularmente, o ideológico, tem aumentado no mundo, e, no Brasil, não tem sido diferente, como aponta Marcos Napolitano (2021). Esse aumento considerável dos revisionismos tem ganhado espaço no cenário político e junto com ele, um trabalho intenso de propagação de notícias falsas¹.

A defesa da ditadura militar e de torturadores tem sido pautas recorrentes desde as últimas eleições onde vimos nos discursos do ex-presidente Bolsonaro, claras apologias a um torturador que participou ativamente da ditadura civil militar de 1964, em nosso país. É preciso levar em conta que tal postura, aumentou a negação, o negacionismo e os revisionismos referentes ao Golpe Civil Militar de 1964, como também, acerca da ditadura militar, com exaltações que ferem o estado democrático de direito.

Destacamos, ainda, que o revisionismo histórico se fundamenta em uma argumentação lógica, calcado em métodos, onde, se faz necessário, o exercício do historiador, entretanto, o discurso revisionista ideológico contribui para práticas negacionistas, disseminação de notícias falsas e desestabilização da população, uma vez que persegue acadêmicos, nega as fontes legítimas e que tem um propósito de alterar “verdades históricas”, o que acarreta em sérios problemas como aponta Rollemberg; Cordeiro (2021, p. 60):

Compreendido ali como uma forma de retomar o passado visando, exclusivamente, às batalhas políticas e ideológicas do presente, por vezes, negando crimes ou determinados eventos históricos; por vezes, minimizando ou relativizando sua importância ou as responsabilidades do Estado e da sociedade.

¹ Comumente entendemos *fake news* por notícias falsas, ou seja, em seu sentido lato, entretanto na contemporaneidade há vários tipos de *fake news*, e dos mais variados assuntos, que por sua vez, são motivados por questões políticas, econômicas, culturais, entre outras, como aponta Rafael Cardoso Sampaio em *Dicionário do negacionismo no Brasil* (2022). De certa forma ao lançar mão do conceito de notícias falsas, em contrapartida, lançamos a ideia de notícias verdadeiras, entretanto entendemos por notícias verdadeiras todas àquelas que carregam em seu bojo uma estrutura rígida quanto ao processo de averiguação dos fatos, a análise e métodos científicos, referenciados por estudiosos comprometidos eticamente. Outrossim, as notícias verdadeiras estão imbuídas de múltiplas evidências, como defendido por Bloch em sua obra *Apologia da história ou o ofício do historiador* (1997).

A elucidação advinda dos conceitos de revisionismos, como: o histórico e ideológico nos permitem compreender os discursos existentes no tempo presente. Diante de todas essas questões, como apresentar o golpe e a ditadura civil-militar para alunos do Ensino Médio tem sido um importante desafio para os docentes.

Além da apresentação e discussão acerca dos conceitos relacionados ao Golpe Civil Militar de 1964 e seus revisionismos é também abordado a importância de levarmos para sala de aula as propostas advindas da educação midiática como veículo de construção de uma postura ativa por parte de todos, em especial, os alunos, fomentar nos mesmos a capacidade de filtrar, estabelecer critérios na hora de consumir informações, praticar o ato da acuracidade que é o de construir uma cultura de buscar a comprovação dos fatos, sobretudo os que rapidamente se tornam virais.

A relevância deste estudo está embasada na necessidade de levarmos para a sala de aula os conceitos de revisionismos quanto ao golpe civil militar, de tratarmos os temas sensíveis e de disputas de um passado que se apresentam cheio de narrativas ideológicas no tempo presente. Essas, em sua maioria, que concorrem a um uso do passado caracterizado por negar, falsificar ou relativizar a experiência do Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil, principalmente por meio da massificação das informações pelas plataformas digitais.

Ao longo da pesquisa identificamos que o referido tema do Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil e suas tensões tem sido bastante recorrente por profissionais da área do ensino de história, a exemplo das dissertações apresentadas pelo Programa do ProfHistória, não muito quanto a temática do revisionismo, como Genari (2018) com o tema: *Revisionismo, memória e ensino de História da Ditadura civil-militar – por uma prática politizante*; e, Nascimento (2021) com o tema: *Ensino de História e audiovisual: um roteiro para a leitura de 1964 – O Brasil entre armas e livros*. Observamos também interesse de outras áreas quanto a questão dos revisionismos, como na área jurídica.

As contribuições teóricas perpassam pelos estudos apresentados por especialistas da área do ensino de história quanto ao do Golpe no Brasil, a exemplo das obras de Caroline Bauer, Alessandra Gasparotto que de forma elucidativa trouxeram os conceitos de revisionismos, apontando suas diferenciações dentro do contexto do golpe, da ditadura e da importância de tratarmos os temas sensíveis em sala de aula que envolvem a necessidade da construção e do

entendimento de outros conceitos, como o de memória, memória coletiva, opinião, senso comum e ciência.

Quanto ao entendimento das visões críticas do golpe e de seu conceito utilizamos em boa parte da dissertação um diálogo com as ideias apresentadas pelo historiador Carlos Fico.

Além disso, houve também um diálogo com as obras dos autores Karl Schurster e Francisco Carlos Teixeira Silva, em especial, no livro: *Passageiros da Tempestade: fascistas e negacionistas no tempo presente*. Parte de suas ideias apontam uma urgência em estudarmos a respeito das “experiências fascistas que ressurgem por meio de um “rememorar”, reconfigurado por um olhar que deposita novos sentidos a práticas e políticas que culminaram em ódio e na morte de milhões de indivíduos” (Schurster; Silva, 2022, contracapa). Ambos alertaram para a importância de identificarmos: “a instrumentalização do fascismo pela política em diversos locais do mundo em nossos tempos presentes” (Schurster; Silva, 2022, p. 23).

Os fascismos no Brasil e no mundo perpassam pela defesa do autoritarismo, da arbitrariedade, da difamação do regime democrático e, sobretudo, por práticas revisionistas ideológicas, em nossa sociedade por meio da massificação de informações através das redes sociais. Os fascismos à brasileira carregam a ideia da defesa da ditadura militar, da prática revisionista ideológica de que não houve golpe e sim, revolução. Daí a importância de trabalharmos a ideia conceitual e a diferenciação do que é golpe e revolução.

O presente trabalho dissertativo está estruturado em 3 capítulos, após esta introdução, e a estrutura do trabalho da seguinte maneira:

O Capítulo 1 apresenta as leituras e os percursos seguidos, dialogando com textos de teóricos relevantes a respeito do ensino de história, revisionismos, golpe civil militar, os fascismos ontem e hoje, as tensões em torno de temas sensíveis em sala de aula, e apresenta também os principais pontos abordados na produção desta pesquisa.

O Capítulo 2 apresenta de forma analítica considerações de livros didáticos trabalhados e sugeridos em sala de aula em uma escola da rede pública de ensino de Pernambuco quanto ao tema do Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil. Partimos da ideia de como é tratado a questão do golpe, relacionando-o com a questão dos revisionismos, registrando se os livros atuais trazem discussões acerca dos

revisionismos e a questão das correntes fascistas nos dias de hoje.

O Capítulo 3 discorre a respeito da importância de levarmos para a sala de aula a prática da cidadania que é a de promover a educação midiática em conjunto a apreensão dos saberes históricos, descreve detalhadamente os métodos utilizados para a realização da pesquisa e da sequência didática, que tem como proposta dar o suporte para realização do produto: o Glossário que traz termos relevantes acerca do entendimento do tema proposto via ferramenta digital *Mit Inventor Edu*. Seguido dos apêndices que trazem o passo a passo na construção do Glossário, da disponibilização do App na *Play Store* e da lista de possíveis termos a serem utilizados no aplicativo.

Por fim, as considerações finais que analisam os resultados acerca do uso dos textos dialogados e sintetizam as principais construções de ideias que resultaram desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: O ENSINO DE HISTÓRIA E O GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964 NO BRASIL: entre os revisionismos históricos e ideológicos e a história do tempo presente

“Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial, na
aparência singelo. E examinai,
sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de
hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem
sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade
consciente, de humanidade desumanizada, nada deve
parecer natural nada deve parecer impossível de mudar”
(Bertolt Brecht).

A indiferença e apatia por parte dos discentes têm sido muito comuns nas aulas de história. Como também em relação aos docentes são inúmeras as condições apresentadas por especialistas da educação que apontam os fatores que contribuem para a acomodação e neutralidade também dos educadores.

Segundo o educador Paulo Freire a acomodação ocorre quando os educadores adotam uma postura bancária, tratando os alunos como um repositório de conhecimento passivo, em vez de promover uma abordagem interativa, mais participativa e dialógica, já em relação a neutralidade Freire defende a ideia de que os educadores não podem ser neutros, pois estão inseridos no contexto político e social (Freire, 1968).

Há outros motivos em jogo que permitem concluirmos a presença da acomodação e da neutralidade por parte de alguns docentes de história nos dias hoje. O quadro da polarização política, das guerras de narrativas, muitas dessas oriundas de plataformas que aceitam usuários fascistizantes, sobretudo na Internet, com as redes sociais, produções midiáticas, plataformas de ensino com conteúdo pautado no revisionismo ideológico, em que inviabiliza o espaço de diálogo e de confiança recíproca. Muitos permanecem em condição de inércia para não se envolver em situações de conflitos e polêmicas. Abrindo mão de uma das principais funções da educação que é a de prover reflexão crítica através do saber histórico.

O historiador francês Marc Bloch em sua obra não finalizada: *Apologia da História ou o ofício de historiador* analisa a importância da História e como ela influencia na compreensão do presente. Seguindo esse pensamento, entendemos

que são as inquietudes do presente que possibilitam análises do mundo que nos cerca, seja as que convergem para permanências ou as que provocam rupturas e mudanças do nosso cotidiano.

Tal fato se dá, em virtude de algumas visões históricas sobre o passado serem mais propensas a disputas de grupos de pessoas do presente. As recorrências de eventos históricos, que com variações e transformações no presente provocam mudanças significativas, permanências e rupturas, como também, direcionamento do rumo político a fim de preservar estruturas de poder.

Trabalhar em sala de aula, o tema do Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil, ainda se tem exigido um grande esforço, por parte do professor, no processo de ensino-aprendizagem, indo além do que é de costume do que lhe é atribuído como o domínio de conteúdo e controle da sala. Assim, uma abordagem ampla se faz necessária, uma vez que o tema hoje, mais do que antes, tem sido objeto de discussão por parte de vários agentes de nossa sociedade.

Como foi dito o tema do golpe civil-militar e o seu uso do passado têm-se caracterizado por negar, falsificar ou relativizar a experiência ditatorial no Brasil, sendo muito comum a evocação de argumentos que reivindicam a necessidade de intervenção civil militar de 1964, em função da “ameaça comunista”, argumento utilizado demasiadamente pelos golpistas às vésperas do ato, como também nos dias atuais, somado a ideia de que o Brasil vai virar uma Venezuela, em função de muitos correligionários de partidos de direita e de extrema direita argumentarem que o referido país é uma ditadura.

A sala de aula é uma extensão do espaço público, um lugar de fronteiras sensíveis e de disputas ideológicas, onde há o confronto entre as interpretações que circulam em nossa sociedade, provenientes de diferentes experiências, memórias e opiniões, bem como, das diferentes formas de enxergar o mundo.

Alessandra Gasparotto e Caroline Bauer (2021) promovem a reflexão a respeito dos temas sensíveis como o da ditadura civil militar, que se enquadra, por si só, dentro de teias negacionistas e revisionistas ideológicas. Os demais discursos acerca dessas ideias contrárias a ciência da história são pautados numa construção de inverdades, por meio da censura, da divulgação de informações falsas, da romantização da nossa história, como o discurso que levanta elementos para a ideia de uma democracia racial brasileira, que forjaram e ainda forjam representações

latentes em um país que em via de regra não sabe conceituar, aplicar as ideias a respeito de memórias, opinião (senso comum) e história.

Cada vez mais a sala de aula tem sido um espaço de disputas de narrativas, entretanto, isso não é nenhuma novidade, mas nessa conjuntura sociopolítica tem-se acentuado. Há um emaranhado de temas, termos referentes à produção de informações que distorcem a história enquanto ciência. Registramos termos como: negacionismo, revisionismo histórico e ideológico, memória, história, historiografia, temas sensíveis e *Fake News*.

Na visão de Barbosa (2022, p. 306-307), em linhas gerais:

O revisionismo histórico, em seu sentido lato, não é algo de novo na historiografia. Debates, refutações hermenêuticas, desconstruções de teorias sempre fizeram parte de uma prática pública, aberta, onde os debates e fontes são publicizados e debatidos sob um guarda-chuva comum: o compromisso com a busca ou o horizonte da veracidade dos fatos.

Por outro lado, o negacionismo ou revisionismo ideológico nega ou atenua fatos a partir de concepções fechadas, onde as convicções valem mais que as provas. Quando há possibilidade de provas, elas são fabricadas, manipuladas e distorcidas sem pudor para serem encaixadas em conceitos preconcebidos, em (pré) conceitos.

É bem verdade que o professor com o seu manejo, com sua experiência proselitista age como um mediador de conflitos, sendo que na prática em muitos casos, o rumo da aula toma inúmeros caminhos diferentes daquilo que ele planejou. O que nos preocupa enquanto professor, é quando esse “desvia” dos alunos, evitando possíveis conflitos, agindo assim, só como transmissor de conteúdo e, por sua vez, quando o aluno “desvia” do professor, por não buscarem o debate, provocando assim, uma apatia em sala de aula, e com isso, alunos e professores não têm mais o mesmo ímpeto para com o aprendizado (Costa Júnior *et al.*, 2021).

A indiferença tem tomado conta de boa parte da sociedade, a não preocupação e ação quanto a manutenção da verdade dos fatos, radicalmente comprovados cientificamente tem dado lugar a naturalização das mentiras, as *Fakes News*.

Outro fator preocupante perpassa por aqueles alunos mais engajados, mesmo que inconscientemente, com o revisionismo ideológico, que passam a liderar uma parcela significativa da turma, desdenhando dos demais assuntos e das colocações do docente. Uma vez identificado o referido quadro, um dos caminhos além da conceituação dos termos revisionismos, que pode e deve ser seguido pelo

professor é o da temática da empatia histórica.

Em relação à abordagem da empatia histórica como combate aos revisionismos ideológicos e o negacionismo histórico, historiadores como R. G. Collingwood, Marc Bloch, Carlo Ginzburg discutiram a importância de compreender as diferentes perspectivas históricas para evitar deturpações e manipulações ideológicas. Eles enfatizam a necessidade de uma abordagem empática para uma compreensão mais precisa e justa do passado promovendo uma compreensão mais autêntica do passado, evitando, diminuindo a manipulação ideológica e fornecendo uma base concreta para combater o revisionismo ideológico e os negacionismos (Napolitano, 2021).

Napolitano (2021); Bauer (2016), entre outros, apontam que boa parte dos argumentos revisionistas, negacionistas apresentados pelos alunos em sala de aula advém das plataformas digitais. Observa-se que esses alunos, buscam informar-se por meios midiáticos de extrema-direita, que buscam levar os jovens a compreender a história através de textos e notícias desconexas, sem aprofundamento, com ausência de documentos, fontes comprovadas e referendadas historicamente por pares. Um exemplo de revisionismo ideológico é o *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* de autoria de Leandro Narloch (2011) que falsifica o passado, negando eventos diversos da história brasileira, ao falar sobre o passado.

Os revisionismos ideológicos mais contundentes e identificáveis, como o *Guia Politicamente Incorreto* ou o fenômeno *Brasil Paralelo*, devem ser pensados no campo de uma história pública como um conhecimento para-acadêmico socialmente produzido, de natureza conservadora. [...] Para tal, a estratégia da direita e a extrema-direita diante da pauta historiográfica progressista (de matriz marxista ou não) e da abordagem que a caracteriza — o criticismo contra as estruturas de dominação — é individualizar e diluir responsabilidades além de sugerir que o conhecimento histórico é apenas uma questão de “guerras de narrativas” (Napolitano, 2002, p. 126-127).

Em um país como o nosso onde as disputas eleitorais estão bastante acentuadas, a disputa pelo uso do passado é em sua maioria objeto de estratégias ideológicas de ultraconservadores que por meio do negacionismo iniciam um processo de tentativa de “fascitização das relações sociais, da forma como compreendemos o mundo e de como tentamos ressignificar o passado tentando regenerar, limpar o presente de um passado indesejado” (Silva; Schurster, 2022).

O papel do professor diante desse quadro conflituoso seria o de encurtar as disparidades e de combater o processo de polarização engessada que extingue a

razoabilidade do discurso científico. Nessa parte do processo de obtenção de competências, o docente, como agente político, deverá agir sempre com ética, justiça e democracia, trabalhando com conteúdos críticos em sala de aula. Assim, trabalhar o golpe civil militar permite abordar de forma correlata outros assuntos de extrema importância como o dos fascismos em curso no mundo, contribuindo no formar de cidadãos críticos e de novas gerações conscientes dos direitos e deveres (Silva; Schurster, 2022).

No Brasil, comumente são defendidas narrativas que diminuem ou tentam inviabilizar as lutas das minorias, por exemplo, quando se fala em racismo é comum escutarmos que tudo é racismo, que tudo é *Mimimi*, ou seja os fascistas de plantão são contrários a tudo que está fora da heteronormatividade da sociedade, e o mundo perfeito é visto como prejuízo à sociedade. Francisco Carlos Teixeira e Karl Schurster em *Passageiros da Tempestade* (2022) apontaram a existência de narrativas como uma resignificação do fascismo que por si só se metamorfoseia de acordo com o que se apresenta na sociedade, seja na linguística, nos comportamentos, nos vieses, tudo é visto como um enredo pelos fascistas.

Os supracitados historiadores entendem que os fascismos fazem parte da longa duração da ciência da história, da mesma forma entendem que o Golpe Civil Militar no Brasil se enquadra nessa leitura temporal dos acontecimentos, o referido evento é parte de um dos momentos traumáticos e sensíveis da história imediata brasileira, logo é um dos fenômenos do tempo presente por permitir correlações entre os fatos do passado e do presente, por multiperspectivas que vão além tão somente da ciência histórica, como da sociologia, da literatura, da música, da arte, entre outras.

Ainda tendo por base as inferências dos autores Silva; Schurster (2022) vemos de forma bastante semelhante tanto os fascismos como o Golpe Civil Militar no Brasil foram e continuam a ser uma “soma de eventos que atravessam os séculos XX e XXI. O primeiro é um fenômeno secular que parte da Marcha sobre Roma, em 1922, até a Marcha e a invasão ao Capitólio, em 2021”. O segundo, no Brasil, parte do fatídico 31 de março de 1964 até recentemente ao 08 de janeiro de 2023 com a invasão e a destruição do Supremo Tribunal Federal, Congresso Nacional e o Palácio do Planalto. Todos esses eventos são apontados pelos historiadores citados como avanço da extrema-direita no mundo e que devem ser estudados à luz da história do tempo presente.

A história do Tempo Presente é uma vasta e profunda rede de processos históricos que não se limita a um processo “imediato”, de superfície, que se passa aos nossos olhos; há uma profundidade, estrutural, e ser explorada, formada de enlaces do presente para o passado (Silva; Schurster, 2022, p. 276).

Os eventos estudados e apresentados por Silva; Schurster (2022, p. 277) no capítulo 11 do livro *Passageiros da Tempestade: facistas e negacionistas no tempo presente*, a respeito da continuidade e disseminação dos fascismos e negacionismos nos dias de hoje têm em comum:

- Exclusão;
- Ausência de compaixão;
- Negação da ciência;
- Desdém completo pela dor do outro;
- E uma permanente atribuição ao outro do “sofrimento” social.

“Os fascismos, ao contrário de outras manifestações políticas do séc. XX e agora do século XXI -, trabalham junto às massas com a irracionalidade, a contradição, a mentira, o implausível e o medo” (Silva; Schurster, 2022, p. 277).

O fascismo, como já foi dito, se metamorfoseia, toma cores e formatos diferentes ao longo do tempo, suas características permeiam as emoções dos indivíduos, permitem levar a crença de que a quem segue é diferente e especial diante dos outros. Seus atores utilizam-se de parte da história de maneira intencional e sorrateira para justificar suas ações, ou seja, praticam o revisionismo ideológico a fim de atender seus interesses e cooptar pessoas para disseminar suas ideias e de proporcionar a chegada de líderes que comungam dessas práticas ao poder, mantendo assim, uma engrenagem onde a sua força motriz são as postagens inverídicas, a tão chamadas *Fake News*, que ganharam espaço, sobretudo, no âmbito das plataformas digitais (Silva; Schurster, 2022).

O fascismo leva a comportamentos pensados e desejados a um caminho oposto o da construção da cultura, do conhecimento e o da consciência histórica. O que leva um grupo dito evangélico a fazer um símbolo de armas, com as mãos em uma Igreja? O que leva uma pessoa que prega os ensinamentos de Cristo a defender a ideia de que bandido bom é bandido morto, contrariando todo o ensinamento cristão, ao invés da ideia de que o bom seria um bandido recuperado pela palavra? O que leva um grupo de pessoas a dizer que vive em uma ditadura do judiciário e defende a volta do regime militar? Responder a essas perguntas não é

nada fácil e vai além do próprio conhecimento historiográfico, haja vista envolver comportamentos a serem estudados pela área da psicanálise, antropologia, sociologia, ou outras áreas que se debruçam sobre a análise de pessoas que estão propensas a viverem em uma condição de medo, a não romperem determinadas posições, a se sentirem confortáveis onde estão, mesmo que tal posição venha a prejudicar ou não permitir o crescimento de alguém ou de outrem. Hannah Arendt alertou principalmente a respeito do comportamento do homem médio esse propenso as maiores atrocidades e que iria muitas vezes além daquilo que estava sendo proposto, onde as ideias que o formaram permitem que em defesa delas ajam com arbitrariedade diante de seus inimigos (Souki, 1998).

A leitura a respeito da relação entre massas e medos nos permitem entender melhor esse quadro:

O papel das massas populares, e seus sentimentos/emoções, é, assim, fundamental para o entendimento dos fascismos, para a explicitação do apoio, do comportamento e, da mesma forma, da resistência e da revolta. O sentimento de transbordamento cultivado antes pelos programas de rádio, hoje pelas televisões, em especial pelos “telepastores”; apela para a paixão, a irracionalidade emocional e a fé das grandes massas” (Silva; Schurster, 2022, p. 279).

“A história e o historiador do tempo presente não trabalham com periodização, mas sim com a construção de sensibilidade para compreender a noção do tempo, relacionando com o seu objeto de investigação” (Silva; Schurster, 2022, p. 280).

Os estudos dos revisionismos em relação ao Golpe Civil Militar no Brasil permitem entender a importância de entrelaçarmos as nuances do fato passado com o do fato presente; os recentes acontecimentos que se desenvolveram na história do nosso país, que vai do fatídico 31 de março de 1964 aos 08 de janeiro de 2023. No primeiro resultou em golpe e posterior ditadura; o segundo, apesar ainda de ser bastante recente, enquanto objeto de estudo da história imediata, permite tirarmos evidências históricas, tendo em vista as ações diretas dos envolvidos possuírem um *modus operandi* bastante semelhante com o de 60 anos atrás. Como, a ideia de um inimigo a ser combatido, a agenda que tudo é culpa do comunismo, somados a questão do globalismo que segundo os negacionistas e revisionistas ideológicos de plantão defendem a sua extinção (Silva; Schurster, 2022).

As discussões sobre os fascismos e os negacionismos à luz da história do tempo presente nos permitem se aproximar de uma conclusão quanto a relação direta que a prática revisionista ideológica a respeito do Golpe Civil Militar de 1964

têm com os fenômenos sociais, assim expressamos a importância do trabalho acerca dessa temática, em conjunto, nunca de forma isolada, em sala de aula, nas idas e vindas conceituais, na produção de textos que entrecruzam os assuntos, como também os termos: fascismos, nazismos, autoritarismo, militarismo, golpe de estado, revolução sejam apresentados no glossário que foi produzido por meio de um aplicativo em sala de aula tornando o aluno ativo na produção de um material como o que está apontado no capítulo 3 dessa dissertação.

Ao construir o glossário em conjunto, professor e alunos tornam-se sujeitos do saber crítico obtendo múltiplas reflexões sobre a realidade que o cerca. O papel do professor, não esqueçamos disso é o de prover questionamentos e capacidade de interferir na validade do nosso conhecimento (Costa Júnior *et al.*, 2023).

Por meio de métodos científicos, precisamente no nosso caso, o método histórico que alcançamos a verdade, que é o melhor argumento que prevalece em um processo de discussão de ideias. Portanto, o conhecimento é provisório e nossas verdades só merecem esse título quando continuamos submetidas a teste, à possibilidade de refutações, no contrário construímos dogmas que é o oposto do saber científico (Cerri, 2011).

Formalmente o pensamento histórico é racional, quando realizado dentro de um determinado tipo de linguagem e comunicação. Quando ele se realiza mediante uma conceituação está em sintonia com a realidade possui uma regulamentação metodológica e se orienta em elementos consensuais. Razão se refere aqui ao caráter argumentativo do pensamento justo indissociável da cientificidade (Russen, 1989 *apud* Cerri, 2011, p. 81).

Cerri (2011, p. 81-82) destaca que “o objetivo maior é formar a capacidade de pensar historicamente e, portanto, de usar a ferramenta de que a história dispõe na vida prática, no cotidiano, desde a pequena as grandes ações individuais e coletivas”.

O que já se sabe a respeito do golpe civil militar de 1964 no Brasil? O que já se escreveu sobre ele? O que é senso comum e o que é arcabouço científico a respeito e o que os pares referendam a respeito do fato? Durante os 60 anos, do fatídico dia 31 de março de 1964, vários autores especialistas lançaram mão de correntes revisionistas a respeito do golpe implementado no Brasil. A permanência para alguns como é o caso do sociólogo e cientista político Wanderley Guilherme dos Santos que o golpe e a manutenção dele com a posterior implantação da ditadura foi de exclusividade militar, que por sua vez cometeram crimes, e eram os

reais detentores da força e do poder político (Santos, 2017).

A mudança, por outro lado, com releituras a respeito do movimento golpista e da ditadura onde aponta que houve a participação do meio civil, compartilhando de certa forma a responsabilidade com os militares, como também a interferência de organismos internacionais, a exemplo dos Estados Unidos quando se revelou documentos da CIA a respeito da Operação Brother Sam como aponta o historiador Carlos Fico em seu livro *O grande Irmão: Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*, publicado em 2008, que aborda o golpe no Brasil (Fico, 2008).

Destaca-se que o que foi dito carrega elementos historiográficos próprios da ciência da história, ou seja, o de revisar à medida que o presente nos incomoda a ponto de revisitarmos o fato histórico.

Por que compreender e ensinar os conceitos de revisionismos na sala de aula de história? À medida que compreendemos os conceitos dos diversos tipos de revisionismos, nos colocamos na condição de fazer valer a prática da história, do historiador que é a de propor novos conhecimentos, saberes históricos, e de uma leitura e releitura dos fatos, assim contribuir na construção da cidadania, de forma crítica, ativos em nossa sociedade. E porquê? O estudo acerca do revisionismo é complexo, elucidá-lo através dos significados construídos pelos historiadores como os termos de revisionismo histórico e ideológico, negacionismo histórico e negação é fundamental (Bauer, 2016).

Para Bauer, o histórico, que não é algo novo na historiografia, trata dos debates, das refutações hermenêuticas, das desconstruções de teorias que sempre fizeram parte de uma agenda pública, aberta, onde os debates e as fontes publicizados estavam sob um guarda-chuva comum: o compromisso com a busca ou o horizonte da veracidade dos fatos (Bauer, 2016).

Os estudos sobre os revisionismos podem à medida que nos utilizamos da ética e da empatia, compreender que o revisionismo do tipo ideológico, como também, o negacionismo histórico a respeito do Golpe Civil Militar e dos Direitos Humanos resultaram e, ainda resultam, da ausência da criticidade, tratando de uma ação de má-fé e de condução de fatos deturpados do passado para se valer de um discurso que corrobore com sua visão de mundo e de um público que o segue (Bauer, 2016).

Essas visões dos diversos tipos de revisionismo sobre o Golpe Civil Militar e Direitos Humanos no Brasil são fortes e repousam por ter havido no momento de

sua transição para a democracia um acordo estabelecido por cima, do qual é bastante comum em nosso país (Cerri, 2011). Expressamos o momento da Anistia Política implementada entre o Governo Geisel e João Batista Figueiredo. Elementos do passado recente podem ser encontrados de forma bastante ávida nos dias de hoje, através do fenômeno do Bolsonarismo que por meio de seu líder carrega todo um discurso revisionista ideológico e de negação que contraria tudo àquilo que é construído pela ciência, não só da história, como também de outras áreas.

A eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República no dia 28 de outubro de 2018 apresentou-se como um eco de processos políticos e sociais que possuem raízes históricas no golpe civil-militar de 1964 em diversos pontos. Os traços discursivos da eleição, a retórica utilizada pautada no patriotismo exacerbado, os temores impostos sobre um suposto inimigo externo, a promessa de uma derrota da oposição corrupta. Tudo isto constitui um aspecto de herança do que foi o momento do golpe civil-militar e da ditadura que dele se desenvolveu.

A perspectiva de um evento que se findou e que foi superado em uma redemocratização, abertura eleitoral e conquista de direitos pela Constituição de 1988 entra em choque com uma retomada de elementos e ideias fascistas no século XXI por Bolsonaro, os políticos que o apoiam e os seus eleitores em geral. A valorização da ditadura instaurada em 1964 é feita a partir de uma modelação do passado que é realizada com o objetivo de construir um ideal de época. Este que deve, de acordo com seus entusiastas, voltar, pois possui raízes gloriosas (Schurster, 2021, p. 174). Ou seja, é uma memória sobre o passado para, a partir dela, concretizar um projeto político no presente.

Pois bem, para compreender este processo de retomada do passado a partir de um uso político, vale citar o autor Karl Schurster e sua teoria acerca da democracia brasileira. A ideia deste autor se insere nos termos de *Transição falhada* e *Democracia inacabada* (Schurster, 2021). Estes termos caracterizam, por sua vez, a construção política presente do país.

A transição democrática que o Brasil passou a partir da década de 70 durante o governo de Geisel foi marcada pela insatisfação dos setores mais duros do âmbito militar. A suposta “vitória” da democracia dá-se pela instauração da Anistia Geral e silenciamento dos crimes de tortura, perseguição e autoritarismo do regime e pela derrota do movimento das “Diretas Já”. Ou seja, será que de fato ocorreu uma derrota dos antigos agentes do poder político ou apenas uma modificação dos

contextos com a permanência de antigos privilégios e cargos de poder?

Schurster afirma que a transição do país foi marcada por falhas e que, portanto, não se encontra em sua plena resolução. A retomada de um passado de 1964 marcado por distorções, por exemplo, representa, não somente essas falhas políticas, mas também falhas de pesquisas sobre este período que, por sua escassez, abre margens para que sejam forjadas diversas memórias que servem a interesses ultra-direitistas e fascistas (Schurster, 2021, p.169).

É possível incluir nesta discussão também a perspectiva do negacionismo histórico e do revisionismo ideológico. De certa forma, construir uma anti-memória está intimamente atrelado a negar ou ignorar fatos que contrapõem a suposta grandiosidade de um passado histórico. Ou seja, a divulgação de informações imersas em falsidade se mescla com a apreensão destas como verdades históricas universais, incontestáveis e “desideologizadas”, independente de sua veracidade. (Bauer, 2021, p. 47).

Ocorre, portanto, uma instrumentalização do passado para usos presentes ou futuros. Quando Bolsonaro utiliza-se do ideal de poder militarizado de 1964 como expressão da ordem e do nacionalismo de uma nação e promete retomar isto no seu governo, ele faz o uso não do passado em si, mas de uma memória histórica construída intencionalmente sobre o passado para servir aos interesses de grupos dominantes do presente. Tudo isto visando a construção de um futuro fascista.

Este uso da memória é visto não somente na atualidade, mas nos momentos imediatos à redemocratização no país, tal como afirma Daniel Aarão, segundo o qual a “batalha pelas memórias” iniciou-se assim que ocorreu o fim do embate no campo da luta no período ditatorial (Aarão, 2004, p. 39).

Ainda neste contexto, a ideia de uma democracia vencida construída pelos setores políticos da esquerda entra em instabilidade com a retomada desses ideais fascistas na atualidade. Isto demonstra, portanto, que a memória de um passado militar heróico mitificado e idealizado não foi superada. Ao contrário disto, foi fortalecida, nutrida e sendo possível de voltar ao auge nos cenários de poder como no governo de Jair Bolsonaro, notando-se que há sim uma continuidade narrativa a respeito destes fatos históricos.

Pois bem, retomando a ideia de *Transição Falhada e Democracia inacabada*, vale discutir acerca da Lei de Anistia e da permanência de elites militares no âmbito do poder brasileiro após o regime civil-militar. A permanência e continuidade do

autoritarismo como uma expressão destes pontos podem ser entendidos da seguinte forma:

Um *habitus* que une esses mesmos grupos como uma continuidade que não foi alterada pela transição, falhada em seu intento de democratizar o conjunto das instituições republicanas. Muito possivelmente o pacto feito pelas forças políticas em não trazer para essa arena a “questão militar” permitiu uma manutenção de uma cultura autoritária e antidemocrática, capaz de construir uma anti-memória, uma narrativa própria, do regime militar. Tal narrativa apresentar-se-ia como um tempo da “segurança pública” do bom uso dos bens públicos, do crescimento econômico oposto aos governos “democráticos” corruptos e ineptos. A ausência de uma severa crítica ao Regime Militar, no pós-1985, e o caráter pactuado da transição, foram exatamente as brechas que permitiram a contra narrativa antidemocrática (Schurster, 2021, p. 175).

É possível entender também que a Anistia como um pacto para o esquecimento e o silêncio sobre o golpe e o regime, contribuiu de forma direta para que fossem criadas narrativas alternativas e diversas sobre este período histórico. Apesar de haver estudos consideráveis sobre este tema, tais como os estudos de Carlos Fico, Marcos Napolitano, Daniel Aarão Reis Filho, percebe-se ainda a predominância de idealizações de direita e de esquerda sobre o que foi 1964. Ainda é um período que gira em torno de testemunhos parciais que nem sempre são apoiados em bases documentais alinhadas a análises críticas.

Para além desta essencialidade de se ampliar as pesquisas neste campo de estudo, cabe citar a necessidade de esclarecer ao grande público as distinções que devem ser feitas ao tratar-se de memória e opinião. Compreender como estes discursos são criados e como eles são difundidos na contemporaneidade é um passo essencial no caminho de desconstrução da desinformação acerca deste período histórico.

Estabelecer a ação do historiador como própria do campo de pesquisa e da escrita sobre o passado, pautada em princípios éticos e de análise crítico-científica também é uma forma de legitimar ainda mais a produção historiográfica a respeito deste tema, considerando que existem muitas vias de compartilhamento de informações distorcidas e simplificadas que imperam no cotidiano do grande público (Bauer, 2021).

É certo que a ideia de uma transição democrática vitoriosa também entra em contradição com o advento e a aplicação da própria constituição de 1988. Entendê-la como uma expressão democrática total é negar que a sua aplicação se

distingue do que seria o idealizado pelos setores de esquerda ao pensar sobre cidadania.

A atual violência institucionalizada pelos setores militares e políticos e a negação dos direitos dos povos indígenas e negros do país provam que a instituição de uma constituição após o fim da ditadura militar não garante plenamente o acesso democrático aos direitos que nela estão previstos. Isto também se alinha ao fato já citado de que se perpetua no poder antigas elites. Ou seja, a estrutura arcaica dos agentes políticos de influência ainda segue perpetuada no país, portanto não há de se esperar, neste contexto, uma erradicação também dos seus mecanismos de opressão (Schurster, 2021, p.171-172). Percebe-se, portanto, uma “democracia inacabada” ou, utilizando o conceito de Anthony Pereira, uma “democracia feia”, pois está pautada em bases de tentativa de democratização que, pela presença e permanência de suas raízes autoritárias, não consegue êxito em concretizá-la plenamente.

O Brasil encontra-se em um cenário ainda de transição que parece longe de acabar, considerando, assim, a ideia da História brasileira como “mimeses, uma *imitatio*, do passado já acontecido, não admitindo nenhum processo diegético — o reconhecimento do erro no passado e o pedido de desculpas” (Schurster, 2021, p. 179).

É desta forma que o bolsonarismo surge não como um fato inacabado, mas como uma expressão de um processo muito mais longo de construção de ideais que seguem circulando por décadas no ambiente socio-político do país. A ideia de Bolsonaro como um evento que surge pontualmente não se sustenta quando se percebe a sua figura como um personagem que carrega ecos ideológicos de um passado com memórias construídas, intencionalmente, para atender a interesses hegemônicos.

A retomada dos princípios fascistas no dia 08 de outubro de 2023 também não foi um fato pontual e com ideias predominantes que surgiram nos últimos 4 anos, mas sim um acontecimento que está enquadrado em um contexto muito mais amplo da ideologia militar que abarca décadas de existência e que estava sendo articulada desde os períodos do Integralismo na década de 30.

Complexificar estes grupos políticos adeptos ao autoritarismo militar e sair da polarização simplificada que envolve Direita e Esquerda é um dos caminhos para adentrar nas compreensões a respeito deste período tal como das narrativas

construídas ao seu respeito. Além disto, como já foi abordado, a figura do historiador enquanto pesquisador entra como essencial neste processo, pois é a partir deste ofício que se conseguirá entender utilizando-se de fontes documentais e de análise crítico-científica o que foi 1964 e a ditadura civil-militar, contribuindo para que ocorra um revisionismo científico — e não ideológico — deste período histórico.

Qual a importância das discussões teóricas sobre revisionismos, em particular o Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil para o ensino de história? Estabelecer o diálogo é de fundamental importância para o processo de conscientização histórica. Cerri aponta que o sectarismo nega politicamente o diálogo, o ensino de história tem que partir de um diálogo mediado, e não de um emaranhado de informação ou de uma postura por si só proseletista que é muito comum entre os professores que se portam como o centro das atenções, e, por sua vez, um alunado que se encontra em sala de aula onde muitas vezes tem um único objetivo que é o de obter informação que porventura venha a ser cobrado exames de larga escala para ingresso no ensino superior.

Outrossim, percebemos que cada dia a pseudo ideia da autonomia no aprendizado da história, discentes que passam acreditar que é possível com apenas a “interação” por meio das telas e da formação com *youtubers* partem para o ataque a nós docentes disseminando a ideia que somos dotados de uma formação inequívoca das universidades de esquerda, e vistos como doutrinadores (Cerri, 2011).

O Ensino escolar de história não é dar algo novo a quem não têm, não é dar saber ao ignorante, mas é gerenciar o fenômeno pelo qual saberes históricos são colocados em relação, ampliados, escolhidos, modificados. Nada pode ser mais prejudicial para isso do que uma tábua inflexível de conteúdos selecionados previamente e fora da relação educativa (Cerri, 2011, p. 69).

Dessa forma, entendemos a importância de gerarmos uma atitude de curadoria por parte dos discentes no que diz respeito do interesse de investigar sobre os assuntos à tona e que são objetos de estudo da História do Tempo Presente.

Ao compreender as imbricações, os conceitos, os temas em disputas, a identificação e a diferenciação dos tipos de revisionismos, bem como, ao considerar as limitações acerca do ato da parcialidade e da imparcialidade deve-se buscar uma postura permeada de zelo com a informação, com os dados e a interpretação à luz da ciência da história, combatendo inverdades e eliminando os campos férteis do

extremismo, do sectarismo e das violações dos direitos humanos (Cerri, 2011).

Fascismo, nazismo, holocausto, golpe civil militar, ditaduras no cone sul são temas dos mais prósperos para darmos continuidade a uma discussão em sala de aula. No caso nosso, jogamos as fichas no debate sobre o Golpe Civil Militar de 1964 e a posterior implantação da ditadura aqui no Brasil e as suas influências na construção de narrativas atuais que corroboram no encadeamento de práticas extremistas como as do neonazifascismo, ou seja, estabelecer questões vitais para o ensino de história onde há disputas revisionistas, e entendê-las como forma de se construir uma consciência histórica.

A consciência histórica, segundo Rüssen, está intimamente ligada à consciência ética moral (Rüssen, 1992) e que devem ser desenvolvidas em sala de aula, através de temáticas que estejam na efervescência do nosso cotidiano, logo o golpe civil militar é de fundamental importância por trazer acabo outros assuntos. É mister que o conteúdo se balize na construção indispensável da emancipação do aluno, do respeito e da aceitação de sua opinião proferida em sala. Isso só será possível caso a história cumpra a sua função educativa através de temas que permitam um horizonte centrais de alteridade e diversidade. Para isso saberes que temos do cotidiano devem ser o ponto de partida para com os estudos da ciência da história.

Na visão de Patrice Caviz, no livro: *Educar o cidadão?*, há uma cultura de conhecimento do outro que é fundamental para o conhecimento de si mesmo e o exercício da tolerância, que se adquire em grande parte com o saber histórico. “Além dessa extensão dos estudos históricos, o conceito de consciência histórica reforça a exigência de que o ensino de história dê conta também do presente (Cerri, 2011).

A história do tempo presente nem sempre é o objeto de estudo das ciências humanas ou sociais. Muitas vezes, historiadores ficam atados aos fatos longínquos e esquecem de estabelecer um diálogo sobre o que está inserido na sociedade, um exemplo disso foi o ano de 1964, em que a efervescência dos movimentos em curso e nas décadas posteriores, a historiografia brasileira não se ocupou de explicar, de debater em tempo real o golpe militar e a ditadura (Navarro, 2016).

Diante dessa evidência é mister que passemos a estabelecer releituras sobre o golpe civil militar e a corrente conservadora bolsonarista que de forma semelhante tem usado o passado a fim de estabelecer-se no poder como vem se demonstrando

em episódios recentes como o 8 de janeiro de 2023. Assim, como já foi dito, estabelecer a relação de visões críticas do passado golpista de 1964 com os dias de hoje é fundamental.

As manifestações políticas relativas a ditadura militar do Brasil, realizadas hoje, pelos bolsonaristas são formas de instrumentalização ideológica e propagandísticas de uma narrativa sobre o passado com a finalidade no presente, deslegitimizando os debates e os consensos historiográficos referendados (Szwako; Ratton, 2022).

A corrente revisionista ideológica a respeito do golpe em 1964 começa com a ideia de que era essencial para manter a ordem no país a intervenção militar a fim de salvar o país do comunismo e de não se tornar uma Cuba socialista, percebemos muitas semelhanças nos discursos de outrora com o de hoje, o que antes era Cuba agora é Venezuela precisamos salvar o Brasil, outro assunto em demasia perpassa pela abordagem do combate à corrupção, tema esse ao longo da história bastante requisitado entre personagens políticas que chegaram ao poder e, em seguida, implantaram ditaduras, regimes totalitários, desprezo pela democracia, violações dos direitos humanos como foi o caso do regime militar implantado no Brasil após o golpe de 1964.

O presente trabalho não tem a intenção de discorrer de forma aprofundada o contexto da polarização, da polemização que marca a nossa sociedade brasileira. Temos o objetivo de deixar claro que de posse da importância em identificar a origem dessa polarização, que acentuadas por viralizações oriundas das plataformas digitais.

Assim compreender que o conhecimento é submetido a uma verificação, a uma testagem e precisa ser referendado por pares da área do qual o objeto de estudo se destina, para isso é utilizada toda uma metodologia em um nível de aplicação que parte do exame, da descrição, da coleta de dados, do processamento das informações, visando sempre encontrar um caminho que possibilite a resolução, o entendimento dos problemas, das inquietações que nos cercam ou questões de investigação.

Segundo Trufillo Ferrari, ciência é o conjunto de atitudes e de atividades racionais, dirigida no sistemático conhecimento com objetivo limitado, capaz de ser submetido à verificação.

Em meio a um ambiente de conturbação, de polarização e de negação a prática da docência de história, estabelecer analogias entre ciência, ciência da história, revisionismo histórico em relação ao que chamamos de opinião, senso comum é de fundamental importância.

O professor, historiador Carlos Fico em entrevista ao Programa do ProfHistória veiculado pelo *Canal de Youtube* apontou que o caminho é árduo, porém uma das possibilidades de alcançarmos êxito o que diz respeito a esse quadro separatista evidente em sala de aula é o de fomentar o diálogo, do de resgatar a sala de aula em um espaço de diálogo e de confiança mútua, recíproca, contudo, a polarização inviabiliza isso. Essa interlocução perpassa pela habilidade que o professor deve possuir acerca do momento em que o aluno imbuído de sentimento relata memórias. Para se efetivar o professor não pode ser um ente, partícipe ou àquele que age de forma incondicional acerca de uma ideia.

Todo posicionamento do aluno deve ser validado enquanto participação, um conjunto de opiniões são legítimos, mas responsabilmente deve ser diferenciado do conhecimento histórico, entretanto apesar de ser validado deve se deixar claro a discordância com a responsabilidade de um historiador quanto aos temas que tentam dar outra direção a um quadro triste da nossa história do Brasil: O Golpe Civil Militar de 1964. Não podemos aceitar, em hipótese alguma comentários em sala de aula que diz que a ditadura tem o lado bom, foi uma “ditabranda” ou que quem só foi perseguido e morto foram delinquentes” e “subversivos”, como se isso validasse as ações.

Em suma a sala de aula deve ser um espaço dialógico, e que permita o revigoração da ciência da história sempre. Nesse cenário de disputa, mesmo que sem a complacência do professor, é perceptível a ausência da condição objetiva da história, estabelecer limites na ideia de que tudo pode, na ideia do relativismo, a todo um movimento de descrença da objetividade do conhecimento histórico como apontou Carlos Fico.

Fico apontou que “o golpe não pressupunha necessariamente a ditadura que se seguiu”. A ditadura se estruturou à medida que o primeiro governo de Castelo Branco fracassou diante de suas medidas que ao contrário que se pensa não foi moderado e nem legalista à luz da liberdade de expressão, muito menos da democracia como um todo, o seu governo patinou diante da linha dura militar que

muito embora, suas ações são comuns a partir de 1968, mas que desde o início agiu: perseguindo, torturando, cassando mandatos de seus opositores e transferindo militares para a reserva. Ainda, segundo Fico (2016): “esse grupo se tornaria gradativamente o responsável pela instauração do regime militar. ” O início se deu com a chegada de Costa e Silva e, posteriormente, com a ascensão de Médici que em seus governos aplicaram o famigerado Ato Institucional nº 5 responsável pela maior barbaridade cometida pela Ditadura Militar no Brasil (Fico, 2016).

Com o intuito de dar “veracidade” aos fatos e legalidade ao movimento armado de 1964 no Brasil fora convocado o jurista Francisco Campos, o mesmo que elaborou a Polaca termo dado a outorgada Constituição de 1937 que deu início e legalizou a Ditadura Getulista: O Estado Novo. Percebemos que o jurista Campos, logo quando o movimento armado, em titulado por ele revolucionário precisava de “licitude” em suas ações, cuidou de no preâmbulo do documento, dos Atos Institucionais² estabelecer o conceito, as características do termo revolução, e através dessa ação validar a ação do movimento armado.

ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964.

Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa.

À NAÇÃO

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de

² O preâmbulo dos Atos Institucionais pode ser acessado, a partir do seguinte endereço eletrônico: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.

constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes-em- Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica resolve editar o seguinte (Senado Federal, 1964).

O AI-1 foi um instrumento fundamental para legitimar a deposição de João Goulart e para dar os primeiros passos do regime militar que se estabeleceria por

décadas seguintes. O espírito do referido ato fora muito semelhante ao da Constituição de 1937, que estabelecia uma hipertrofia do executivo em relação aos demais poderes, centralização do poder nas mãos do presidente, e suspendia garantias democráticas, como a liberdade civil e política. Outrossim, o AI-1 contribuiu para a formação de um discurso de revisão ideológica quanto ao período militar, que defende a prerrogativa de revolução, contrariando, a objetividade da ciência da história e dos conceitos referendados. A construção desse discurso permanece como um desafio no ensino de história, especialmente na necessidade de confrontar narrativas partindo de uma abordagem crítica e baseada em evidências.

Podemos concluir por base dos estudos apresentados por Carlos Fico que determinada ação marcou a transição do golpe para a instauração da Ditadura Militar no Brasil.

O preâmbulo do Ato Institucional Nº 01 redigido por Francisco Campos e outorgado pelos militares sem anuência, e a prática do Congresso que a competia, afinal, elaborar leis é uma prerrogativa dos parlamentares deve ser visto como um documento que se utiliza de revisionismo ideológico, deturpação da história enquanto ciência, isso é notado no momento que o Campos lança mão do conceito de revolução, muito embora correto, entretanto associado a um movimento que se caracteriza por si só como golpista, à luz da ciência da história, assim, é de fundamental importância abordamos em sala de aula, o conceito de revolução e golpe, e a partir desse, apresentarmos aos discentes a nossa vocação de sermos um país marcado por movimentos golpistas ao longo dos nossos eventos históricos, desde a sua criação formal política enquanto país, através da pseudo independência, de uma Proclamação e da implantação de uma República, sem o povo, do Golpe de 1930 à ditadura getulista: O Estado Novo, passando pela tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek à presidência do Brasil, eleito pelo povo em 1955 à implementação do Golpe Civil Militar de 1964 no factício 1º de abril.

Estabelecer a ideia de que o movimento golpista fora revolucionário é colocá-lo em um mesmo patamar de fatos históricos que de fato foram revolucionários, do ponto de vista de ter proporcionado mudanças significativas, de ordem política, social, cultural e econômica como apresentada por exemplo pela Revolução Francesa e a Revolução Russa. A intenção aqui é a de estabelecer objetivamente, e de forma crassa, não permitir relativismo a respeito dos conceitos, promover

indiscutivelmente o entendimento de que o movimento armado militar de 1964 no Brasil deve estar na galeria dos eventos golpistas da história recente desse país, da América Latina e do mundo.

Para isso se faz necessário que saibamos a diferença entre revolução e golpe, ou seja dentre as possíveis formas de se apresentar didaticamente o tema do Golpe Civil Militar no Brasil, entendemos que deve ser apresentado aos alunos os conceitos trazidos pela historiografia como também instigá-los a pesquisarem sob a supervisão do professor não só os conceitos de revolução e golpe, como fundamentalmente, os conceitos de revisionismos: histórico e ideológico, negação, negacionismo histórico e propor que o resultado dessa pesquisa seja exposto, de forma que acreditamos ser mais perene que é, através do uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), e isso por dois motivos: o primeiro perpassa pelo uso dos aparelhos de celulares e computadores em relação aos livros: o segundo, se dá pelas inúmeras formas, formatos, acessos ao trabalho produzidos por eles, por exemplo: vídeo aulas, *Podcast*, construção de aplicativos educacionais temáticos contendo um glossário, a exemplo do que propomos executar em sala.

Apresentar a relação da educação midiática, ensino de história, os revisionismos acerca do golpe civil militar e a implantação da ditadura no capítulo 3 dessa dissertação que tem como sequência didática a implementação de um produto através da construção de um glossário temático a respeito do Golpe Civil Militar entre os revisionismos histórico e ideológico, baseado em um aplicativo que será apresentado e ensinado aos discentes do terceiro ano do Ensino Médio.

3 REFERENCIAL TEÓRICO: ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO

A História enquanto disciplina estabelece um diálogo entre o passado e o presente. O próprio texto histórico já é resultado daquilo que queremos trazer para a sala de aula. No entanto, o texto histórico está repleto de escolhas, inclusive, o livro didático. Essas escolhas e recortes são feitos por um ou mais historiadores que estão, ao mesmo tempo, imersos no presente, selecionando, dimensionando e narrando aquilo que consideram vital ser estudado em determinado momento da vida escolar.

Assim como a própria história, o livro didático não é estático. A representação do passado muda, por isso a renovação do ensino de história deve ser trazida constantemente à tona. A própria concepção de história escolhida pelo professor já representa sua opção política e, conseqüentemente, seu olhar diante da disciplina. O trabalho do professor precisa ser permeado pela mudança contínua e pelas permanências, necessárias ao ensino de história.

O livro didático de história é também um reflexo de como determinada geração de historiadores enxerga a história e esses textos podem ser diversamente apreendidos, manipulados e compreendidos. Na maioria das vezes, o livro didático é a única fonte de estudo que o aluno possui para auxiliá-lo na disciplina. Embora hoje tenhamos uma diversidade de fontes disponíveis na Internet, nem todos têm acesso a ela, inclusive o Brasil ainda está longe de democratizar o acesso à Internet, e nem todos que têm esse acesso utilizam-na para isso. Dessa forma, os livros didáticos podem representar ou não a predominância das mesmas visões, o que muitas vezes demonstra falta de renovação nas pesquisas e interpretações. Como também pode trazer novos recortes, novos conceitos e novos olhares sobre a história do período. Assim, Hypolito *apud* Oliveira; Caimi (2021, [s. p.]) defendem que os livros didáticos,

tendem a impor aos professores e estudantes uma matriz de referência descontextualizada da realidade da escola, reduzindo possibilidades de construções coletivas frente às singularidades locais e regionais, às culturas, identidades, subjetividades e demandas comunitárias.

Compreender como a ditadura civil militar brasileira é construída em determinado livro didático de Ensino Médio, e sua relação com a temática dos revisionismos seja ele histórico e ideológico nos faz procurar as causas de

determinadas interpretações. A maneira que escolhemos contar nosso passado pode dizer muito sobre nosso presente, pois o resgate dos acontecimentos tem como objetivo legitimar ou explicar o momento, a situação e as sensações presentes. A maneira de narrar a história poderá revelar que tipo de imagem se forma.

Na construção da escrita da história os acontecimentos são repensados constantemente. Surgem novos documentos e novos testemunhos do passado que vão dialogar com o senso comum. No nosso caso, a geração atual está lidando com os revisionistas ideológicos, negacionistas e as *fake news*. Sendo assim, o aluno vai precisar desenvolver uma percepção crítica em relação às informações que chegarão até ele. É preciso analisar quais verdades o livro didático quer trazer, enfatizar, quais falas quer privilegiar em detrimento de outras, o que tradicionalmente cai no Enem e outros vestibulares, como esses exames de ingresso à universidade enxergam o período e constroem suas questões, todos esses elementos são importantes para compreender os acontecimentos históricos.

O livro é um dos pontos de partida do professor, mas não pode ser exclusivamente o conteúdo-base da aula já que temos liberdade, licença poética para trabalhar com uma diversidade de fontes. Como destaca Karnal (2010, p. 159):

O livro didático acrescente-se, é bem-vindo quanto mais coerência e atualizações historiográficas trouxer, mas, mais do que isso, quanto mais possibilidades de estudo puder abrir e quanto mais distanciar cultura dos boxes e apêndices de curiosidade. Sendo o professor quem mais conhece as necessidades de seus alunos e as circunstâncias espaço-temporais em que trabalha, ele é o principal responsável pela concretização de qualquer proposta de ensino.

Desde o século XIX a disciplina histórica faz parte dos currículos escolares brasileiros nas diferentes modalidades de ensino, integrando o conjunto de disciplinas consideradas fundamentais na formação escolar. Enquanto disciplina, a história vem passando por mudanças significativas quanto a métodos, conteúdo e finalidades, já que faz parte de um sistema educacional que está sempre se redefinindo ao mesmo tempo em que mantém especificidades no processo de constituição de saberes.

A partir do momento que o Ensino de História incorporou a História do tempo presente tem-se aberto novas perspectivas para a pesquisa histórica e para o trabalho do professor em sala de aula. Um dos problemas da história do tempo presente é em relação aos seus marcos temporais. Além disso, até a História

Contemporânea, os textos se restringiam majoritariamente à história europeia, dando principal importância ao fato político e ao elogio das formas de vida e cultura da civilização burguesa europeia.

Por volta de 1980, o conceito de História do Tempo Presente começa a se estabelecer voltado para o estudo do período simultâneo e posterior à Segunda Guerra Mundial. Estabelecendo claras separações entre a memória (identidade coletiva e prática sociocultural) e História (operação intelectual de bases científicas).

A História do Tempo Presente pode ser articulada com temas políticos e culturais dialogando, inclusive, com os Parâmetros Curriculares Nacionais, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) ampliando o debate sobre os meios de comunicação e com as esferas política, cultural e social das sociedades em questão. Novos problemas e objetos se juntaram às tradicionais fontes escritas. Com as recentes mudanças perceptíveis em alguns livros didáticos, percebemos que houve um maior enfoque para a América Latina e para o Brasil. No entanto, muitos programas de prova de história dos vestibulares e do próprio Enem, carro-chefe entre os sistemas de ingressos em muitas universidades no país, ainda são pautados por temas e cronologias tradicionais e, num certo sentido, dificultam a renovação ampla do ensino e do material didático de História (Fernandes; Moraes, 2010).

Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram elaborados com orientação internacional. Conceitos, noção de tempo histórico, eixos temáticos, temas transversais, cultura, organização social do trabalho, tempo, espaço histórico e desenvolvimento intelectual do educando, passaram a fazer parte do cotidiano escolar.

Na História, os livros didáticos vêm rompendo a tradição ao incluir a História local, a história do cotidiano, os “novos sujeitos” e a concepção de que todos são sujeitos históricos assim como “tudo é história”, não somente as ações de políticos e das elites sociais e econômicas. No Ensino Médio o ensino tem como objetivo central o preparo para o exercício da cidadania, através também, do domínio de informações e conceitos históricos básicos, e o ingresso no mercado de trabalho. Além disso, os livros didáticos também são pensados e organizados para atender aos anseios dos jovens que pretendem ingressar nas Universidades Federais e

Estaduais do país.

É importante pensar em que medida o livro didático dialoga com as recentes questões metodológicas que inovaram o campo da história, quais novas perguntas têm sido feitas sobre o período anterior e posterior ao golpe civil militar de 1964? O uso dos relatos orais de memória tem sido utilizado nos recentes trabalhos sobre o golpe e a ditadura, no entanto, os testemunhos de forma consistente ainda não chegaram aos livros didáticos, da mesma forma, que a análise dos meios de comunicação da época, principalmente, a imprensa.

Dessa forma, deve-se pensar a escrita da história contemplando a pluralidade dos sentidos. A partir disso devemos nos perguntar quais fontes históricas e conceitos encontramos no livro didático. Alguns temas são imprescindíveis nos estudos sobre o Golpe Civil Militar e a ditadura civil militar no Brasil. Vejamos:

- As Ligas Camponesas;
- O complexo esquema de vigilância montado na ditadura;
- O Sistema Nacional de Informações (SNI);

Os documentos produzidos pela polícia política que se espalhava por todo o país através dos Departamentos de Ordem Política e Social, além dos centros clandestinos;

- Os desaparecimentos políticos;
- As denúncias de prisões arbitrárias, torturas e assassinatos;
- A violação dos Direitos Humanos em todas as esferas;
- Os movimentos sociais;
- A análise de matérias e reportagens de jornais que alcançavam números importantes naquele período;
- A censura aos meios de comunicação e as artes;
- As campanhas anticomunistas;
- O papel da classe empresarial no golpe;
- O papel da Igreja Católica no golpe;
- Os grupos e associações de cunho conservador;
- O discurso do medo e a falsa propagação de uma revolução comunista;
- A influência norte-americana no golpe;
- As reformas sociais em que lutavam parte dos movimentos sociais;
- Os sindicatos brasileiros;

- O regime de colaboração que se estabeleceu de parte da sociedade com a ditadura civil militar brasileira;
- O debate sobre a veracidade dos fatos narrados acerca desse período;
- A disputa de discursos que se estabeleceu e que permanece até hoje;
- O debate sobre as novas fontes utilizadas para analisar esse período: entrevistas de histórias de vida e/ou temáticas, os prontuários de hospitais, os livros de registro dos presidiários, os boletins de ocorrências das delegacias de polícia, as fotografias, as cartas, o cinema;
- A perseguição ao Partido Comunista, colocado na ilegalidade em diversos momentos da história;
- A reforma agrária, a luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra;
- A violência no campo que permanece até hoje fazendo vítimas entre os que se dispõem a lutar pelo direito à terra;
- O movimento estudantil;
- A perseguição aos professores, intelectuais, artistas, sindicalistas, entre outros; bem como, as demissões, cassações e aposentadorias compulsórias;
- A questão do meio ambiente com o incentivo a mineração clandestina;
- A violência sofrida pelos povos originários;
- Os relatórios das comissões da verdade.

Os livros podem ser encarados como mediadores e facilitadores na apreensão de conceitos e informações, pois são produzidos, especificamente, para o ambiente escolar com uma linguagem própria obedecendo a critérios e princípios pedagógicos. O livro didático pode fazer uso de contos, lendas, filmes de ficção ou documentais televisivos, músicas, poemas, pinturas, artigos de jornais ou revistas, leis, cartas e romances, como materiais didáticos. Os alunos também são produtores de materiais didáticos na medida em que podem produzir textos, relatórios, painéis, jogos, maquetes, glossários dentre outros.

A escolha do livro didático, atualmente é mais democrática, já que permite que os professores tomem tal decisão dentro de uma preescolha, já feita pela rede de ensino da qual faz parte, também é uma questão política. Os livros didáticos fazem parte do cotidiano escolar, há pelo menos dois séculos, e sempre foram

avaliados segundo critérios específicos ao longo da história da educação.

Os livros didáticos, particularmente, têm sido vigiados tanto por órgãos nacionais como internacionais, sobretudo após o fim da Segunda Guerra Mundial. A partir da segunda metade do século passado, divulgavam-se estudos históricos sobre os conteúdos escolares, nos quais eram visíveis preconceitos, visões estereotipadas de grupos e populações. Como se tratava da fase do pós-guerra, procurava-se evitar, por intermédio de suportes educacionais, qualquer manifestação que favorecesse sentimentos de hostilidade entre os povos. Nessa perspectiva, a História foi uma das disciplinas mais visadas pelas autoridades. Essa vigilância, visível ainda na atualidade, como bem demonstra a imprensa periódica (Bittencourt, 2004, p. 300).

O livro didático traz em si uma complexidade por ser um “produto comercial”, pois faz parte da lógica do mercado editorial, traz lacunas e, algumas vezes, erros conceituais ou informativos, é também um objeto cultural que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Traz um recorte que precisa dialogar com os currículos educacionais (Cardoso, 2020).

O Estado através de suas instâncias, Secretarias de Educação, comissões de seleção de compra nas editoras, interfere diretamente na escolha dos livros e na elaboração dos critérios pelos quais serão avaliados. Mesmo com todas as críticas e problemáticas o livro didático é ferramenta fundamental ao conter textos, imagens, exercícios, atividades e sugestões de trabalhos e avaliações. Além de indicar outras fontes e outros materiais didáticos que contribuem com a aprendizagem dos alunos. Dessa forma, o livro não só possibilita conhecimento através das informações, interações e diálogos entre professor, aluno e por que não toda comunidade escolar; mas, passa a ser um importante suporte pedagógico.

Destaca-se que o livro didático é também a representação da cultura de uma determinada época, de um sistema de valores e reflexo de determinada sociedade, com suas perspectivas, ideologias, diversidade, pluralidade de vozes, interferindo diretamente no processo de criação e cristalização de uma memória, na consolidação de fatos considerados fundamentais nas mudanças da nossa sociedade podendo também perpetuar ou combater estereótipos e preconceitos.

No Brasil, quanto à escolha, acesso e utilização do livro didático deu-se início e foi impulsionada no primeiro governo Vargas, através do Decreto-Lei n. 1006, de 30 de dezembro de 1938 (Senado Federal, 1938), com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático. Tal medida foi de grande contribuição para a Educação no país. No entanto, hoje fica claro que havia também a necessidade de

propagandear, mesmo que em pequena escala, tanto na quantidade de livros, quanto na estatura dos leitores, as ideias do Estado Novo (Senado Federal, 1938).

Na área educacional, não podemos deixar de citar também, como exemplo de democratização, o Artigo 5º do Decreto-Lei n. 8460, de 26 de dezembro de 1945 (Senado Federal, 1945), a partir do qual o professor passou a escolher o livro didático. Embora possa parecer uma pequena mudança, a possibilidade de escolha do livro pelo professor representou um avanço em questão de autonomia para o docente e melhoria para o aluno. Registramos aqui a origem do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) no Brasil.

Desde o período varguista, do Estado Novo em 1937 aos dias atuais, o PNLD tem sido uma das referências do sistema de educação brasileiro. É um dos maiores programas de distribuição de livros didáticos do mundo, como também oferece obras consagradas, clássicas e atuais gratuitamente para as escolas do sistema público de ensino. É através do Guia do PNLD que se tem acesso ao catálogo de livros disponíveis e a execução de suas escolhas, destaca-se que esse guia é anual.

O Guia do PNLD apresenta a seguinte definição sobre o livro didático:

O livro didático é um artefato cultural porque agrega tanto a historicidade sobre os meios e modos como seres humanos foram consolidando a sua existência, quanto por contemplar as novidades que circulam pelos contextos socioculturais atuais, por exemplo, as tecnologias digitais e os debates sobre as diversidades de raça-etnia, o respeito pelo outro e a sociedade democrática. Na condição de artefato cultural, o livro didático aciona uma multiplicidade de ideias, relações, conflitos, desejos emanados pelos atores que integram a dinâmica comunidade escolar (PNLD, 2024).

Os livros didáticos disponibilizados pelo PNLD foram transformados, atualizados ao longo do tempo da nossa educação republicana até chegar a esse formato mais democrático, do qual são facultados aos agentes educacionais a análise e a escolha da obra que será utilizada em sala de aula, não só os livros didáticos, como também paradidáticos ou livros de apoio; o programa passou por períodos turbulentos da nossa história, como a ditadura getulista, o golpe civil militar de 1964 e o período da implantação e a permanência da ditadura militar por 21 anos.

Como foi dito, hoje o PNLD ao contrário dos períodos das ditaduras em nosso país, proporcionam uma escolha democrática por parte dos agentes educacionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. O referido programa é

reconhecido como um dos maiores em circulação no mundo. O PNLD fora adotado pelas escolas públicas de todo o Brasil onde os livros são submetidos a critérios rigorosos do ponto de vista pedagógico e das áreas específicas das quais os livros se referem.

As coleções aprovadas no PNLD 2024, darão o acesso dos estudantes à diversidade cultural, histórica e tradições que podem engrandecer o conhecimento e a compreensão da riqueza e da complexidade das culturas que integram as realidades de diferentes povos habitantes do planeta Terra. Tal acesso faculta a construção de repertórios culturais robustos e fundamentados sobre a ideia de que a construção da identidade de qualquer ser humano passa, inexoravelmente, pela valorização da diversidade e da complexidade cultural (PNLD, [s. p.]).

Segundo os esclarecimentos do Guia do PNLD, esse é o documento oficial que orienta a escolha dos materiais pelas escolas. Nele estarão contidas as resenhas das obras e todas as orientações sobre o registro da escolha. Antes de registrar a escolha, os professores devem basear-se nas resenhas das obras apresentadas no Guia, podendo também acessar os livros na íntegra para verificar quais atendem aos objetivos de ensino traçados pela escola (PNLD, [s. d.]).

O Guia Digital é a porta inicial para que possam conhecer as coleções didáticas submetidas à inscrição no PNLD 2024, que foram avaliadas por diversos profissionais da educação, os quais realizaram uma análise de excelência, baseada nos princípios éticos, políticos e estéticos da educação nacional, buscando atender às necessidades da educação pública brasileira, em conformidade com os objetivos da legislação da Educação Básica.

Neste capítulo em curso foram analisados quatro livros didáticos do 3º ano do Ensino Médio, todos integrantes do PNLD, sendo que, o primeiro livro oriundo do antigo Ensino Médio, e os demais parte integrante do novo Ensino Médio, que deixaram de ser um livro especificamente de história e passaram a ser parte de uma coleção de ciências humanas, por conta da reforma do Novo Ensino Médio.

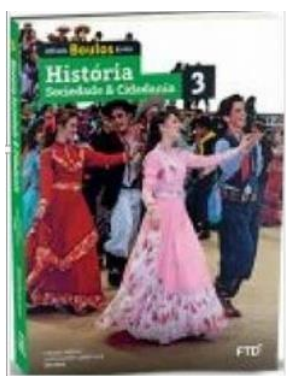
Além do volume 3 da coleção de história da FTD do Ensino Médio (antigo), serão analisadas duas coleções do novo ensino médio, são elas:

- Coleção Multiverso Ciências Humanas da Editora FTD.
- Conexões: Ciências humanas e sociais aplicadas da Editora Moderna;

O primeiro livro a ser analisado foi produzido pela Editora FTD, editora brasileira criada em 1902 pelos irmãos Maristas na área de educação no país. A

Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC), proprietária da FTD, é uma das entidades jurídicas da Província Marista Brasil Centro-Sul. O nome da editora é uma homenagem a Frère Théophane Durand, que foi superior-geral da Congregação Marista entre 1883 e 1907. A Congregação dos Irmãos Maristas, nome pelo qual ficou conhecida a Congregação dos Pequenos Irmãos de Maria, foi fundada em 1817, na França, pelo Padre Marcelino Champagnat, que veio para o Brasil em 1897 fundando vários colégios, faculdades e universidades.

Figura 1 – Capa do livro de Alfredo Boulos



Fonte: Flávio Pernambuco/Acervo do Autor, 2024.

O livro analisado faz parte da coleção *História, Sociedade e Cidadania*, com quatro volumes para o Ensino Fundamental e três para o Ensino Médio, está em sua 2ª edição, foi publicado em São Paulo, no ano de 2016, e foi escrito por Alfredo Boulos Junior. Boulos é Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP-SP). Lecionou nas redes pública e particular de ensino e, também, em cursos pré-vestibulares. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), do governo do Estado de São Paulo. Escolheu-se o livro do terceiro ano do Ensino Médio como objeto de análise, por ser o único ano que aborda os acontecimentos contemporâneos, segundo o currículo do Estado de Pernambuco e as diretrizes normativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Quanto ao currículo de Pernambuco, este um documento oficial que orienta o ensino nas escolas seja pública ou privada do estado, foi fomentado a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que estabelece o conjunto de aprendizagem essencial que todos os discentes devam desenvolver ao longo da Educação Básica,

servindo de parâmetro ao docente para desenvolver suas abordagens didáticas em sala de aula.

Ao analisarmos o currículo de Pernambuco à luz do componente de história, especificamente, das ciências humanas em geral, apontamos uma adaptação da BNCC para o contexto da história de Pernambuco, levando em consideração as especificidades sociais, econômicas e culturais do estado. Dentre os objetivos do supracitado currículo temos: o de promover cidadãos críticos ativos. Foi dito nesta dissertação que a atual sociedade brasileira se encontra em um momento efervescente, de muita tensão política, assim entendemos que formar cidadãos críticos perpassa pelo incentivo ao debate de cunho revisionista histórico, destacando a importância de questionar narrativas estabelecidas e entender as diversas dimensões da construção da história. Sendo que um dos primeiros passos seria o de estabelecer a diferença do que é histórico, científico, do que é ideológico.

Ainda sobre o currículo de Pernambuco, este apresenta Itinerários Formativos, onde encontramos as chamadas trilhas do conhecimento, dentre os temas das Trilhas, destacamos duas: a da Diversidade Cultural e Territórios, e a trilha dos Direitos Humanos e Participação Social que ambos tratam da temática do regime militar como um regime de exceção pelo qual o país atravessou de 1964 a 1985, entretanto não identificamos uma abordagem acerca das visões múltiplas sobre o referido fato. Há uma ausência quanto a temática do revisionismo. Entendemos ser de suma importância explorar os conceitos de revisionismo com o intuito de se criar um arcabouço de posicionamentos em defesa da ciência da história, e a medida que ocorre essa consolidação, posturas éticas contribuirão para afugentar quaisquer tentativas de ferir a ciência da história.

Vale salientar também a presença de um caderno de apoio ao docente no que concerne trabalhar as trilhas do conhecimento. Destacamos também o caderno: Ciberespaço e letramento. Este caderno do professor aborda o conceito de responsabilidade digital e trata da temática das *fake news* é um ponto de partida interessante que poderá ser usado pelos professores em sala de aula. Entende-se que a Responsabilidade Digital é fundamental para promover um ambiente digital seguro e saudável. Ela envolve a conscientização sobre os direitos e deveres dos usuários da Internet, bem como a adoção de práticas responsáveis no uso de tecnologias digitais. Ao praticar a Responsabilidade Digital, os indivíduos e organizações contribuem para a construção de uma sociedade digital mais ética e

inclusiva. O texto aborda a importância do papel do professor de história em orientar os alunos para que façam leituras críticas e intervenções propositivas das representações midiáticas.

O golpe civil-militar de 1964 e, posteriormente, os vinte e um anos de ditadura militar fazem parte da Unidade 3, cujo título é *Movimentos Sociais*. O golpe é o último tópico do Capítulo 10 — *De Dutra a Jango: uma experiência democrática*. Este capítulo traz desde as eleições de 1945 até o governo de João Goulart e as reformas de base. Uma das primeiras coisas que nos chamou a atenção foi a nomenclatura “golpe civil-militar”, que além de recente, suscitou muitos debates no meio historiográfico e é veemente defendida pelo historiador Daniel Aarão Reis, que inclusive levanta a defesas do uso do termo Ditadura Civil Militar Empresarial. Já no caso de um outro grande especialista do assunto, o professor-doutor Carlos Fico, esse defende a ideia de que o Golpe fora civil militar, mas a ditadura instaurada tinha a predominância, a proeminência militar como demonstramos, no capítulo 1 deste trabalho. No livro, Boulos aponta como adversários do governo Goulart, políticos ligados à União Democrática Nacional (UDN), militares das Forças Armadas e empresários brasileiros e americanos e, por isso, explica o uso da expressão “golpe civil-militar”.

Outro ponto importante é o enfoque que se dá ao apoio norte-americano ao golpe e a existência da “operação Brother Sam”, conteúdo constantemente ignorado nos livros didáticos. O golpe é para o autor o fim da experiência democrática pela qual o Brasil vinha experimentando desde 1945.

O que é registrado e omitido por cada escritor em sua obra é de fundamental importância para compreender as motivações com a sua produção; ou seja, não cabe ao pesquisador julgar o trabalho como bom ou ruim, mas tentar perceber as intenções que o livro didático desempenha, e, o seu papel enquanto reproduzidor das lutas interiores na sociedade capitalista. Os primeiros livros didáticos foram escritos durante o primeiro governo Vargas, tinham um caráter de manual e estavam carregados de conceitos e significados ideológicos da época e serviam exclusivamente para o ensino da pátria. Atualmente, devido aos avanços na pesquisa do campo historiográfico, temos um material mais adaptado às nossas necessidades contemporâneas.

A BNCC do Ensino Médio prevê, entre os “objetos de conhecimento” do

currículo de História, “A ditadura civil-militar e os processos de resistência” e “As questões indígena e negra e a ditadura” (Ministério da Educação, 2018, p. 430).

As habilidades relativas a esses objetos de conhecimento são: (EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos; (EF09HI20). Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil militar e (EF09HI21). Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura (Ministério da Educação, 2018, p. 431).

O problema, para os professores, contudo, é o fato de o currículo desse único ano abarcar conteúdo da história do Brasil, das Américas e do mundo de todo o século XX e do século XXI – até a “história recente”. Ou seja, falta tempo para tratar das habilidades citadas, e de outras, com o cuidado que elas exigem. A BNCC do Ensino Médio não arrola conteúdos históricos a estudar. Ela foi instituída no final de 2018, e na perspectiva de ser implantada até 2022, e ainda hoje é foco de muita dúvida e objeto de muita discussão. No entanto, acaba repetindo muitos conteúdos trabalhados no nono ano sendo com mais detalhes e aprofundamento.

Por outro lado, a reunião de fatos históricos e de dados relevantes seja a nível local, regional e global em um único volume facilita a vida do aluno, como uma espécie de manual.

De acordo com o documento, estudantes do Ensino Médio poderão optar por itinerários formativos, sendo um deles as “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, sem que haja distinção das disciplinas que fazem parte desse conjunto. A habilidade mais aproximada do tema que nos ocupa aqui seria: Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual (Ministério da Educação, 2018, p. 579).

Ao trabalhar ditadura é importante desmistificar a ideia distorcida de que os crimes cometidos pelo Estado são da mesma ordem que aqueles que teriam sido

cometidos pelas organizações que resistiram à ditadura sendo imprescindível trazer exemplos de violações de direitos humanos cometidos pelo Estado durante a ditadura e que atingiram pessoas que não pegaram em armas para resistir ao regime.

Outro exemplo pode girar em torno das violações cometidas contra indígenas antes e durante a ditadura. A anistia, sabemos, não foi “ampla, geral e irrestrita”, como reivindicavam os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs). Além disso, a lei foi interpretada de tal forma que acabou anistiando agentes públicos, militares e civis, que cometeram crimes contra pessoas que se opuseram à ditadura. Nesse sentido, podemos discutir sobre as ditaduras na América Latina e como cada sociedade lidou com a punição de agentes do Estado.

Uma das formas eficientes de trabalhar com o tema do Golpe Civil Militar e a posterior ditadura e evitar um aprendizado raso e rasteiro sobre a ditadura é trazer os documentos para a sala de aula analisando o texto a partir de níveis de inferência:

- O que o documento diz?
- O que posso inferir?
- O que ele não diz?
- O que e onde podemos saber mais?
- Com qual intenção foi produzido e preservado: quem, por que, quando, para quem, como o produziu e/ou o preservou?
- E, quais os conceitos devemos apreender?

Além de trazer os documentos, é interessante fazê-los pesquisar sobre a censura implantada no período. Tanto aos meios de comunicações, aos jornais, quanto aos artistas e suas obras. No fundo de Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça, depositado no Arquivo Nacional, há um conjunto de documentos intitulado “Informações do governo brasileiro para esclarecer supostas violações de direitos humanos relatadas em comunicações transmitidas pela Comissão Interamericana de direitos humanos, da Organização dos Estados Americanos” além de uma ampla documentação sobre a espionagem feita aos supostos subversivos dentro e fora do Brasil.

No que concerne a disseminação de informações, outro fator importante que se intensificou nos últimos anos foi a potencialização e propagação de inúmeros

discursos negacionistas quanto a experiência ditatorial no Brasil. Como está sendo dito neste trabalho há ainda quem defenda que houve a necessidade da intervenção civil-militar em 1964 em função do “perigo comunista” e denunciam a suposta ausência das versões dos “dois lados” na história produzida sobre o período. Essas falas têm aderência de parcelas significativas da população e baseiam-se em uma vasta rede de criação de conteúdo que se constituiu nos últimos anos e disseminou novas narrativas sobre o período ditatorial, geralmente com caráter negacionistas.

O confronto entre as narrativas sobre a ditadura elaboradas em espaços formais de ensino e outras interpretações que circulam no espaço público, provenientes de diferentes experiências, memórias e opiniões também fez parte do trabalho da ditadura em divulgar informações falsas e forjar certas representações sobre o período, que ainda possuem, nos dias de hoje, muita aceitação e estabilidade não somente em “comunidades de memórias” mais restritas, como entre os militares e seus apoiadores, mas em grandes setores da sociedade.

O ensino de História sobre o golpe e a ditadura civil-militar brasileira também possui uma história, que foi se alterando de acordo com mudanças na historiografia, com as novas gerações, suas culturas e suas demandas. Por outro lado, ainda que os livros didáticos e manuais escolares tenham-se qualificado nos últimos anos, muitos deles continuam reproduzindo uma narrativa sobre o período baseada em uma abordagem linear e cronológica³, que introduz o tema a partir de cada um dos cinco presidentes ditadores e enfatiza o binômio repressão e resistência, operando em uma lógica que reforça a ideia de um conflito entre “dois lados”.

A censura e a tortura comumente são abordadas nesses materiais, mas estão desvinculadas de uma discussão mais ampla que permita problematizar o que tornou possível tais experiências, por que (e por quem) elas foram implementadas e toleradas por tanto tempo e quem apoiou o golpe e a ditadura. Além disso, poucas vezes há uma problematização que permita conectar a violação de direitos humanos no período com as experiências de violência e desrespeito aos direitos humanos no tempo presente — que provavelmente estão inscritas na realidade de muitos de nossos estudantes. Ainda convivemos com homenagens a ditadores e/ou apoiadores grafadas em monumentos, nomes de ruas ou de escolas, acrescentando mais um ingrediente nas disputas de memória acerca do período ditatorial. É

³ A apresentação linear dos fatos históricos se dá pela construção cronológica dos acontecimentos, que pode ser entendida como um legado do positivismo do século XIX.

importante problematizar que a ditadura não foi apenas violência física. A violência também atingiu o campo do direito na medida em que várias políticas públicas foram desenvolvidas pela ditadura na educação (a importância estratégica da educação e as reformas ocorridas), na habitação e na moradia (remoções das populações empobrecidas dos centros urbanos), na moralidade (englobando os papéis de gênero e as sexualidades), entre tantas outras questões.

Outro ponto é o conceito de Direitos Humanos que tem sido fortemente atingido por um discurso pejorativo sendo essencial discutir e pensar sobre sua afirmação e sobre as violações de direitos ocorridas tanto em períodos ditatoriais como no tempo presente. É fundamental pensar os direitos humanos a partir das experiências de nossos estudantes, estabelecendo conexões com suas vivências, com o sistema prisional brasileiro, com a realidade carcerária, com os números da violência policial no Brasil destinado a jovens pretos de regiões periféricas como elemento também de resultado da ditadura. Isso permite que sejam estabelecidos vínculos entre diferentes tempos e sujeitos históricos, para os quais a questão dos direitos humanos é fundamental.

A primeira imagem apresentada no livro relacionada ao conteúdo traz uma fotografia de participantes da Marcha da família com Deus pela liberdade, em 30 de março de 1964, na cidade de Santos, no litoral de São Paulo. Mostrando assim, que a manifestação também ocorreu em outras cidades, não apenas nas grandes capitais e centros urbanos. A marcha é colocada como um movimento da oposição em forma de resposta ao comício onde o presidente João Goulart falou da aprovação das reformas sociais (Boulos Jr., 2016, p. 198). Esse movimento se deu em resposta ao comício do 100 mil sob a liderança do presidente João Goulart.

Figura 2 – Participantes da Marcha da família com Deus pela liberdade na cidade de Santos



Fonte: Boulos Jr., 2016.

Figura 3 – Discurso de João Goulart na Passeata dos 100 mil



O presidente João Goulart no palanque acenando para os presentes no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em defesa das Reformas de Base, em 13 de março de 1964.

Fonte: Boulos Jr., 2016.

Na página seguinte, o livro de Boulos, traz um trecho do livro: *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Muito utilizado em discussões acadêmicas e nos cursos de graduação. O texto fala como em diversos momentos da história a democracia brasileira foi ameaçada e como esteve tão perto de um golpe civil militar em outras ocasiões (Boulos Jr, 2016, p. 199).

A página 203 traz uma imagem (ver figura 4) que deverá ser interpretada pelos alunos através de seis questões. A cena retratada ocorreu em frente à Igreja da Candelária no Rio de Janeiro, RJ, em 4 de abril de 1968. A cena em questão retrata a repressão ao movimento estudantil e nesse sentido, pretende dialogar diretamente com os estudantes. Trata-se da missa de sétimo dia pela morte do estudante paraense Edson Luís, morto durante um protesto. Um grupo de estudantes preparara um ato contra as condições precárias do restaurante Calabouço, que distribuía refeições a preço popular para alunos da rede pública e servia como base de articulação do movimento estudantil, no Centro do Rio. Por volta das 18 horas daquela quinta-feira, 28 de março de 1968, policiais militares chegaram dispostos a reprimir qualquer sinal de protesto e começaram a

efetuar prisões. Diante da resistência de alguns manifestantes, os agentes reagiram fazendo disparos, e uma bala atingiu o peito do estudante secundarista Edson Luís Lima Souto, de 18 anos. Inconsciente, o rapaz foi levado às pressas por colegas para a Santa Casa de Misericórdia, onde foi constatada sua morte. O projétil atravessara-lhe o coração, batera na coluna vertebral e perfurara seu pulmão. Natural de Belém, no Pará, Edson era muito pobre e tinha chegado ao Rio dois meses antes, atrás de uma vida melhor. Ele estudava no Instituto Cooperativa de Ensino, ao lado do Calabouço, e fazia bicos de faxina, mas não tinha onde morar e dormia no restaurante. Para o menino, defender o Calabouço era como defender a própria casa. Sua morte afetaria o curso da história do país. A violência policial contra jovens estudantes desarmados demonstra claramente que nem sempre a repressão da ditadura era para responder a algum tipo de violência dos setores de esquerda.

Figura 4 – Repressão contra estudantes na Candelária



Foto: Evandro Teixeira/Acervo do Autor.

É imprescindível que a partir do livro didático, seja não só o ponto de partida para o entendimento do golpe civil militar e da ditadura, como também seja capaz de prover ao professor de diferentes fontes de pesquisas, que permitam desenvolver uma abordagem que contemple experiências vivenciadas durante esse período. Por sua vez, o aluno deverá por meio do livro didático com a mediação e a didática do professor conseguir se apropriar do entendimento da construção do conhecimento

histórico, a partir das fontes e vestígios, amparados por procedimentos teóricos e metodológicos e que, portanto, tem outros recursos que diferenciam de uma simples opinião.

O livro de autoria de Alfredo Boulos pela editora FTD foi adotado por boa parte dos professores de história do sistema público de ensino em Pernambuco até o ano de 2021 finalizando o programa que fora destinado ao Ensino Médio, entretanto, em 2022 foi adotado outro programa, referente ao novo Ensino Médio.

O novo Ensino Médio foi implementado no ano de 2022 trazendo inúmeras modificações nas disciplinas das ciências humanas e sociais, modificações essas que vão desde o currículo, a carga horária da disciplina, sem contar com o implemento de outras disciplinas destinadas as chamadas trilhas do conhecimento, e itinerário formativo que de forma geral fogem das exigências dos principais certames dos vestibulares do Brasil.

Arelado às mudanças advindas da BNCC, o novo Ensino Médio reduziu drasticamente o quantitativo de aulas de história, geografia, e, principalmente, de filosofia e sociologia, chegando a tirar do aluno o direito de ter aulas dessas disciplinas, em determinados anos do Ensino Médio. Também no ano de 2022, ao corpo docente, de cada unidade escolar da rede pública de ensino de Pernambuco e do Brasil lhe foi facultado a seleção do livro didático de história pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), ou seja, como sabemos foi possibilitado ao corpo docente a escolha da coleção que aborda os conteúdos e as competências do livro que deseja trabalhar em sala de aula. Cada escola por meio do corpo docente selecionou as coleções de acordo com as temáticas, tudo conforme o que preconiza o PNLD. Neste caso, iremos abordar mais à frente: a revisão de conteúdo, identificando os principais eventos, períodos e conceitos históricos, em atenção ao evento do golpe civil militar de 1964 e a instauração da ditadura militar no Brasil na nova coleção do Ensino Médio adotada por uma instituição de ensino.

Outro ponto a ser explorado, perpassa pelas fontes e citações que os livros de ciências humanas utilizam no que concerne na relação entre o golpe civil militar empresarial e os revisionismos, sendo esse histórico ou ideológico.

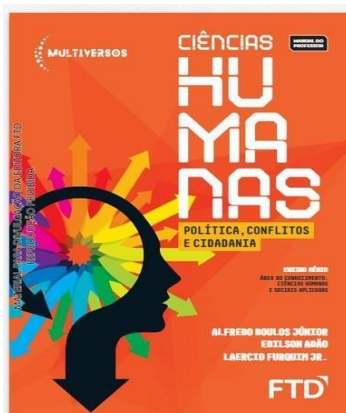
No que concerne aos volumes das coleções de história do novo Ensino Médio analisou-se quanto a abordagem didática com os temas sensíveis como é o caso do golpe civil militar e o da ditadura militar de 1964 a 1985. Serão analisados os

seguintes pontos:

- A contextualização do tema (abordagem do passado-presente);
- Os campos de atividades e exercícios (se as atividades vão além de coletar as informações no texto e trazem uma reflexão, bem como, uma interdisciplinaridade com outras disciplinas, a exemplo da geografia, filosofia e sociologia;
- Quanto à linguagem (se a linguagem é de fácil entendimento, de forma clara, sem a necessidade de consultar um dicionário ou sem o uso de muitas expressões técnicas ou acadêmicas ou se apresentar uma linguagem mais elaborada, se traz sumário ou glossário como forma de nortear o entendimento do aluno);
- Quanto à narrativa (se a história relatada tem alguma parcialidade ou se tenta relatar os fatos de forma imparcial);
- Diversidade e inclusão;
- Gráficos e ilustrações (se as imagens e gráficos são meramente ilustrativos ou se levam a reflexão ou exposição de fatos históricos importantes);
- A relação do tema a abordado aos temas sobre revisionismos de forma direta ou indireta.

O segundo livro a ser analisado faz parte da coleção Multiversos: Ciências humanas: Políticas, conflitos e cidadania: Ensino médio (2020) produzido em conjunto por Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão Cândido da Silva e Laercio Furquim Júnior.

Figura 5 – Coleção Multiversos – Ciências Humanas 2020



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Em especial o volume conta com uma apresentação inicial na qual se coloca em compromisso de ser um material de contribuição aos estudantes na construção de seu projeto de vida e autonomia, assim como afirma proporcionar uma formação global que abarca um repertório cultural, científico pautado na diversidade, pluralidade e compromisso com os Direitos Humanos e princípios democráticos. Dito isto, o livro divide-se em duas unidades: a primeira de título: Autoritarismo e demandas na América Latina (p. 10-82) e a segunda nomeada Conjuntura internacional e realidade brasileira (p. 84-152).

O presente trabalho irá restringir a sua análise à primeira parte do livro, buscando mapear os aspectos diversos que permeiam a abordagem dos temas referentes aos governos autoritários e/ou populistas que vigoraram na América Latina. Importante salientar que este mapeamento tem como foco principal o caso do Golpe Civil-Militar e o da Ditadura Militar (1964-1985) ocorrida no Brasil.

Dito isto, iniciaremos uma divisão por capítulos. Indígenas e afrodescendentes no Brasil: protagonismos e demandas. O primeiro capítulo da unidade se constrói em cima de duas questões muito acentuadas ao longo do livro: pluralidade e Direitos Humanos. São abordadas situações sociais e políticas vividas pelos grupos indígenas e pelos povos afrodescendentes ao longo dos quatro séculos.

Além disto, vale apontar que o livro sempre procura uma aplicação prática dos temas passados no presente, ou seja, ao realizar uma exposição de acontecimentos históricos, procura situar o aluno a refletir sobre como o grupo social estudado se encontra atualmente e quais problemas enfrenta, assim como busca fazê-lo visualizar ecos dos eventos históricos na atualidade.

Um ponto interessante neste capítulo é que muitos gráficos e mapas foram utilizados para inserir discussões de demografia, concentração populacional e localização. Esta ferramenta estatística se inseriu, portanto, como um instrumento de interdisciplinaridade com a disciplina de Geografia.

De maneira semelhante, muitas imagens foram postas para envolver a discussão histórica com questões da Literatura e Dramaturgia. A ditadura militar de 1964 é citada brevemente na parte final do capítulo (p. 32) como um contexto de extrema resistência e ressignificação do movimento negro e da resistência democrática, abordando a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) e a criação

do Dia da Consciência Negra como marcos centrais.

Populismo, autoritarismo e paternalismo na América Latina Neste segundo capítulo, os autores se utilizam dos intelectuais Lloyd Fallers (1925-1974) e Edward Shils (1910-1995) para construir uma definição do conceito de populismo como uma “ideologia segundo a qual a legitimidade reside no povo” e que se baseia “na ideia de que a vontade do povo é soberana” e “na relação direta e próxima”. Nos temas abordados pelo livro, encontra-se a luta pela terra indígena, o reconhecimento de identidade, assimilação cultural forçada, entre outros. O líder populista e seus liderados, o povo. Dito isto, enquadra Juan Domingo Perón (1895-1974) e Getúlio Vargas (1882-1954) nesta definição e afirma que “os regimes populistas andaram de braços dados com o autoritarismo”. Isto reflete diretamente no entendimento do capítulo seguinte acerca dos governos autoritários e na abordagem do golpe civil-militar de 1964 que será analisado posteriormente.

Um destaque para esta parte do livro é, certamente, a forte interligação que é feita entre História e Sociologia. Análises sócio-teóricas são apresentadas ao aluno de maneira didática e sequencial de forma que temas como a sociologia de Gilberto Freyre, *Patriarcalismo e Nepotismo* são postos em uma linguagem simplificada e acessível — apesar de isto ser feito de maneira sucinta. Um outro fato que, inclusive, mantém-se ao longo de todo o capítulo dois e três é a contínua ênfase comparativa entre Brasil, Chile e Argentina. Esta tríade é priorizada ao longo desta unidade e é abordada de forma separada, porém sempre lembrando as semelhanças entre os fatos políticos e os governantes nomeados de autoritários e/ou populistas.

Um dos tópicos que mais chama atenção é Paternalismo em Vargas e Perón (p. 51) que aborda não somente os regimes populistas brasileiro e argentino em correlação, mas também explora uma discussão de gênero e poder. Neste ponto, aborda a dominação masculina do espaço político, salientando também a sua constituição histórica da opressão feminina que se dá neste âmbito.

Experiências autoritárias na América Latina, finalmente, se inserem nesta análise com maior prioridade. O livro insere a palavra “autoritário” na definição de “regime antidemocrático”. Entretanto, não explora a própria definição de Democracia, deixando este ponto aberto às interpretações para o aluno e para o professor. Foi dada apenas uma possível definição em uma das atividades do capítulo (p. 75) e, em um texto de outra autora (p.73), mas, ainda assim, não foi

posto um posicionamento claro por parte dos autores acerca do que eles compreendem como Democracia.

Outro tópico, a ser discutido, é a falta de desenvolvimento da obra a respeito das pautas que eram levantadas pelos políticos autoritários e pela oposição. Para além da dualidade resistência-opressão, pouco é explorado e explicado didaticamente sobre os interesses econômicos e políticos que estavam em discussão naquele momento histórico. Além disto, apesar da obra definir o tema da deflagração da ditadura brasileira como golpe civil-militar, foi observada uma ausência de explicações a respeito do uso deste termo. Não foi exposto qual foi a participação civil favorável ao golpe e poucos agentes políticos, além dos ditadores militares, tiveram seus nomes citados. Percebe-se, neste caso, que o foco desta parte do livro estava em contextualizar o aluno na modificação dos aspectos legislativos do país — como os Atos Institucionais e as leis instituídas — e em como isso influenciou de forma direta a vivência cotidiana e a produção cultural dos artistas e jornalistas. O jornal *Pasquim*, por exemplo, é citado em uma folha inteira como um símbolo de resistência da imprensa em tempos de opressão.

O uso de recursos imagéticos é latente neste capítulo, principalmente, de charges produzidas à época em intenção de crítica e sátira ao regime. De maneira quase uniforme, as imagens são muito bem aproveitadas para discussão ao longo da unidade analisada, sendo atreladas a perguntas e questões direcionadas ao aluno ou envolvidos de alguma forma com uma reflexão que já posta. Memória e descolonialidade.

Apesar de não ter sido abordado de forma direta, o tema “Revisionismo ideológico” ou “Revisionismo histórico” foi posto em um texto escrito pela historiadora Maria Helena Capelato a discussão a respeito de disputa e construção de memória (p. 65). Neste caso, foi feito com enfoque na ditadura argentina, porém a disputa pela memória, reconstrução e usos do passado são questões de extrema relevância e complexidade historiográfica e foram postos nesta obra de maneira didática para serem discutidos e trabalhados em sala de aula.

Certamente, o professor poderia transpor esta discussão também para o tema da ditadura de 1964 no Brasil, enriquecendo ainda mais o debate da História do tempo presente e inserindo os alunos em um debate histórico crítico. Além disto, também é válido destacar uma discussão acerca das “raízes coloniais do

autoritarismo” (p. 73) que foi posta seguida de um texto da pesquisadora Ana Carolina Luz. Neste ponto do capítulo três, foi apresentado um novo ponto de vista a respeito do que se compreende sobre os conceitos de autoritarismo e democracia, inserindo-os em uma perspectiva de colonialidade. Ou seja, o autoritarismo seria baseado em um espectro colonial de poder que envolve o uso da raça para legitimar as relações de dominação, a imposição cultural europeia sobre os demais povos e o próprio eurocentrismo na América Latina.

Desta forma, em um regime democrático, de acordo com esta autora, deveria haver uma descolonialidade das práticas políticas bem como das relações sociais, fomentando a plurirraciedade e o multiculturalismo.

O terceiro e o quarto livro analisados faz parte da coleção: Conexões da Editora Moderna que se inicia com uma seção intitulada: Orientações Gerais, que defende a ideia de que os componentes curriculares de História, Filosofia, Sociologia e Geografia, devem ser abordados de forma integrada e são fundamentais para o desenvolvimento pessoal, bem como, para a construção de uma cidadania democrática.

A coleção: Conexões: Ciências humanas e sociais aplicadas da Editora Moderna; é composta por cinco livros, com autores renomados no campo da história, geografia, filosofia e sociologia.

Os cinco livros da coleção são divididos por temáticas, onde em apenas 02 (dois) livros foram identificados pontos que envolvem assuntos correspondentes ao golpe civil militar de 1964 e a posterior ditadura. Foco para dois cadernos que têm como temática: Estado, Poder e Democracia e Ética e Cidadania, objeto de nosso estudo.

Figura 6 – Coleção Conexões – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - 2020



Fonte: Acervo do autor, 2024.

No volume com a temática de Estado, Poder e Democracia, verificamos a alusão aos temas na unidade 4 com o título: A luta pela cidadania e por direitos. Neste capítulo são abordados os conceitos de Estado, cidadania, direito e igualdade. Apresenta todo um histórico na linha do tempo para com a construção e evolução sobre o direito de igualdade, a questão do voto, as relações de injustiças identificadas no Brasil e no mundo, a desigualdade de direitos entre homens e mulheres, bem como, a questão da representatividade feminina.

Apresenta uma crítica à atuação do Estado diante das desigualdades sociais, dos movimentos sociais ao longo do tempo, em especial, no Brasil, e, é feita uma reflexão sobre o fato de sermos ou não verdadeiramente livres. Ainda sobre esse volume, destacamos o assunto a respeito de todo o histórico sobre democracia, ontem e hoje, o texto traz a definição de democracia direta, representativa, a sua origem na Grécia Antiga, a democracia social de Rousseau, o questionamento a respeito da democracia quanto a questão de justiça e de igualdade de direitos, toda a sua evolução ao longo da história até os dias atuais, de forma bastante perspicaz entrelaça o passado e o presente.

Outro ponto de abordagem a respeito da democracia é que esta está intimamente ligada à questão do uso da mídia social e da liberdade de expressão.

Ao contrário dos demais livros didáticos analisados acima esse volume já traz em seu bojo a discussão acerca das *Fake News*, assunto esse abordado neste trabalho, quanto método utilizado, sobretudo pelos revisionistas ideológicos. Na seção Pesquisa em foco: Democracia e verdade na Era de *Fake News*. Esse espaço

destinado no livro tem por objetivo “desenvolver metodologias ativas por meio de estudo de caso, entrevista, construção e uso de amostragem e questionários e grupo focal”. Aqui o livro propõe que o discente estabeleça um estudo acerca das questões apresentadas no texto, refletindo sobre democracia, liberdade de expressão e a criação de notícias falsas. A atividade orienta ao aluno através de etapas:

- 1 – Diário de informação;
- 2 – Comparando diários;
- 3 – Seleção das fontes e do objeto de análise;
- 4 – Definição de critérios de organização e análise do material; e,
- 5 – Produção e disseminação do texto.

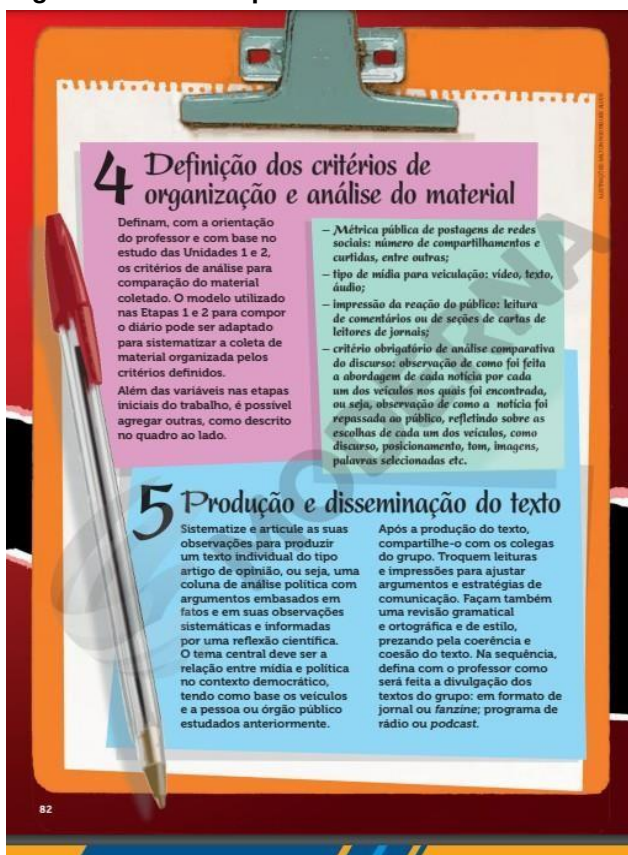
A proposta se enquadra numa perspectiva de educação midiática, entretanto, quanto a questão da historicidade, do aspecto propriamente dito da ciência da história seria interessante a adaptação desta proposta no que concerne a identificar através de um trabalho minucioso a respeito de textos revisionistas ideológicos e históricos. Assim, o discente que porventura estiver suscetível através do entusiasmo e da prática docente, tal prática sairia como uma luva no que tange ao combate as práticas, e tentativas de deturparem a ciência da história.

Figura 7 – Abordagem didática acerca das Fake news



Fonte: Coutin et al., 2023.

Figura 8 – Como explorar o material



Fonte: Coutin et al., 2023.

O volume aborda também os conceitos de paternalismo, autoritarismo e populismo, apresentando as demais características presentes em toda a América Latina, em seguida, apresenta a onda ditatorial, a implantação de governos autoritários na Argentina, Chile e no Brasil. Contextualiza o período e fica claro a preocupação em estabelecer a ideia de que o golpe e a ditadura no Brasil não foram algo isolado, e sim, um conjunto de acontecimentos local e global que levaram a sua instauração.

Entretanto, algumas ressalvas são levantadas por docentes da educação básica no Brasil quanto ao novo Ensino Médio, especificamente ao material integrado, tendo em vista ter havido uma supressão de conteúdos mister para cada área das ciências humanas, sem tratar que o novo Ensino Médio trouxe uma redução drástica no número de aulas e na abordagem apresentada nos livros didáticos.

Por fim, o quarto volume a ser analisado também faz parte da coleção: Conexões: Ciências humanas e sociais aplicadas da Editora Moderna, sendo que o

volume intitulado Ética e Cidadania no que tange diretamente aos conteúdos abordados pela ciência da história temos a análise das grandes guerras mundiais trazendo uma discussão acerca dos direitos humanos, a questão da ética e a questão da verdade, essa que é a primeira vítima nos contextos beligerantes; evidenciamos também os conceitos de cidadania, ditadura e os termos elaborados pela filósofa Hannah Arendt sobre os regimes totalitários.

A respeito do nosso trabalho em curso, especificamente quanto a questão do golpe civil militar no Brasil e os revisionismos, o volume traz uma atividade proposta bastante perspicaz a respeito do uso da negação quanto ao tema do holocausto, na página 64, a atividade Contraponto propõe, como pode ser observado na figura 9.

Partindo desta proposta de atividade é possível atrelarmos o tema da negação do holocausto quanto ao tema também do revisionismo ideológico e as tentativas de burlarem a ciência da história. Tal atividade também pode ser proposta nas primeiras aulas do 1º ano do Ensino Médio quando se é visitado temas da história da história, ou seja, a historiografia. É nesse momento que o aluno ao ingressar no Ensino Médio se depara com as especificidades da ciência de Heródoto.

Outrossim, apesar de todo o avanço apresentado nos volumes dos livros didáticos quanto: a grafia, contextualização, imagens, recursos, refinamento intelectual, uso tecnológico, atividades plurais para o processo de ensino-aprendizagem e a relação indissociável entre o passado-presente, com propostas atualizadas; ao compararmos a quantidade de páginas, o conteúdo abordado e a diversidade quanto ao tema do Golpe Civil Militar e Ditadura Militar no Brasil entre os dois livros da Editora Moderna do novo Ensino Médio, o livro da FTD também do novo Ensino Médio em relação com o volume 3 da coleção de Alfredo Boulos, da FTD sendo que do antigo Ensino Médio, ou seja, o primeiro livro analisado em questão, veremos uma redução significativa e a supressão considerável de informações, correlações e atividades propostas, contexto esse, que promove uma maior limitação ao trabalho do professor em sala de aula, e a construção crítica pelos discentes a respeito do golpe civil militar no Brasil e na América Latina.

Figura 9 – Exemplo de atividade

CG1, CG2, CG9; CE1 (EM13CHS101);
CE5 (EM13CHS502, EM13CHS503).

Não escreva no livro.

Contraponto

Mediação sugerida
História

Holocausto: a política de extermínio dos judeus

Vários registros atestam a veracidade do holocausto. Mesmo assim, há pessoas que contestam o extermínio de mais de 6 milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Recentemente, novos documentos sobre o assunto vieram à luz com a abertura dos arquivos do Leste Europeu, após a queda dos regimes comunistas. A União Europeia sancionou uma lei em 2007 que pune com prisão quem negar o holocausto.

Observe a imagem a seguir.



Manifestação organizada pela Campanha Contra o Antisemitismo, em Londres, Reino Unido, em 2018.

Agora, leia o trecho de uma entrevista concedida à Revista *BBC História* pelo historiador Nicolás Kinloch, especialista em história do holocausto. Nele se discutem as provas documentais desse evento traumático.

E quanto à negação do Holocausto, ela pode ser levada a sério?

Negar o Holocausto é ignorar de forma deliberada uma imensa quantidade de provas, a maioria concedida pelos próprios alemães. Ao contrário do que dizem aqueles que negam esse genocídio, não somos dependentes do testemunho em primeira pessoa de sobreviventes.

Quais são as provas existentes?

São diversas. Temos, por exemplo, os discursos de Heinrich Himmler gravados, nos quais [...] fala abertamente sobre a matança de judeus como “uma página de glória em nossa história que nunca foi nem será escrita”. Além disso, há enormes quantidades de fotografias e filmes – as tentativas nazistas de proibir o registro de assassinatos em massa costumavam ser ignoradas – e documentos que descrevem os trens a caminho da morte em Treblinka e Birkenau. [...] temos o testemunho voluntário de uma série de criminosos, até de homens como Stangl, o comandante de Treblinka, e Eichmann, diretor do departamento judeu da SS. Por fim, não podemos ignorar a existência dos campos de extermínio em si. [...] Inexistem motivos históricos para duvidar que quase 6 milhões de judeus foram mortos entre 1941 e 1945.

KINLOCH, Nicolás. Explicações para o injustificável Holocausto. *Revista BBC História*, São Paulo, Triada, ano 1, n. 1, p. 14-15, set. 2008.

Explorando outras fontes

Filme

Negação. Direção: Mick Jackson. Estados Unidos/Reino Unido, 2007. Duração: 1h50 min.

O tema deste filme é a negação do holocausto como tentativa de extermínio dos judeus europeus durante a Segunda Guerra Mundial. Uma professora universitária de História, especialista em holocausto, é acusada de difamação por um escritor, famoso por ter escrito uma biografia de Hitler e por negar os crimes nazistas. Diante do tribunal, a defesa da professora tem de provar que o holocausto de fato aconteceu para vencer o processo.

Não escreva no livro.

1. Como a imagem e o texto se contrapõem?
2. Em sua opinião, que motivos levariam grupos de pessoas a negar a ocorrência do holocausto?
3. O que o entrevistado afirma sobre a negação do holocausto?
4. Quais são as evidências históricas que comprovam esse evento?
5. Você acha que as pessoas têm o direito de usar a liberdade de expressão para negar fatos históricos traumáticos? Discuta com os colegas e dê sua opinião.

Fonte: Coutrin et al., 2023.

4 REFERENCIAL TEÓRICO: EDUCAÇÃO MIDIÁTICA, TDIC, O ENSINO DE HISTÓRIA E O COMBATE AO REVISIONISMO IDEOLÓGICO

A educação midiática deve ser um instrumento utilizado para a formação da cidadania e uma ferramenta para o combate ao revisionismo ideológico e ao negacionismo histórico. Boa parte do material produzido hoje, no mundo, no que concerne a disseminação desses temas se dá por meio do uso digital, das redes sociais, dos jogos digitais que são fomentados pela tecnologia digital da informação e da comunicação as chamadas TDIC.

A complexidade entre a educação midiática e o combate as produções de caráter revisionistas ideológicas podem ser compreendida por diversas maneiras. A princípio o seu conceito perpassa pelo desenvolvimento de habilidades críticas para compreender, analisar e avaliar conteúdos midiáticos, em geral, principalmente os conteúdos que se encontram à disposição ou que são direcionados por uso do algoritmo em frações de segundos, como os conteúdos postados nas redes sociais.

Possibilitar aos discentes uma formação através das prerrogativas da educação midiática em concomitância a cultura histórica (ver capítulo 01) é de suma importância, uma vez que permite elucidar, capacitar os agentes envolvidos a saber consumir mídias, informações com consciência e responsabilidade.

Se as plataformas sociais e as tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) são utilizados para desinformar, para massificar conteúdos fascistizantes, revisionistas ideológicos, inverdades e *Fake News*, ao ponto de instigar ou impulsionar pessoas, por exemplo, a invadir o Capitólio em Washington nos Estados Unidos e o Congresso Nacional em Brasília, aqui no Brasil, essas podem e devem ser utilizadas para combater a desinformação, as *Fake News*, e sobretudo, combater os revisionistas ideológicos de plantão, a educação midiática juntamente com a construção da cultura histórica nos abastece com postulados, conceitos e podem levar a prática da empatia. Os discentes reconhecerem os vieses históricos, identificando e diferenciando-os, dos não históricos, como também a desinformação e a manipulação, contribuindo para a construção da cidadania.

O revisionismo ideológico como já foi dito a priori no capítulo 1 é a reinterpretação de eventos históricos, através da construção de uma narrativa que se apropria apenas de um recorte referendado pelos pares (historiadores),

ideologias ou doutrinas, muitas vezes com a intenção de adaptá-las, evidentemente, de maneira tendenciosa, visando promover uma agenda política específica. De maneira que presenciamos em projetos como o *Brasil Paralelo* que recentemente se apresenta como formador de professores de história e nas obras como o *Guia Politicamente Incorreto*, por exemplo.

Munidos da importância e da prática efetiva da educação midiática à luz da história por meio das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Ao entendermos que a habilidade de fomentar e utilizar aplicativos e programas voltados para história digital, permitiria que os discentes, sob orientação do professor, provessem seu próprio material digital de estudo. Se é comum nos dias de hoje a presença dos celulares em posse dos alunos, inclusive em sala de aula, é de suma importância que sejam desenvolvidas metodologias ativas visando o processo de ensino-aprendizagem.

Os autores Dias-Trindade, Sara; Mill, Daniel no texto: *Humanidades digitais e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC): indeterminações conceituais em um cenário de mudanças permanentes*, discorreram sobre a relação dos TDIC, a história digital, sua importância e os diversos conceitos epistemológicos que surgem da expressão humanidades em áreas que envolvem a TDIC, como: Humanidades digitais, computação das humanidades, informática humanística, recursos digitais em humanidades.

Nesse artigo, os autores descrevem que esse emaranhado de nomenclatura apresenta desvantagens por não haver um ponto comum, de partida, “e que se nota é a divergência que encapsula também diferentes formas de compreender a interseção entre Ciências Humanas e o universo computacional”. Aborda-se também a discrepância no acesso as Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e TDIC, que ficou bastante claro, no período da pandemia, onde a educação resumiu-se ao acesso das plataformas, o uso de ferramentas nas aulas remotas e de educação à distância. É nesse ponto que se presenciou um abismo entre àqueles que já possuíam as ferramentas e dominavam seu uso com àqueles que não possuíam e nem dominavam os recursos, seja para com o professor ou aluno.

Outro ponto não menos importante do referido texto perpassa pela análise na distância apresentada entre o dialeto próprio da história, com os usos cotidianos das tecnologias, o texto alerta que à distância entre a História e a cultura tecnológica

permite o emprego de aventureiros que se postam como sábios, conhecedores da área da história, sendo esse que recorrem a argumentos históricos de maneira apressada, imprecisa e preconceituosa, mas ao usarem as ferramentas e a linguagem tecnológica como os Memes, Podcast, tik tok e publicidades que encantam, seduzem o público em geral.

Ainda na perspectiva da importância das TDIC o livro: *Educação em tempos de humanidades digitais: aprendizagens, tecnologias e ciberculturas* (2021), traz em seu bojo:

reflexões sobre os indivíduos, estudantes e cidadãos que hoje é visto e cobrado por uma formação multimodal, ubíqua, transdisciplinar, conectado as redes, ao mundo virtual, um ser onipresente. É neste contexto que temos a ligação entre Educação e humanidades digitais, onde se faz todo “o sentido”, sobretudo pelos fatos que estes promovem (Trindade; Mill, 2021, p. 18) .

Dentre os pontos, destacaríamos que um dos resultados da globalização das práticas de comunicação, experiência do conhecimento na sociedade digital é a emergência de nova noção da proximidade social e cognitiva nos processos educacionais, em que a distância deixa de constituir um limite no acesso à educação e à aprendizagem, ou seja a “incorporação dessas tecnologias tornam-se fundamentais no contexto educacional”, e cabe a escola mesmo antes dos adventos das tecnologias digitais, estreitar e se apropriar da realidade que cerca os alunos, sendo que através da “incorporação de novas práticas pedagógicas ou da reformulação de procedimentos tradicionais de ensino-aprendizagem, se efetivando a partir das mudanças de mentalidades e de mutações culturais”.

Outro ponto mister é que “sabemos que todo processo educacional se baseia na socialização de conhecimentos, por um intenso processo comunicacional para a sinalização sociocultural, de comportamento e valores, mudanças intelectuais e emocionais” (Mill *et al.*, 2018, p. 7). Faz-se necessário conhecer as vantagens, e limitações no uso digital na educação e com isso fomentar estratégias “profícuas e motivantes”.

O uso de tecnologia deve ser o meio para o processo de ensino-aprendizagem. O professor deve saber o assunto abordado intimamente e ao preparar o seu plano de aula buscar inserir de maneira perspicaz os usos de ferramentas: *smartphones*, músicas através de sons, *notebooks*, *softwares* educacionais apropriados para o cenário de sala de aula, ou seja, o professor deve

ter um olhar crítico e saber implementar as devidas e necessárias ferramentas. Assim, é importante passar pelo processo de sensibilização dos docentes ante o uso, apresentar os dados sobre a importância do uso mínimo de tecnologia, já que várias ferramentas são utilizadas pelos alunos, mas que precisamos dar um sentido educacional.

Assim, sensibilizar a alta direção apresentando dados que corroborem para a ideia do uso de tecnologia, apresentando números explicativos sobre as influências de rendimento aos alunos quando os mesmos, assim, solicitariam um investimento na aquisição de ferramentas à alta gestão para o setor de tecnologia da informação (Tis) e tecnologias educacionais.

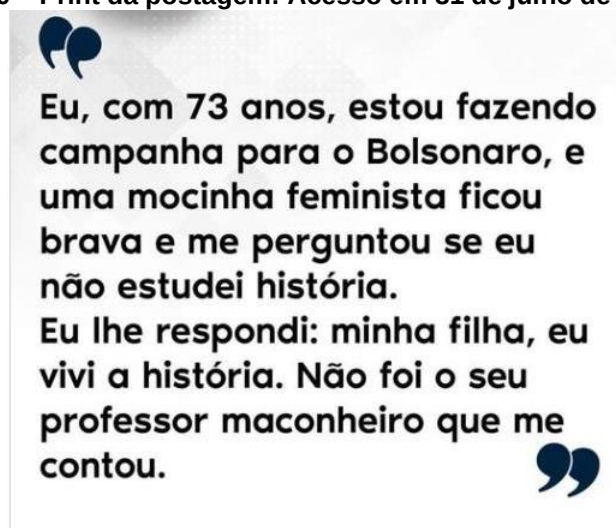
4.1 DESINFORMAÇÃO NÃO É LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Notícias falsas atravessam a história e são usadas para tirar proveito delas. O debate historiográfico contemporâneo tem-se realizado para entender esse fenômeno social que nos acomete tendo em vista atualmente, o déficit em diversas áreas, inclusive no ensino de história. Notícias falsas sempre existiram e continuarão a existir. Marc Bloch já atentava quanto a isso desde o início do século XX, quando em sua obra: *Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra* (1921), explora o fenômeno no contexto da Primeira Guerra Mundial, na qual ele mesmo atuou como combatente, ele relatou para que o aumento das notícias falsas ou comumente chamada de *Fake News* só ganham força, quando a sociedade está propensa a isso.

As recentes produções acadêmicas pela corrente da História do Tempo Presente em relação aos livros didáticos analisados no capítulo 2, uma anterior ao novo Ensino Médio e as outras partindo do novo Ensino Médio, não trazem em seu bojo discussões acerca de notícias falsas, muito menos a respeito dos conceitos de revisionismos, negacionismos e anticiência, a exceção da atividade proposta pelo livro da Editora Moderna apresentada no capítulo 2 deste trabalho. Lembrando que as referidas temáticas já são objetos de estudos e de abordagens em grandes vestibulares no Brasil, bem como, em casas jurídicas e em alguns segmentos da sociedade. Fica aqui, a crítica pela ausência desses temas que estão na agenda atual dos agentes da história.

Temas como: negacionismo, revisionismo ideológico, anticiência deveriam vir a ser mencionados; pois, as redes sociais impulsionaram a disseminação das notícias falsas e, enquanto educadores, devemos usar novas armas para lidar com essa situação em que os docentes de história são acometidos. Sugerimos, a abordagem desse tema de maneira mais frequente em sala de aula, vejamos a postagem abaixo:

Figura 10 – Print da postagem: Acesso em 31 de julho de 2024



Fonte: *Twitter*, 19 de setembro de 2020.

É de fundamental importância que levemos essa discussão para sala de aula, identificamos na postagem com ou sem a intencionalidade: equívocos, ataque ao movimento feminista, irracionalidade, deturpação da ciência da história que fora reduzida a questão de memória, disputa de narrativas, enfim, é por dever do ofício, o combate das estruturas que tentam corroer a ciência da história, dilemas que sempre marcaram a história. Max Weber (2000) entendia-a como uma ciência da compreensão e não dá explicação: o ensino de história precisa dá sentido as coisas, interligar os acontecimentos, dar sentido aos emaranhados de informações, para que a partir desses se construa conhecimento histórico.

A educação midiática como um todo pode ajudar as pessoas a identificarem tentativas de revisionismo ideológico que distorcem fatos históricos ou realidades sociais. Ao ensinar como verificar fontes e contextos, os educadores midiáticos capacitam os indivíduos a questionarem narrativas suspeitas. Em conjunto sugerimos aqui a operação jornalística do *Fact Checking*, checar os fatos, algumas agências, como: Aos Fatos e Lupa pioneiras têm apresentado esse serviço,

entretanto, os negacionistas põem em xeque, inclusive, a veracidade desses serviços, daí a importância de o professor possibilitar aos alunos a cultura midiática, e proporcionar a eles iniciativas de checagens, ou seja, separar o fato do que é dito. Assim, como avaliar a veracidade e a confiabilidade do que recebo pelas mídias sociais? Devo viralizar e compartilhar tudo o que recebo?

Entendem por “mídia-educação o estudo, o ensino e a aprendizagem dos meios modernos de comunicação e expressão, considerados como parte de um campo específico e autônomo de conhecimentos, na teoria e na prática pedagógica, o que é diferente de sua utilização como auxiliar para o ensino e a aprendizagem em outros campos de conhecimento, tais como a matemática, a ciência e a geografia (Unesco, 1984).

A consciência histórica (ver capítulo 01) aguçada em sala de aula, por estratégias de ensino possibilita reflexões e o foco no desenvolvimento de habilidades para analisar o conteúdo que é exposto na e pela mídia. Desta forma, compreendemos ser de suma importância a apreensão conceitual, uma vez que esse campo oferece um ponto de partida para a construção do conhecimento, transformando a informação em algo efetivo.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS NA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO PRODUTO

O Ensino de história tem a função de alargar horizontes e permitir a ascensão de formas mais complexas de pensamento, além de preparar para a “autodefesa intelectual”. Essa expressão ajuda no sentido que o cidadão não seja suscetível a manipulações que o subjuguem a interesses alheios. Formar cidadãos em nossos tempos, envolve consideravelmente a formação de senso crítico e da reflexão autônoma, exigindo sempre do professor de história uma intelectualidade a ponto de promover no aluno um senso crítico de tudo aquilo que este consome, sobretudo a respeito de temáticas das mais diversas possíveis que se apresentam na “terra de ninguém”, devido não haver um controle eficiente por parte das autoridades quanto ao que é publicado nas redes sociais.

Dentre os objetivos da aplicação do produto, pensado enquanto proposta didática, através dessa dissertação temos: a construção de um glossário temático por meio do uso da TDIC, um aplicativo. Esse glossário tem por objetivo munir os discentes como também os docentes dos conceitos de revisionismos acerca do golpe civil militar de 1964 no Brasil, e a partir deles, aguçar ao ponto, que em sala de aula transmita a importância de compreender a prática de combates as *Fake News*, o revisionismo ideológico, as negações, o negacionismo histórico, através da ratificação ininterrupta, constante da ciência da história.

Nas aulas de história é muito comum enquanto professor darmos uma atenção maior as inquietações do nosso presente. É daí que deveríamos sempre partir, das prerrogativas da história do tempo presente que nos proporciona a condição de gancho, ponto de partida para com a relação indissociável do passado-presente.

Os fenômenos sociais em ressonância com os conceitos associados devem ser apresentados de maneira descontraída, fazendo uso de exemplos presentes no dia a dia dos estudantes. A proposta desse trabalho busca, além dos conceitos, outra prática presente no cotidiano dos estudantes: o uso de aplicativos.

Estudos apontam que o uso de aplicativos tem sido bastante comum entre os jovens e adolescentes, orientá-los a serem protagonistas no processo de ensino-aprendizagem é fundamental. A partir dessa premissa, de que os alunos ao

participarem da construção de um glossário por um aplicativo, permitem que esses saiam do estado de conforto, partindo de um mero receptor de informações para construtor e emissor, contribuindo assim, para o processo de ensino-aprendizagem.

À luz dessa ideia, também nesse capítulo, iremos arguir de início, onde foi aplicado o produto, qual o perfil da instituição de ensino, dos professores e dos estudantes. Como também iremos apresentar a metodologia utilizada na aplicação do produto, descrevendo a construção e realização desse produto supracitado.

5.1 DESCRIÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLA QUE FOI APLICADO O PRODUTO

O trabalho foi realizado na cidade do Recife, estado de Pernambuco, em uma escola pública, administrada por servidores da segurança pública, tem como seu Projeto Político Pedagógico (PPP) a ótica Vygotskyana, visando à construção do indivíduo como pessoa e fornecendo instrumentos que irão possibilitar sua maturidade intelectual (PPP, 2010). Vygotsky parte da premissa que o desenvolvimento cognitivo não ocorre independente do contexto social, histórico e cultural, “[...] a linguagem primordial da criança e do adolescente é puramente social [...]” (Vygotsky, 2000, p. 63).

A escola possui mais de 400 alunos regularmente matriculados no Ensino Médio, Fundamental I e II e Educação Infantil. Não é integral, pela manhã funciona a Educação Infantil e o Fundamental I e II, no período vespertino o Ensino Médio, os discentes têm aulas extras curriculares nos contraturnos a depender da vontade e interesses dos mesmos. Participam de preparatórios para olimpíadas de conhecimentos em todas as áreas: exatas, saúde e humanas, se destacando anualmente.

No campo da história já é uma tradição a participação dos discentes na excelente Olimpíada de conhecimento realizada pela Unicamp, a tão conhecida Olimpíada Nacional de História do Brasil (ONHB) que tem indiscutivelmente por suas propostas a defesa da ciência da história, e a contribuição na formação de cidadãos críticos para com esse país.

Sua estrutura é composta por: uma biblioteca, 03 auditórios, salas de leitura, laboratórios de informática, física, matemática, química e biologia, três quadras

poliesportivas e um campo de futebol. Em relação a recursos tecnológicos, possui vários projetores, DVDs, televisores e *notebooks* que ficam alocados numa sala reservada chamada de seção de meios auxiliares e publicações (SMAP). Não possui Internet disponível aos alunos apenas para funcionários, para a realização de atividades administrativas para os professores realizarem pesquisas e preenchimento da caderneta *on-line*, na sala de professores a qual existe um computador. No laboratório de informática existem 10 computadores que funcionam e há rede de Internet disponível.

O laboratório de informática e a biblioteca são espaços utilizados pela equipe de humanas como toda estrutura apresentada pela escola quando se quer sair do espaço confinado que é a sala de aula. Ambientes como o da beira rio, o campo de futebol, e o dojô enriquecem a escola “local de refúgio e de produção do conhecimento”.

Na escola, em questão, há uma equipe de cinco professores com formação acadêmica em licenciatura em História, dos quais um é responsável pela coordenação técnica de ensino de humanas e os outros são professores do Ensino Médio e Fundamental, uma vez que a disciplina de história é introduzida no currículo desde o 1º ano ao 5º do Fundamental I, sendo com uma professora polivalente, entretanto a partir do fundamental II, ou seja do 6º ao 9º e no Ensino Médio do 1º ao 3º todos são licenciados em história.

Assim, os professores são distribuídos da seguinte forma: um é responsável pela turma do terceiro ano do Ensino Médio, outro pelo segundo ano e os outros dois responsáveis pelas turmas do primeiro ano do Ensino Médio e das aulas que são ministradas para os alunos do Ensino Fundamental, vale salientar que os dois últimos juntamente com o coordenador da disciplina fazem um trabalho de preparação dos estudantes para a participação nas olimpíadas de história, seja em nível estadual como também a nível nacional.

Quanto ao tema abordado neste texto, os professores do Colégio foram indagados se haviam trabalhado o contexto pré e pós-ditatorial no Brasil sob a perspectiva dos revisionismos. Todos responderam que não. Foi unânime também quanto ao formato de ensino deste evento histórico. Os docentes responderam que apresentam o conteúdo de forma linear, seguindo com as características envolta dos presidentes militares: de Castelo Branco em 1964 até Figueiredo em 1985.

Em suma, todos os professores que participaram do questionamento afirmaram nunca ter ensinado qualquer assunto a respeito do golpe civil militar sob à luz do revisionismo histórico e ideológico. Segundo eles, tal fato justifica-se pela falta de tempo devido aos vestibulares e por esse conteúdo não ser abordado em tais exames nacionais.

Os alunos desta comunidade escolar, como a grande parte dos jovens, vivem inteiramente ligados aos aparelhos eletrônicos, como os: celulares e computadores. Assim, a interação social tornou-se dependente de redes sociais e jogos eletrônicos. Muitos são regidos ou até mesmo “educados” por Youtubers, Tiktokers, publicitários e destacam os professores de vídeo aulas.

Alguns pais e/ou responsáveis, não participam ativamente da vida escolar desses estudantes, segundo a coordenação escolar, a baixa participação se dá porque ambos trabalham o dia inteiro e não tem tempo de acompanhar o rendimento de seus filhos. Porém é notório um melhor rendimento dos alunos que tem a presença ativa efetiva dos pais na escola, esses por sua vez, demonstram um maior interesse e respeito em sala de aula, como também um melhor desenvolvimento cognitivo, assim, percebe-se que é fundamental a participação da família na vida escolar dos jovens.

Infelizmente, ainda é comum encontrarmos, no Ensino Médio, alunos que não conseguem interpretar um texto, conceituar e nem tampouco organizar as ideias a respeito das operações históricas como a apresentada por Certeau.

Apesar dessas dificuldades é possível sim motivá-los, principalmente, quando a ciência da história é posta a eles através de atividades plurais, lúdicas e com uso de tecnologias. Assim, vimos que temos estudantes que tem todo potencial para galgar degraus maiores e mudar o atual cenário da educação brasileira.

5.2 RELAÇÃO DA PESQUISA COM O PRODUTO

Dentre os significados apresentados pelo *Dicionário Eletrônico Houaiss* sobre o que é um glossário, temos: “conjunto de termos de uma área do conhecimento e seus significados; vocabulário e pequeno léxico agregado a uma obra, principalmente para esclarecer termos pouco usado e expressões regionais ou dialetais nela contidos”.

A pesquisa possibilitou a construção objetiva dos termos que transitam acerca do tema estudado e seus desprendimentos como alvo de disputas de narrativas no presente, bem como, os revisionismos em jogo que perpassam nesse fato histórico que lançou o país em um dos momentos mais tristes da nossa história, das infrações dos direitos humanos e de rompimento democrático em nosso país.

Por sua vez, a sequência didática apresentada a seguir, é o resultado, não de uma escolha aleatória, mediada pelo professor com a escolha de temas capazes de causar um incômodo e despertar a capacidade crítico-reflexiva do aluno.

Entendemos que o produto irá contribuir para a compreensão e análise de conceitos como revisionismos, negacionismo histórico, *Fake News*, revisionismo ideológico, dentre outros, junto aos mais variados temas, em especial, o golpe civil militar de 1964 e o contexto histórico da ditadura civil militar no Brasil.

5.3 SOBRE A SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Podemos definir sequência didática como uma forma de organizar, metodologicamente o trabalho feito em sala de aula. É também um conjunto de atividades articuladas que são planejadas com a intenção de atingir determinado objetivo didático. Pode ser organizada em torno de um gênero textual (oral ou escrito) ou de um conteúdo específico, podendo envolver diferentes componentes curriculares. Essas atividades podem ajudar a melhorar a educação e a interação do professor e aluno, no trabalho dos assuntos propostos pela BNCC. A Sequência Didática tem um roteiro pré-determinado. São eles:

1. **Eixo temático** – um tema para sua sequência;
2. **Tomada de consciência com diagnose** — Uma primeira atividade que ajudará a inserir o aluno e aluna no conceito;
3. **Atividades significativas** — a atividade deve se relacionar com o tema e a habilidade que se quer construir e que faça parte da realidade dos estudantes;
4. **Atividades lúdicas** — Atividades que o aluno, como protagonista do processo de ensino e aprendizagem, possa escrever, falar desenhar;
5. **Fixação de conteúdo** — Atividade que deve resgatar todo o conteúdo visto para ajudar a consolidar o que o aluno aprendeu;

6. **Avaliação significativa** — Como um objetivo final, o aluno deve fazer uma atividade que avalie todo o seu conhecimento em relação ao eixo temático abordado.

A escolha do modelo de sequência didática está relacionada aos objetivos que o docente pretende alcançar diante das necessidades dos alunos. Tais objetivos e necessidades são baseados nos seguintes princípios didáticos: valorização dos conhecimentos prévios dos alunos; ensino centrado na problematização e ensino reflexivo, com ênfase nos vários eixos de ensino, na mediação e no constante monitoramento que o professor faz para acompanhar os alunos, por meio de atividades de avaliação durante e ao final da sequência didática.

A sequência didática deve ser utilizada para aprimorar a aprendizagem, definindo passos e etapas correlacionadas para atingir um objetivo específico.

O professor define um início e um final para a aplicação dessa técnica, que pode variar de acordo com o tema escolhido e as necessidades observadas. Outro ponto que precisa ser evidenciado é a capacidade que a sequência didática tem de auxiliar os estudantes no desenvolvimento das mais diversas habilidades e competências, na resolução de problemas do dia a dia e, ainda, no aperfeiçoamento do seu desempenho individual de aprendizagem.

As atividades precisam ser interligadas e organizadas em níveis diferentes de evolução, até atingir o objetivo final. Para construir uma sequência didática é importante que haja um planejamento de projeto bem definido, seguindo algumas etapas específicas:

1º Apresentação da Proposta: os estudantes precisam estar cientes de tudo que envolve o processo da sequência, desde o tema que será escolhido até os resultados que o professor espera atingir no final. É papel do educador, portanto, justificar todas as escolhas e apresentá-las para os alunos, evitando assim que haja dúvidas ou descontentamentos.

2º Produção Inicial (objetivos): é nesse momento que os alunos devem ser ouvidos. Os conhecimentos prévios, as expectativas para o processo e todas as dúvidas iniciais precisam ser abordadas logo de início. O professor escutará a visão dos estudantes a fim de desenvolver um diagnóstico da situação atual da classe e, assim, será muito mais fácil e eficaz determinar quais os objetivos da sequência didática.

3º Módulos da sequência: é o “corpo” da estratégia, ou seja, a parte que será colocada em prática durante a Sequência Didática, como as atividades, pesquisas e os exercícios em geral. É essencial que tudo que for desenvolvido seja dinâmico, atrativo e siga uma sequência lógica baseada nos objetivos previamente definidos.

4º Produção Final: por meio de *feedback* compreender a qualidade do processo e o que poderia ter sido feito diferente para melhor se adequar às necessidades, além de analisar a eficácia da sequência desenvolvida através de comparações dos trabalhos realizados pré e pós a aplicação das avaliações.

5.3.1 Identificação

Público-alvo: Discentes do 3º ano do Ensino Médio.

Etapas: 04.

Duração: um mês.

5.3.2 Objetivos

Tema: O Golpe Civil Militar de 1964: entre os revisionismos histórico e ideológico.

Duração: 6 aulas de 50 minutos.

Público-alvo: 3º ano do Ensino Médio, podendo ser adaptado para o 9º ano do Ensino Fundamental II e o 1º ano do Ensino Médio.

Objetos de conhecimento e habilidades (BNCC): Analisar o período do Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil e a posterior ditadura civil-militar e os processos revisionistas em torno do acontecimento histórico.

(EF09HI19) identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil - militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

(EF09HI20) discutir os processos de resistências e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.

Objetivos de aprendizagem:

- Compreender o contexto histórico do golpe civil-militar e a implementação

ditadura civil-militar;

- Identificar as principais características dos anos ditatoriais;
- Analisar os processos de resistência e os relatórios da Comissão da Verdade;
- Desenvolver habilidades de escrita e interpretação de texto;
- Relacionar fatos históricos com acontecimentos atuais da sociedade.
- Debater os revisionismos acerca do Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil.

5.3.3 Metodologia

- Aula 1:

Iniciar a aula indagando os alunos sobre o que eles entendem por golpes, ditadura, negacionismo e revisionismo; quais os golpes e ditaduras eles têm conhecimentos que ocorreram ao longo da história e as visões e narrativas construídas. Depois de ouvir as respostas da turma, será realizada uma aplicação dos questionários em sala de aula. Nesse primeiro momento busca-se compreender quais são as ideias prévias dos alunos a respeito da temática que será abordada em sala. Em seguida, partiremos para o processo de contextualização sobre as narrativas que envolvem o Golpe Civil Militar no Brasil em 1964.

- Aula 2:

No início da aula os alunos receberão algumas partes de documentos, previamente selecionados, que podem ser encontrados na página da Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão temporário criado pela Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011, que encerrou suas atividades em 10 de dezembro de 2014, com a entrega de seu Relatório Final. Esta cópia do portal da CNV é mantida pelo Centro de Referência Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional⁴. Os alunos devem trabalhar diretamente com uma fonte, nesse processo eles poderão compreender como se dá o processo de pesquisa histórica e a importância da prática da análise documental; algumas perguntas devem ser sugeridas para o processo de análise: Quem produziu o documento? Sobre o que o documento fala? Qual período histórico ele está se referindo? O que foi a Comissão da Verdade e por qual motivo foi

⁴ <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

instituída?

Os documentos apresentados devem ser analisados em grupos pequenos; cada grupo deverá produzir um resumo sobre o documento analisado e, posteriormente, apresentar para a turma.

- Aula 3:

Nesta aula será analisada a reportagem: *Áudios secretos do Superior Tribunal Militar* revelam novos casos de tortura na ditadura, a reportagem produzida pela revista Exame⁵ aborda diferentes casos de torturas e violações dos Direitos Humanos, o que permite um debate atual sobre os temas da ditadura e retratam um passado traumático que não foi superado em nossa história.

- Aula 4:

Esta aula será prática e realizada no Memorial da Democracia de Pernambuco. O monumento à Democracia em Pernambuco, foi dedicado a preservar a luta pelo fim da ditadura militar no Brasil, no casarão do Sítio da Trindade, em Casa Amarela, zona norte do Recife. O espaço abriga um acervo documental produzido pela Comissão Memória e Verdade, criada em 2012 pelo ex-governador Eduardo Campos.

- Aula 5

Como forma de incentivar o protagonismo do processo de aprendizagem por parte dos alunos solicitamos que eles realizem uma pesquisa ancorada em livros, vídeos, depoimentos e relatos de presos políticos que estiveram sob a tutela dos militares. A pesquisa é livre, com o total acompanhamento do docente em relação às fontes de pesquisa, como sugestão deixamos os seguintes títulos: *Relato de Miriam Leitão ao jornalista Luiz Cláudio Cunha sobre a tortura vivida na ditadura militar* (disponível *on-line* nos sites: *Observatório da Imprensa*⁶ e *Congresso em foco*⁷); *Infância roubada* de autoria da Comissão da Verdade (disponível *on-line* na página da Assembleia Legislativa de São Paulo)⁸. Como a investigação é livre serão aceitos

⁵ <https://exame.com/brasil/audios-secretos-do-stm-revelam-novos-casos-de-tortura-na-ditadura/>

⁶ <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>

⁷ <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/nota/miriam-leitao-fala-sobre-tortura-vivida-na-ditadura-militar/>

⁸ https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf

os mais variados temas de pesquisas, como: as ações dos militares para coibir a disseminação de conteúdos artísticos e de saúde coletiva (surto de meningite que vitimou mais de três mil crianças em 1972, por não ser permitido noticiar nada a respeito), esses assuntos são alvos constantes de negacionistas históricos e revisionistas ideológicos que utilizam as plataformas digitais para disseminar suas inverdades, as famosas *Fake News*.

- Aula 6

Após a produção da pesquisa, como produto, temos a construção de um glossário com verbetes que será exposto de forma crítico-reflexivo em um aplicativo que permite publicá-lo de forma gratuita, de ser consultado por qualquer *smartphone* e ser alimentado à medida que for necessário, tudo a partir dos trabalhos realizados em sala de aula anteriormente. O professor tem o objetivo de fazer com que os alunos entendam as operações historiográficas por meio de um comparativo dos acontecimentos do golpe e da época da ditadura com os dias atuais, sobretudo com os últimos acontecimentos, a exemplo do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro que desde sua campanha política, durante todo o tempo que esteve à frente do Executivo e, hoje, por meio das suas páginas sociais tem sido um grande fomentador de práticas negacionistas e de revisionismos ideológicos.

Assim, acompanhados de exposição oral dos principais aspectos pesquisados e dos conjuntos dos trabalhos esperamos que os estudantes sejam capazes de correlacionar o período do golpe e da ditadura civil militar com os fatos históricos recentes em nosso país, e assim, legar um produto que permita facilitar o ensino-aprendizado para com o professor e o aluno.

5.4 SOBRE O PRODUTO

A construção de um glossário por meio de um aplicativo (<https://appinventor.mit.edu/>) de caráter educacional que poderá ser usado e produzido em sala de aula no ensino básico do componente curricular de História.

No decorrer das aulas, sob a mediação de um professor de história, que também poderá trabalhar em conjunto com o professor de informática, será possível vivenciar e experimentar por meio de debates, diálogos, apontamentos, leituras dirigidas, uma vasta literatura a respeito do mundo virtual, das tecnologias presentes

em nosso cotidiano escolar, das virtudes, avanços e recuos sobre como se deve utilizar os recursos tecnológicos, bem como, aspectos críticos, realistas quanto as desigualdades geradas pela ausência de investimentos inteligentes e pontuais nessa área: tecnologia e educação.

Vale salientar que, ao longo do curso deste trabalho foi possível também identificar o quanto, nós professores estamos distantes das tecnologias, especialmente as mais modernas e avançadas, daí elencarmos, a importância de termos esse contato com o uso das TDIC, do qual recomendaria, ser de maior frequência, haja vista não termos tido essa formação nos anos iniciais de graduação. Isso corroborou e muito, a uma extrema dificuldade por parte de vários professores, apesar de todos os esforços, paciência e sabedoria dos mestres.

Em posse do aprendizado do passo a passo de como construir e utilizar o aplicativo *Mit Inventor Edu* a fim de constituir o glossário, e após uma minuciosa e criteriosa pesquisa quanto aos termos que devem ser utilizados para possibilitar o entendimento acerca do Golpe Civil Militar pelos viéses dos revisionismos, seja ele histórico ou ideológico, apontados, chegamos a seguinte lista de alguns verbetes conceituais:

- Afirmacionismo
- AI — 5
- América Latina
- Ato Institucional
- Autoritarismo
- Bolsonarismo
- Ciberespaço
- Ciência
- Comissão da Verdade
- Consciência Histórica
- Ditadura
- Direita Política
- Educação Midiática
- Empatia
- Empatia Histórica
- Evidência Histórica

- Esquerda Política
- *Fake News*
- Fascismo
- Fatos Históricos
- Golpe Civil Militar
- Golpe de Estado
- Guerra Fria
- História
- Historiografia
- Ideologia
- Liberdade de Expressão
- Memória
- Militarismo
- Negação
- Negacionismo
- Negacionismo Histórico
- Operação Brother Sam
- Opinião
- Desinformação
- Populismo
- Razão
- Reforma de Base
- Revisão
- Revisionismo
- Revisionismo Histórico
- Revisionismo Ideológico
- Revolução
- Senso Comum
- Temas Sensíveis
- Tortura
- Traumas Coletivos
- Vestígios Históricos

Dos verbetes supracitados 04 (quatro) foram apresentados no glossário como amostra: os conceitos de golpe de estado, revisionismo histórico, revisionismo ideológico e revolução. Pode-se verificar na figura 11 a tela inicial do App desenvolvido.

Golpe de Estado: são iniciativas de elites políticas, econômicas e militares, não envolvendo a população, mesmo que, às vezes, contenha o apoio popular. Dificilmente um golpe promove mudanças profundas. Em geral, eles ocorrem para preservar ou restaurar determinada situação política, como o que nasceu no ano de 1964.

Revisionismo histórico: em seu sentido lato, não é algo de novo na historiografia. São construções teóricas que partem de debates, refutações hermenêuticas, desconstruções de teorias e que sempre fizeram parte de uma prática pública, aberta, onde os debates e fontes são publicizados e abordados sob um guarda-chuva comum: o compromisso com a busca ou o horizonte da veracidade dos fatos por meio da ciência da história.

Revisionismo ideológico: em seu sentido lato, são práticas que negam ou atenuam fatos a partir de concepções fechadas, onde as convicções valem mais que as provas. Quando há possibilidade de provas, elas são fabricadas, manipuladas e distorcidas sem pudor para serem encaixadas em conceitos pré-concebidos, em (pré) conceitos.

Revolução: designa uma transformação profunda, um movimento de grandes proporções que rompe com o que existia até então. Geralmente, ela surge das bases da sociedade e envolve, um grande número de pessoas, alterando as estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais.

Figura 11 – Print da tela inicial do glossário (App)



Fonte: Flávio Pernambuco/Acervo do Autor, 2024.

Os conceitos apresentados partem do sentido histórico recente, foram criados e adaptados por autores do campo da história, pelo professor, pelos alunos e reproduzidos de obras tais como: *o Dicionário dos negacionismos no Brasil*.

Por fim, segue no apêndice A o passo a passo do uso do sistema MIT App Inventor (aplicativo) para construção de um Glossário com terminologias, verbetes, termos a respeito do Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil: entre os revisionismos histórico e ideológico em sala de aula e o apêndice B contendo o passo a passo para disponibilizar o Glossário (App desenvolvido) na *Play Store*. Ambos os apêndices contêm a descrição das interfaces do produto e as diversas fases do aplicativo e suas funcionalidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo demonstrar os conceitos de revisionismos histórico e ideológico relacionados com o Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil, e suas implicações no ensino de história.

A metodologia utilizada foi a qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica que ao trabalhar os conceitos abordados alcançou-se resultados significativos que permitiram algumas conclusões relevantes como a de levarmos por multiperspectiva para a sala de aula, o debate sobre revisionismos: histórico, ideológico e negacionista, principalmente, quanto ao tema do Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil. Este estudo é relevante porque fora identificado que os discursos revisionistas ideológicos têm permeado muitos discentes nas aulas de história para um caminho que a deturpa e que promove práticas extremistas como a de ferir a democracia, como a de negar a ciência e desprezar o professor enquanto agente no processo de ensino e aprendizagem.

Uma das premissas do Ensino de História é a de trazer para a sala de aula as indagações e as transformações do cotidiano. Em um ambiente extremamente polarizado, questionamentos chegam a assumir um lugar de verdade absoluta, “ideia” essa, comumente, encontrada em discursos extremistas que são calcados em revisionismos ideológicos.

Daí o presente trabalho ter recorrido pela História do Tempo Presente, trazendo as contribuições de Bedária, Silva e Schurster, dentre outros e pelo estudo relacional entre o contexto do golpe civil militar em 1964, os facismos da época com as tentativas de se resgatar os discursos de ódio e autoritarismo, nos dias atuais, bem como também de tentar reavivar o golpe.

Além disso, a análise realizada nos livros didáticos permitiu concluir que este instrumento carece em sua maioria da discussão acerca dos revisionismos, dos conceitos que deveriam ser trabalhados em sala de aula como o de revolução e golpe. Percebemos que nos últimos anos existe uma preocupação enorme da academia quanto aos ataques à ciência da história, que na maioria dos casos, é levada por professores acadêmicos que identificam as tensões na sociedade, em especial, na sala de aula da educação básica.

Estas observações reforçam a ideia de que vivemos um momento conflituoso,

por isso a necessidade de encontrarmos saídas para atual conjuntura. Uma das saídas encontrada e sugerida perpassa pela compreensão dos revisionismos e pela postura dialógica que o professor deverá assumir em sala de aula projetando discussões a respeito da educação midiática, tendo em vista boa parte dos discursos negacionistas e revisionistas serem efetuados via mídia digital.

O trabalho da conceituação nos permite elucidar e darmos um ponto de partida ao discente, que ao ser somado com o seu conhecimento apriorístico, possibilita um maior entendimento sobre os eventos históricos.

Outro ponto a ser destacado, obtido por meio desta pesquisa é que deve haver um trabalho em sala de aula por novas perspectivas, não estando preso a história linear, sendo essa muito comum, ou seja, é mister apresentar o contexto à época do golpe por meio de uma outra leitura, como a de combater as farsas veiculadas sobretudo nas mídias digitais, instigando os alunos a apresentarem novas ideias, outros caminhos de estudo a respeito dos fatos históricos.

Apesar de alguns resultados positivos, esta pesquisa também encontrou algumas limitações como a de se trabalhar com o recorte historiográfico, tendo em vista as permanências de fatos que se desenvolveram e se desenvolvem, ora se metamorfoseando em uma temporalidade de longa duração.

A História do Tempo Presente nos alerta para com essas dificuldades e aponta que é impossível dar conta, totalmente, do presentismo que nos rodeia, sobretudo quando se trata de produções, matérias atreladas ao mundo digital, por conta da quantidade e da velocidade estonteante. Assim, uma das dificuldades deste trabalho perpassou em fechar e delimitar um período, apontando diálogos entre o passado e o presente acerca das discussões sobre o movimento armado militar e os dias de hoje. Vários foram os acontecimentos que mereciam destaques: a escalada do bolsonarismo e a eleição do ex-presidente Bolsonaro, a invasão ao Capitólio nos Estados Unidos e a invasão ao Congresso Nacional, em 08 de janeiro de 2023.

A vocação golpista, aqui no Brasil, atravessa séculos, o golpe civil militar realizado foi fomentado bem antes do fatídico 1º de abril 1964, a limitação deste trabalho também passa pelo tamanho da amostra estudada, ou seja, o contexto amplo do golpe.

Por fim, este trabalho contribuiu para endossar o rol de estudos a respeito do

golpe e da ditadura em nosso país, a levantar reflexões acerca da importância do tema que se encontra em condição de disputa dentro e fora da sala de aula.

As implicações desta pesquisa nos proporcionaram concluir a importância de levarmos os conceitos dos revisionismos em consonância a educação midiática, inserindo a cultura da checagem do que é publicado nas mídias sociais. O que se pretende aqui é que seja estabelecido um combate incessante por parte de todos os agentes da educação, quanto a prática do revisionismo ideológico em sala de aula, que corriqueiramente acontecem por meio das mídias sociais.

Por isso, propomos o Glossário, com conceituações, a respeito dos revisionismos, enquanto produto, a ser trabalhado em sala de aula. Se as práticas do revisionismo ideológico, os ataques à democracia e à ciência da história se dão massivamente, por meio das mídias sociais, de materiais sofisticados, tecnológicos pelo uso de aplicativos, o nosso antídoto passa também pelo uso de um aplicativo, a fim de produzirmos um material de qualidade em conjunto professor-alunos.

O uso das tecnologias digitais nos permite ir além das aulas costumeiras, das propostas isoladas, daquilo que é previamente planejado no início do ano. A experimentação da qual entendemos ser criativa advém da construção de um glossário temático, que nos permite dialogar com a noção de historiografia escolar digital (Costa; Lucchesi, 2016), fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

Através da proposta apresentada por este trabalho, entendemos assim, que os docentes estejam em alerta e que proporcionem aos discentes a capacidade de checarem as informações, ou seja, de separar o fato do que é dito. Assim, sejam capazes de avaliar a veracidade e a confiabilidade do que se recebe pelas mídias sociais, do que devo viralizar e compartilhar.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a leitura e o estudo das dissertações catalogadas e disponibilizadas sobre o período do Golpe Civil Militar de 1964 e a posterior implantação da Ditadura Militar no Brasil no *site* oficial do ProfHistória. Esses estudos sem sombra de dúvidas poderiam aprofundar o conhecimento sobre o tema apresentado nesta dissertação, uma vez que as obras foram realizadas por professores “chão de escola”.

Outrossim, a construção desta dissertação permitiu compreender a importância de nós professores estarmos em continuada formação, mesmo que com toda dificuldade, e muito diferente da forma da qual desejamos, por fim esperamos

que os estudos e as reflexões apresentadas possam servir como base para discussões, futuras pesquisas e aplicações práticas na área do ensino de história.

REFERÊNCIAS

- AARÃO, R. D. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. *In*: AARÃO, R. D.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**, Bauru: Edusc, 2004.
- BARBOSA, C. Revisionismo. *In*: SZWAKO, J.; RATTON, J. L. (Orgs.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: CEPE, 2022.
- BAUER, C. **Brasil e Argentina: Ditaduras Desaparecimentos e Políticas de Memória**. São Paulo: Editora Medianiz, 2018.
- BAUER, C. Negacionismos Históricos e os usos políticos do passado na contemporaneidade. *In*: BONETE, W. J.; DANTAS, J. S. (Orgs.). **Transformações sociais no mundo contemporâneo: entre olhares e reflexões**. PA: Cabana, 2021.
- BÉDARIDA, F. **L’Historiére et le métier d’historien em France 1945-1995**. Paris: Ed. De la Maison des Scienes de l’home, 1995.
- BÉDARIDA, F. História do Tempo Presente. *In*: SCHURSTER, K. **Verbete: História do Tempo Presente**. Cidade: Editora, 1986.
- BITTENCOURT, C. M. F. Livros e materiais didáticos de História. *In*: BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 293-325.
- BLOCH, M. Reflexions d’un historien seer les fausses nouvelles de la guerre. *In*: **Revue de Synthèse Historique**, 1921.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- CARDOSO, M. A. O lugar dos livros didáticos e os desafios do ensino de história do tempo presente. *In*: **Revista História Hoje**, v. 9, n. 17, p. 282-309, 2020.
- CERRI, L. F. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- FERRO, M. **Que herança terão nossos filhos?** São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- GENARI, E. R. **Revisionismo, memória e ensino de História da Ditadura civil-militar** – por uma prática politizante. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018.
- GINZBURG, C.. **Sinais: Raízes de um paradigma indiciário**. Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história. São Paulo Cia. das Letras, 1989.
- GOMES, N. L. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

NASCIMENTO, R. L. Ensino de História e audiovisual: um roteiro para leitura de 1964 — O Brasil entre armas e livros. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2021.

NAPOLITANO, M. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. *In*: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). **Novos combates pela história**: desafios. São Paulo: Contexto, 2021.

NGOZI, A. C. A historiadora obstinada. *In*: NGOZI, A. C. **No seu pescoço**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p.212-233.

NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

OLIVEIRA, S. R. F.; CAIMI, F. E. Vitória da tradição da resistência da inovação: o Ensino de história entre a BNCC, o PNLD e a Escola. *In*: **Educ. rev.** Dossiê — Bases nacionais e o Ensino de História embates, desafios e possibilidades na/entre a Educação Básica e a formação de professores, v. 37, 2021. Disponível em: scielo.br/z/er/a/STMcyKZgTNYBcFYn7f3L94C/#.

PINSKY, J. *et al.* **O ensino de História e a criação do fato**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

ROLLEMBERG, D.; CORDEIRO, J. M. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. *In*: **História, Histórias**, v. 9, n. 17, jan./jun. 2021.

RÜSEN, J. **Razão histórica: teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SAMPAIO, R. C. *Fake news*. *In*: SZWAKO, J.; RATTON, J. L. (Orgs.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: CEPE, 2022.

SCHMIDT, M. A. M. S. **Didática reconstrutivista da história**. Curitiba: CRV, 2020.

SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SCHURSTER, K.; SILVA, F. C. T. Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada. *In*: **Relaciones Internacionales**, v. 30, n. 60, p. 167-183, 15 de jul. de 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/23142766e130>. Acesso em 26 de jul. de 2024.

SILVA, B. C. Revisionismos, negacionismos e o passado autoritário brasileiro. *In*: **Rev. 29 de Abril**, v. 3, n.4, p. 65-81, jun./2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/revhist29abril/article/view/67894> . Acesso em 26 de jul. de 2024.

SILVA, F. T.; SCHURSTER, K. Esquecimento, Revisionismo e Negacionismo; O Assassinato da História. *In*: SCHURSTER, K.; GHERMAN, M.; FERREIRO-VÁZQUEZ, O. **Negacionismo**: A construção social do fascismo no tempo presente. Recife: Edupe, 2022.

SILVA, F. C. T.; SCHURSTER, K. **Passageiros da tempestade**: fascistas e negacionistas no tempo presente. Cepe editora. Edição do Kindle, 2022.

TALK TO ME TUTORIAL. **Technovation Challenge**. Disponível em: app inventor.mit.edu., Acesso em: 19 de jul. de 2024.

TREVISAN, R.; MOÇO, A. Qual a diferença entre revolução e golpe? *In*: **Nova Escola**, 2011.

TRINDADE, S. D.; MILL, D. (Orgs). **Educação e Humanidades Digitais**: aprendizagens, tecnologias e cibercultura. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021. (Coleção Pombalina).

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: UnB, 2000.

APÊNDICE A - Passo a passo para elaboração de um Glossário através da ferramenta MIT App Inventor

- No site <https://appinventor.mit.edu>, clique no botão laranja "Create Apps!" (Criar App), conforme figura 1.

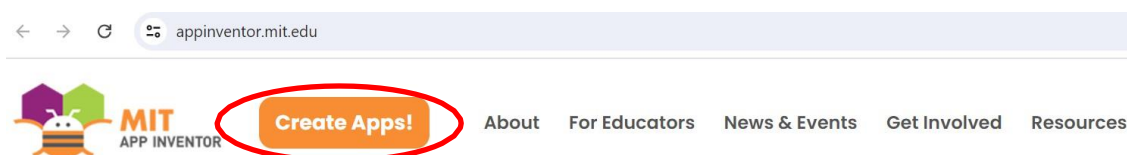


Figura 1: Recorte da tela com indicação de onde clicar para criar o App

- Faça login com o Google, escolhendo uma conta já cadastrada no computador ou outra conta para acessar, conforme figura 2. Caso não tenha uma conta Google, é necessário criar uma nova.

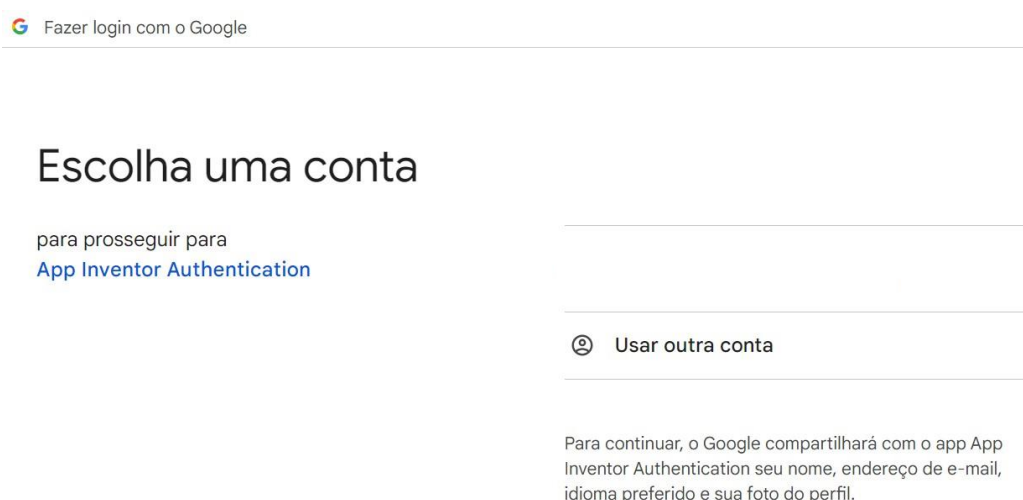


Figura 2: Recorte da tela indicando necessidade de conta Google para acessar o site

- Clique em "continuar" para aceitar os termos de compartilhamento do seu nome, endereço de e-mail, preferência de idioma e foto do perfil com o App Inventor, conforme figura 3.

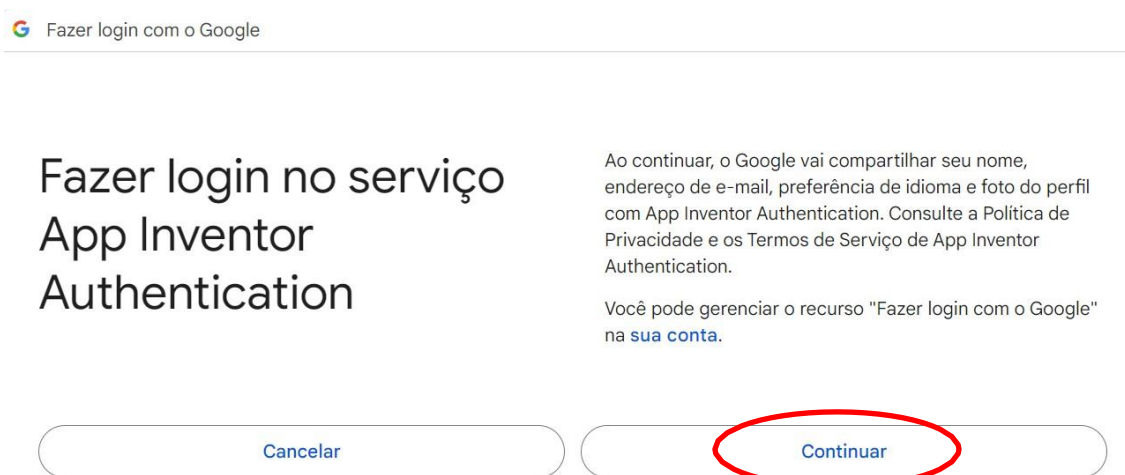


Figura 3: Recorte da tela com indicação do botão continuar para aceitar os termos Google

- Você será direcionado para a página com a Política de Privacidade e Termos de Uso (*Privacy Policy and Terms of Use*) do MIT App Inventor e precisará aceitar os termos de serviço, clicando no botão “I accept the terms of service!”, conforme figura 4.

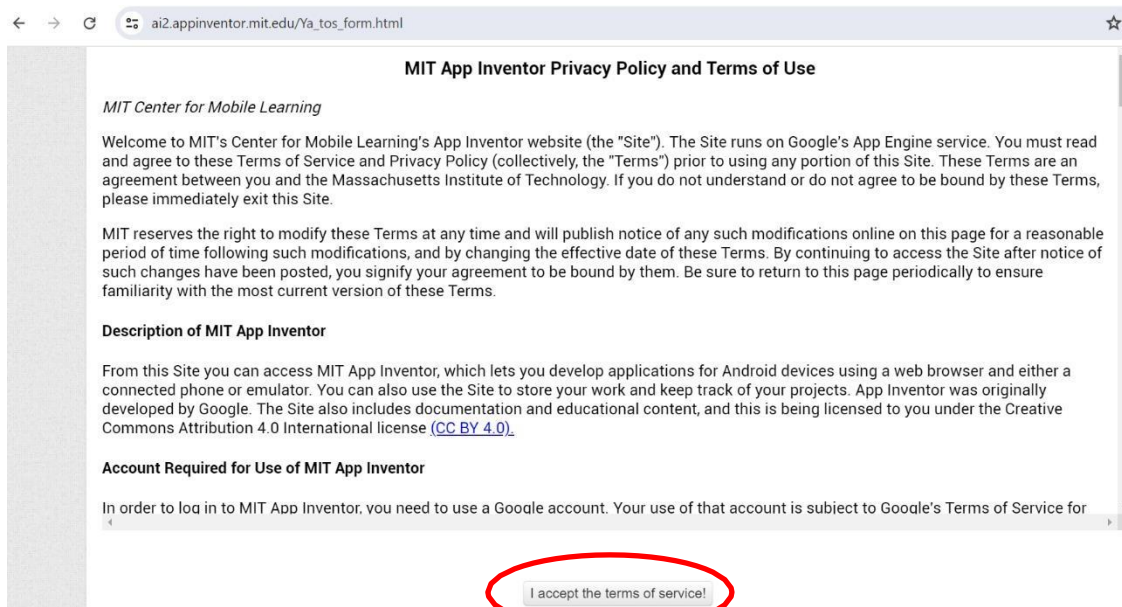


Figura 4: Recorte da tela com indicação que deve-se aceitar os termos de serviço

- Ao aceitar, você será direcionado para a página de criação do App Inventor, clique em “Continue”, conforme Figura 5.

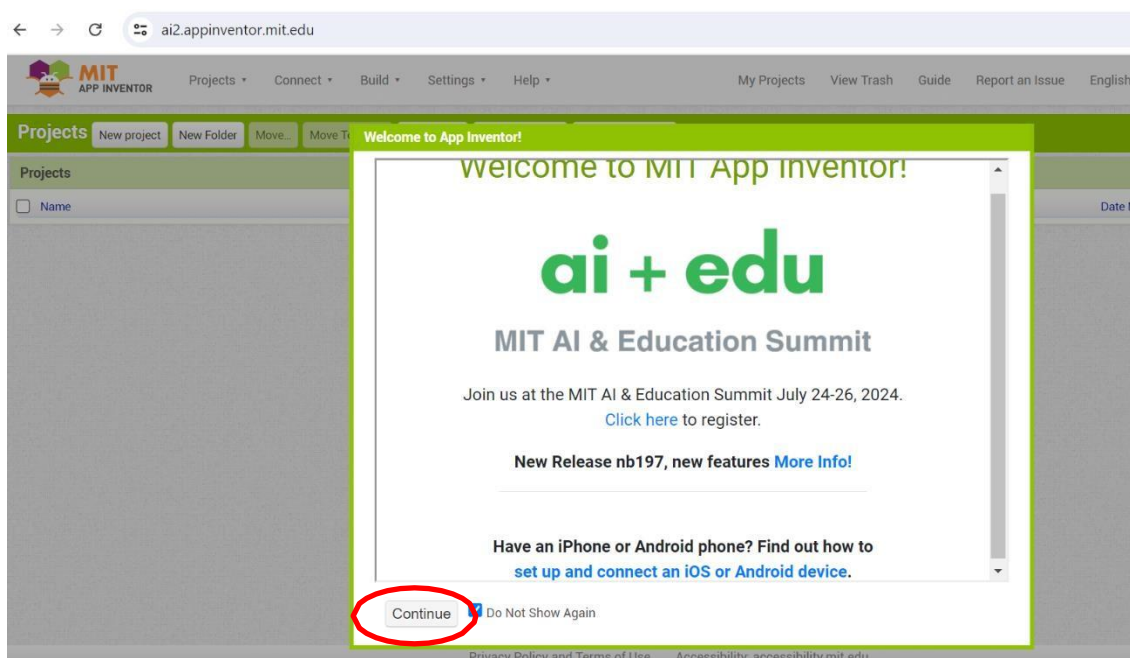


Figura 5: Recorte da tela contendo a página inicial do App com o botão Continue.

- Será aberta uma caixa de diálogo, apresentando 3 opções de tutoriais em inglês. Um

deles é o “Talk To Me” referente a criação de App. Você poderá clicar em “Close” para fechar, conforme figura 6. O passo a passo da opção “Talk To Me” está presente neste trabalho traduzido para o Português.

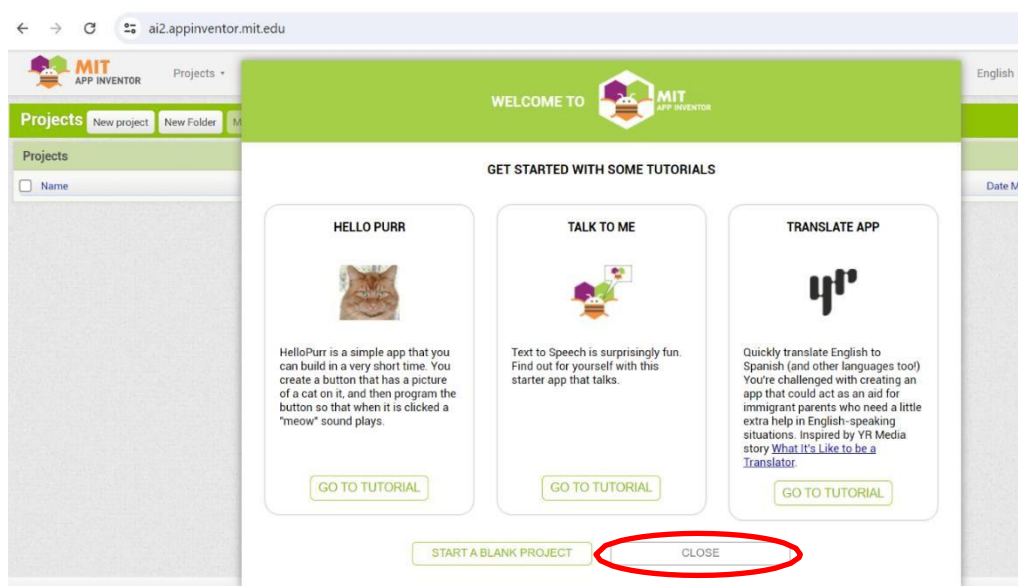


Figura 6: Recorte da tela com caixa de diálogo com indicação do botão “Close”.

- Na página seguinte, você pode selecionar o idioma que desejar, conforme figura 7.

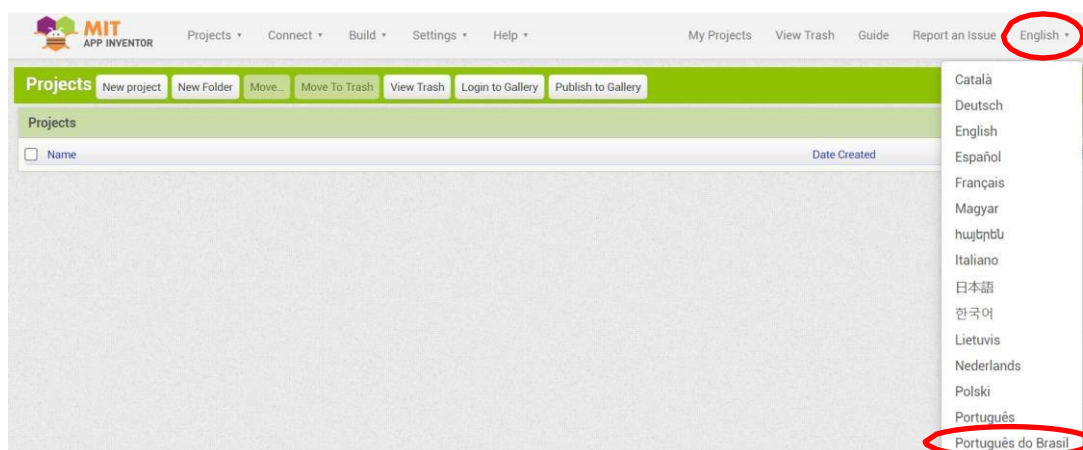


Figura 7: Recorte da tela com indicação para selecionar outro idioma.

- Clique em “New project” (Novo projeto) para iniciar um novo projeto e nomeie o projeto (sem espaços, sem caracteres especiais) e clique em OK, conforme figura 8. No exemplo abaixo, o nome criado foi “GlossarioRevisionismo”. Mas, pode ser incluído outro nome.

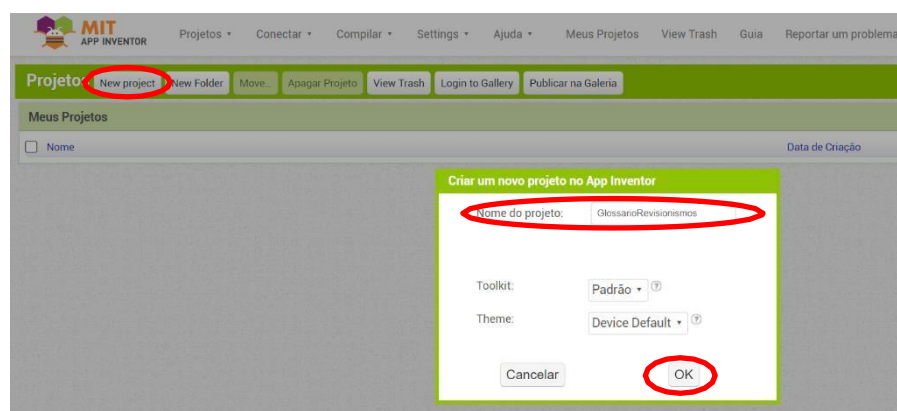


Figura 8: Recorte da tela com indicação do campo do nome do projeto e botão OK.

- O projeto será aberto na guia “Designer” para que se possa customizar a aparência do App e especificar quais componentes serão necessários na “Interface de Usuário”, como: botões, imagens, caixas de texto etc, conforme figura 9.

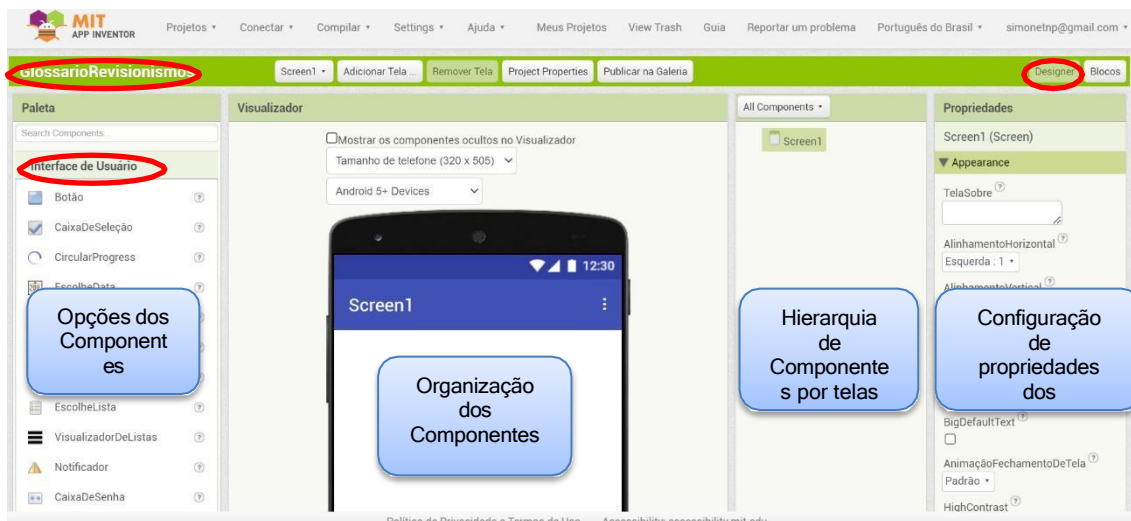


Figura 9: Recorte da tela com indicação do nome criado, guia “Designer” selecionada, “Interface de Usuário” e nomeações das áreas do App

- Como exemplo de como adicionar componentes ao App, basta clicar e segurar sobre o botão que se quer adicionar, arrastar e soltar na tela (screen1), conforme figura 10.

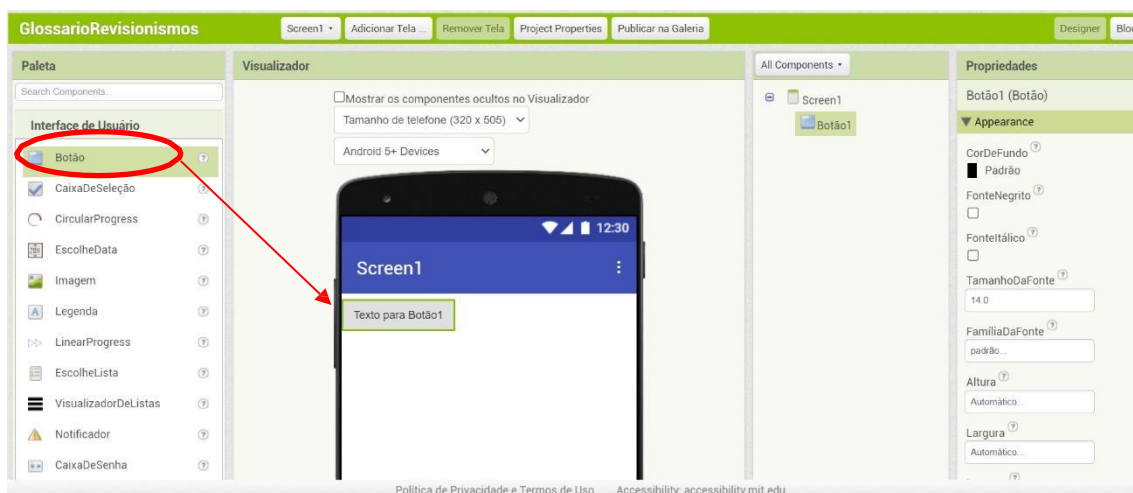


Figura 10: Recorte da tela com indicação do componente “Botão” que foi arrastado até a tela.

- Deve-se clicar, segurar, arrastar e soltar no “Visualizador” os seguintes componentes, um de cada vez, conforme figuras 11 e 12:

Screen

OrganizaçãoHorizontal da Paleta
Legenda da Paleta
Interface de Usuário
OrganizaçãoHorizontal da Paleta
EscolheLista da Paleta
Interface de Usuário

OrganizaçãoHorizontal da Paleta Organização Legenda da Paleta Interface de Usuário

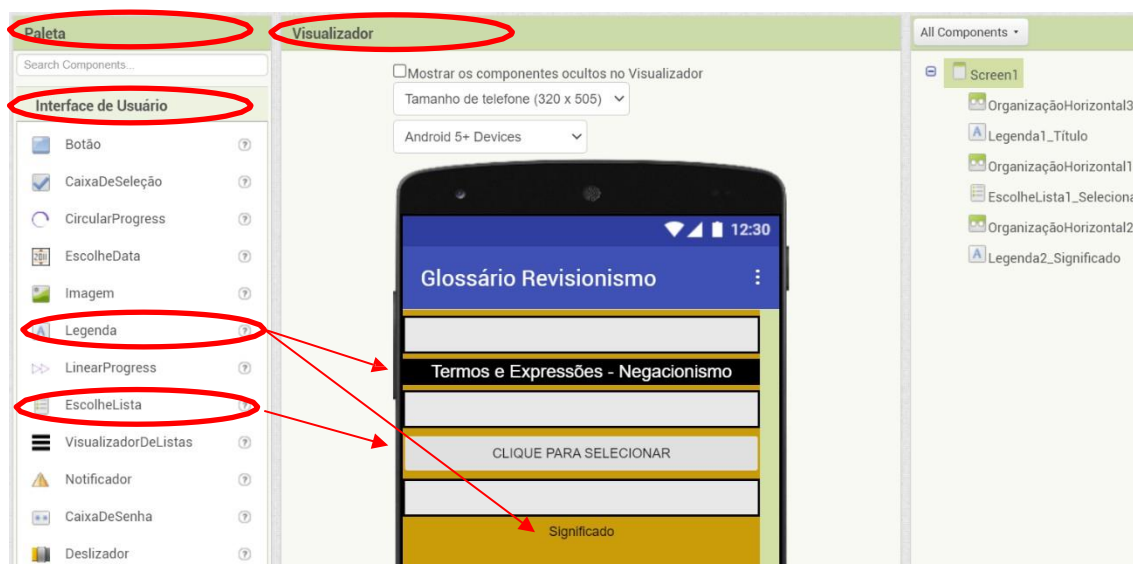


Figura 11: Recorte da tela da “Paleta” “Interface de Usuário”, contendo todos os “Componentes” que devem ser arrastados para o “Visualizador”.

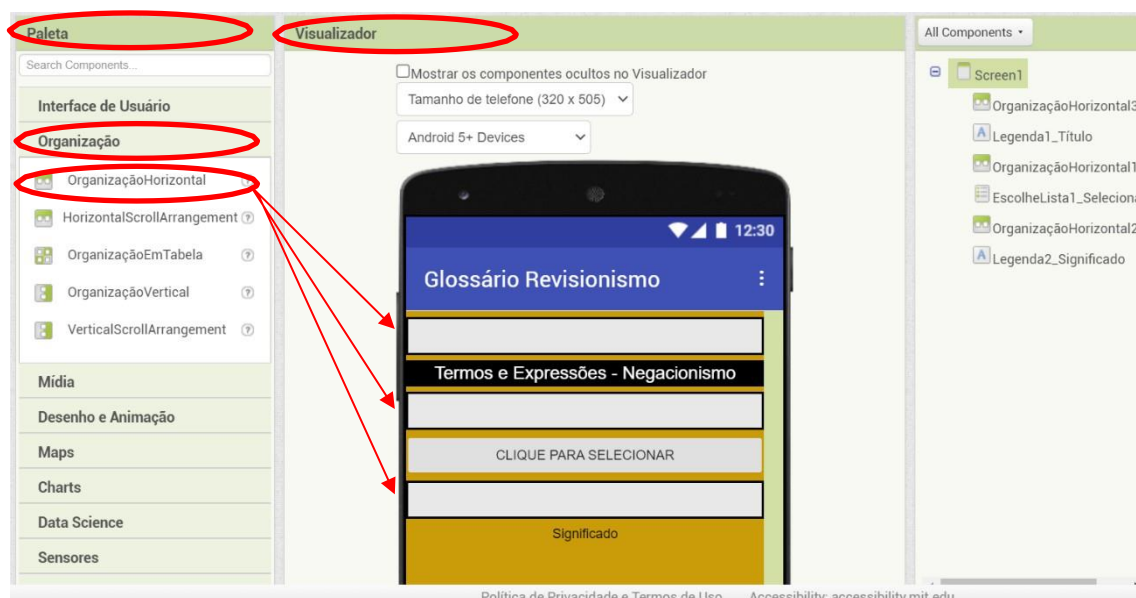


Figura 12: Recorte da tela da “Paleta” “Organização”, contendo o “Componente” “OrganizaçãoHorizontal” que deve ser arrastado 3 vezes para o “Visualizador”.

- Ao finalizar, a tela do site ficará com a visão da figura 13. Para alterar a aparência do App, deve-se selecionar Screen e alterar as propriedades, como: “CorDeFundo”, “ImagemDeFundo”, “Rolável” (dependendo da quantidade de termos, a tela precisará conter a barra de rolagem lateral), “MostrarBarraDeEstado” (a localização da barra de rolagem), “Título”, “TítuloVisível”. Para incluir uma imagem, é necessário “Enviar Arquivo” em “Mídia” e selecionar a imagem salva no computador.

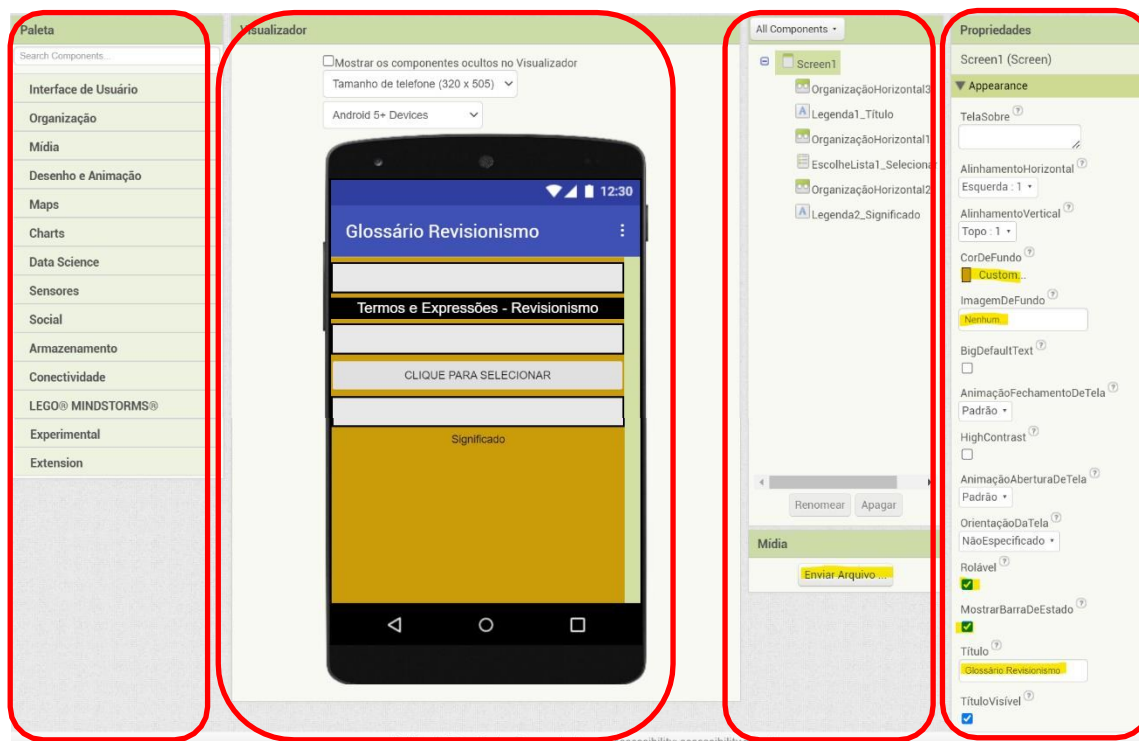


Figura 13: Recorte da tela do site contendo todas as opções de “Paleta”, “Visualizador”, “All Componentes” (lista todos os componentes em uma árvore hierárquica) e “Propriedades” (formata-se cada componente quanto à fonte, cores, tamanho etc).

- Para cada “Componente” arrastado para o “Visualizador”, deve-se clicar no respectivo “Componente” e clicar em “Renomear”, sempre acrescentando ao novo nome qual papel o componente irá representar, conforme exemplos das figuras 14 e

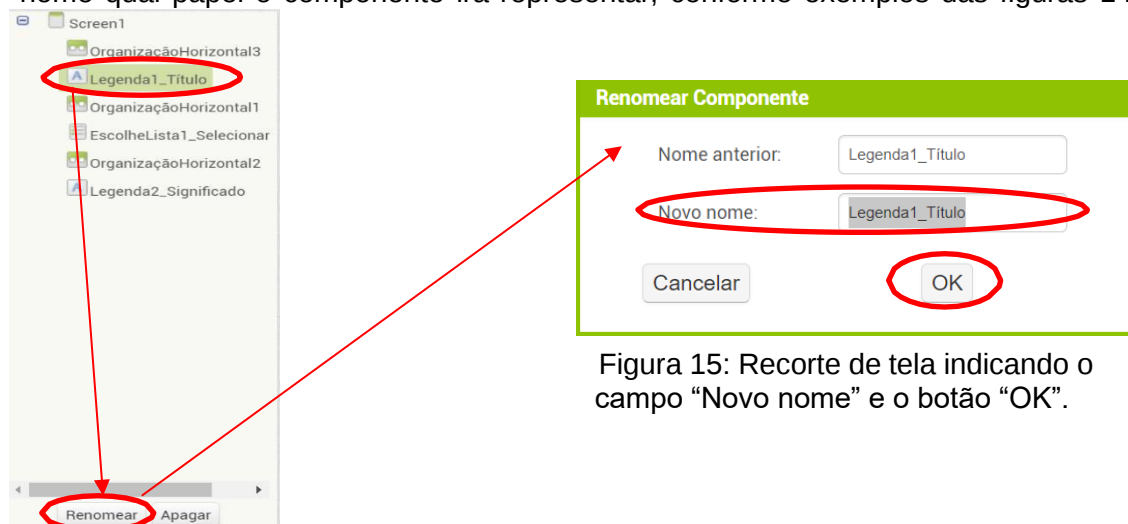


Figura 15: Recorte de tela indicando o campo “Novo nome” e o botão “OK”.

Figura 14: Recorte de Tela indicando o componente “Legenda1” selecionado e o botão “Renomear”.

- Para cada “Componente” arrastado para o “Visualizador”, deve-se clicar no respectivo “Componente” e na aba “Propriedades” configurar conforme desejar, para alterar a aparência do App (Glossário) a ser criado, conforme exemplos das figuras 16, 17, 18 e 19:

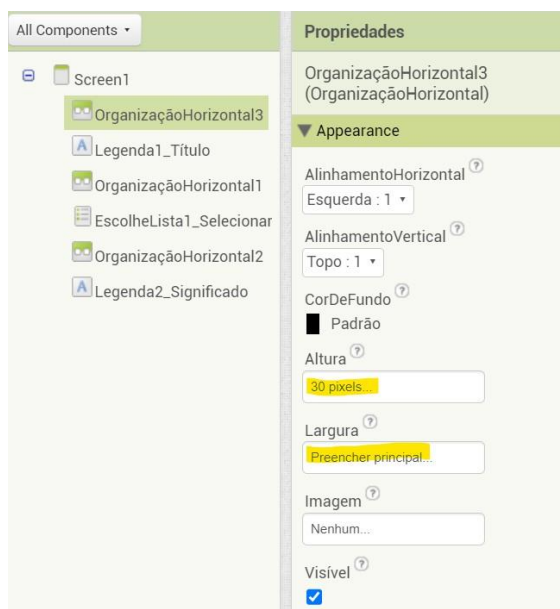


Figura 16: Recorte da tela com o “Componente” “OrganizaçãoHorizontal3” selecionado e em “Propriedades” indicando alterações de “Altura” (30 pixels) e “Largura” (Preencher principal).

Realizar a mesma atividade para os três componentes “OrganizaçãoHorizontal”.

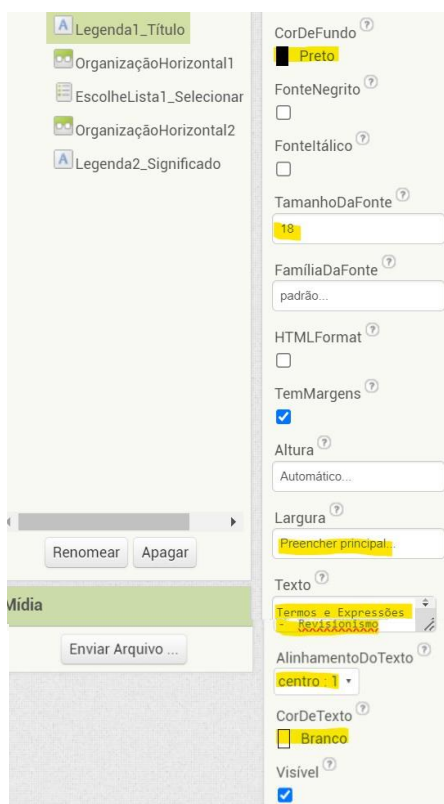


Figura 17: Recorte da tela com o “Componente” “Legenda1” (será o título) selecionado e em “Propriedades” indicando alterações de “CorDeFundo” (Preto), “TamanhoDaFonte” (18), “Largura” (Preencher principal), “Texto” (Termos e Expressões - Revisionismo), “AlinhamentoDoTexto” (centro: 1), “CorDeTexto” (Branco).

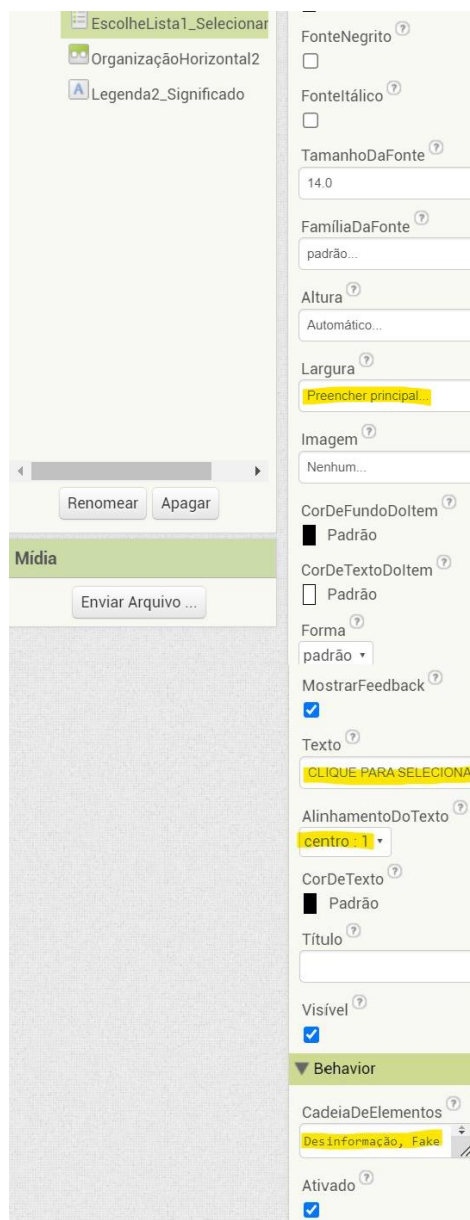


Figura 18: Recorte da tela com o “Componente” “EscolheLista1” selecionado e em “Propriedades” indicando alterações de “Largura” (Preencher principal), “Texto” (CLIQUE PARA SELECIONAR), “AlinhamentoDoTexto” (centro: 1), “CadeiaDeElementos” (Incluir todos os termos a serem incluídos no Glossário separados por vírgula).

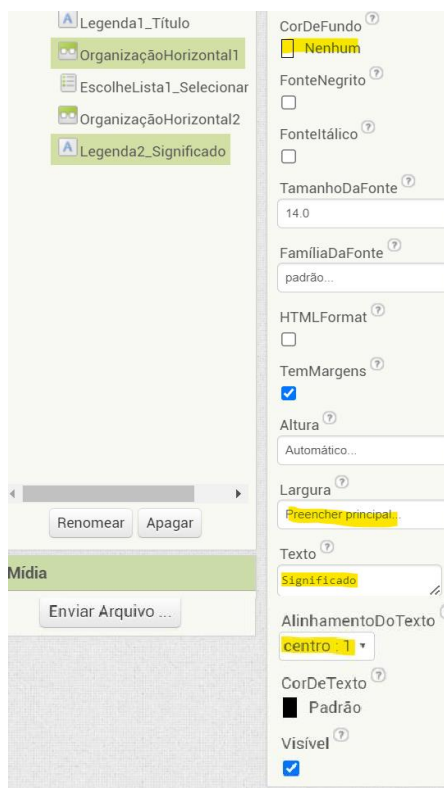


Figura 19: Recorte da tela com o “Componente” “Legenda2” selecionado e em “Propriedades” indicando alterações de “CorDeFundo” (Nenhum), “Largura” (Preencher principal), “Texto” (Significado), “AlinhamentoDoTexto” (centro: 1).

- Uma vez finalizada a aparência do App na guia “Designer”, clicar na guia “Blocos” para criar os comandos dos Componentes adicionados ao Visualizador, conforme figura 20:



Figura 20: Recorte da tela indicando a guia “Blocos”.

- Uma vez na guia “Blocos”, pode-se verificar os comandos “Internos”, a árvore hierárquica de comandos na Screen, conforme figura 21.

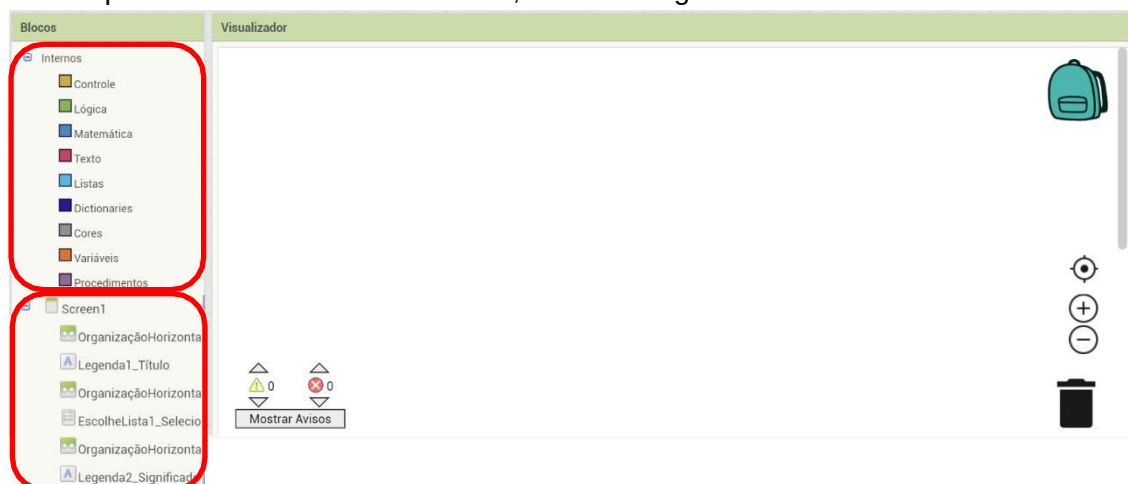


Figura 21: Recorte da tela da guia “Blocos” indicando os comandos Internos e a árvore hierárquica quanto aos elementos adicionados à tela (Screen1).

- O primeiro comando a ser adicionado, requer a criação de uma variável. Selecionar “Variáveis” e “inicializar global nome para”. Clicar sobre o “nome” e alterar para “Termos”, conforme figura 22.



Figura 22: Recorte da tela da guia “Blocs” indicando os comandos “Internos” e o “Visualizador” contendo a indicação da variável selecionada com o nome alterado.

- Seguir adicionando os comandos. Selecionar “Listas” > “criar lista”, encaixar ao comando anterior inserido, como um “quebra-cabeça”. Clicar no ícone de “engrenagem” para inserir quantos itens (termos do Glossário) forem necessários, conforme quantidade de termos do Glossário. Para isso, basta clicar e segurar cada “item” e arrastar até o encaixe na lista de itens, conforme figura 23. Essa atividade pode ser editada quantas vezes forem necessárias. No exemplo, foram inseridos mais dois itens e o comando “criar lista” passou a ter quatro encaixes para o próximo comando. Lembrar de incluir todos termos no “EscolherLista” da figura 18 antes de editar na guia “Blocs”.



Figura 23: Recorte da tela da guia “Blocs” indicando os comandos “Listas” e “criar listas”. O “Visualizador” contendo os comandos inseridos com indicação de como inserir vários itens.

- Próximo comando: “Texto” > “ícone caixa de texto” e encaixar ao comando anterior.

Clicar dentro do “ Repetir essa atividade para quantos termos forem necessários, conforme figura

24. Recomenda-se que a lista de termos esteja em ordem alfabética.

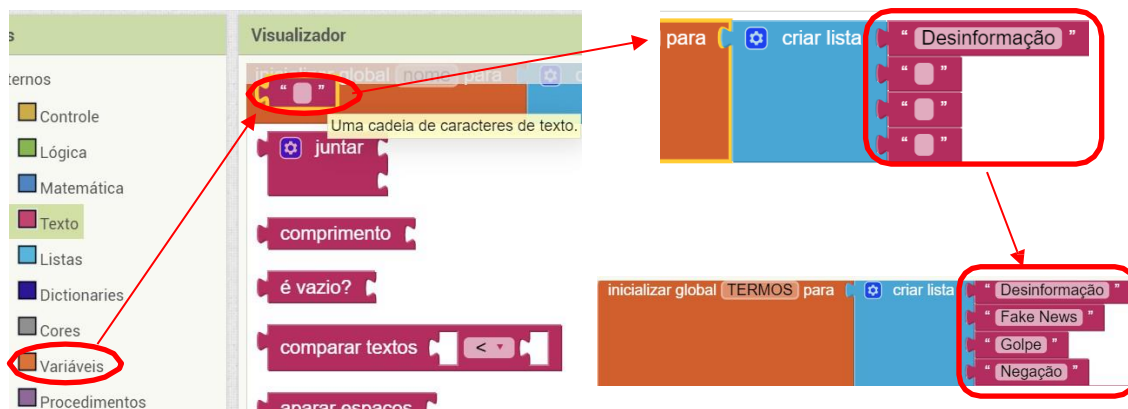


Figura 24: Recorte da tela da guia “Blocs” indicando os comandos “Texto”, “caixa de texto” e o “Visualizador” contendo o comando “criar lista” contendo quatro itens (termos).

- Repetir os comandos das figuras 22 a 24 para criação da variável “inicializar global nome para”, alterando o nome para “Significados”, conforme figura 25.



Figura 25: Recorte da tela da guia “Blocs” indicando os comandos “inicializar global SIGNIFICADOS para”, “criar lista” contendo quatro itens (significados dos termos).

- Para incluir o comando depois de escolher o termo no botão “Termos e Expressões — Revisionismo” do App correspondente ao “EscolheLista1_SelecionarTermo” da guia “Blocs”, deve-se selecionar “EscolheLista” e selecionar “quando EscolheLista1_SelecionarTermo.DepoisDeEscolherfazer”, conforme figura 26.

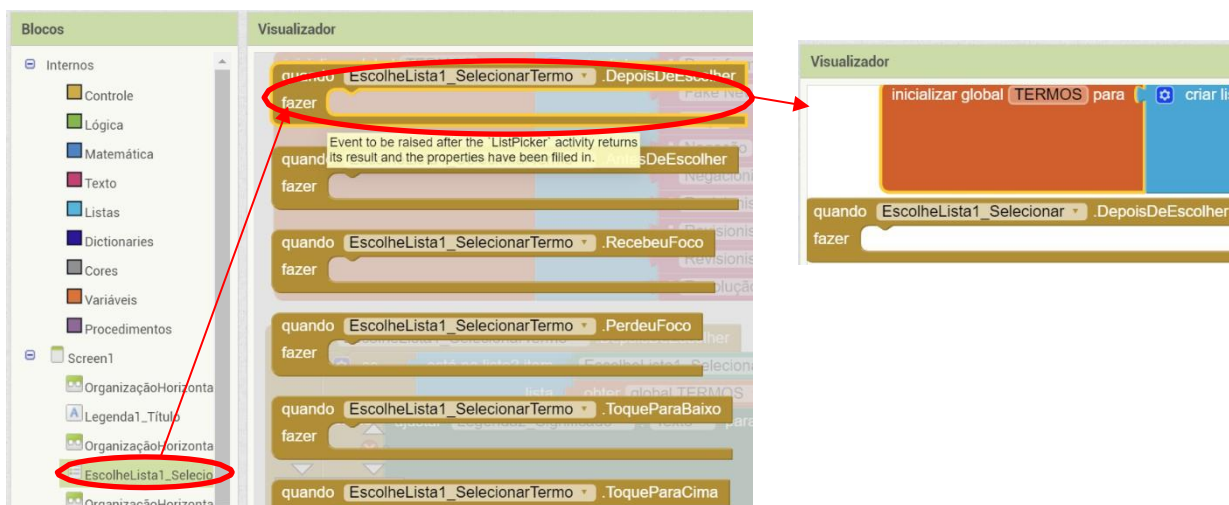


Figura 26: Recorte da tela da guia “Blocos” indicando os comandos “EscolheLista” e seleção “quando EscolheLista1_SelecionarTermo.DepoisDeEscolherfazer”.

- Selecionar “Controle”, escolher “se... então” e encaixar no comando da figura 26, conforme figura 27. Com isso, será informado ao App que após escolher o termo do botão “Termos e Expressões - Revisionismo” do App, se ... então ... conforme comandos adicionados a seguir.

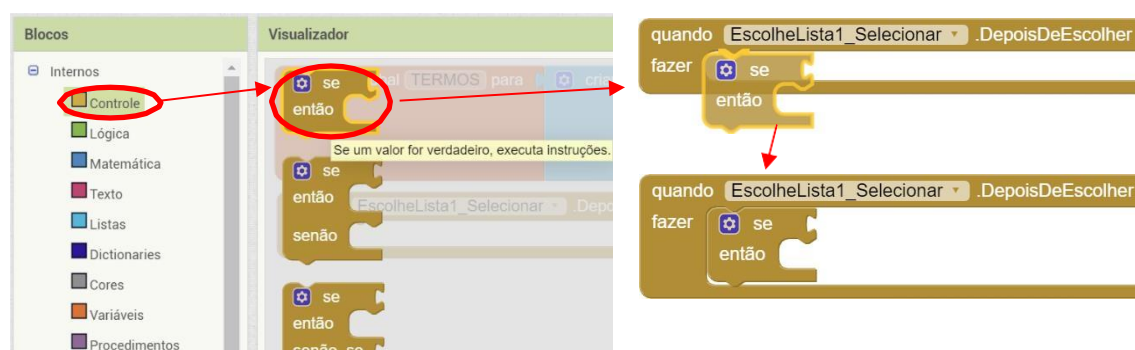


Figura 27: Recorte da tela da guia “Blocos” indicando os comandos “Controle” e seleção do “se ... então” encaixado no comando da Figura 32.

- Selecionar “Listas”, escolher “está na lista? item... lista...” e encaixar no comando da figura 27, conforme figura 28.



Figura 28: Recorte da tela da guia “Blocos” indicando os comandos “Controle”, “se ... então”.

- Para o comando Se: se o termo selecionado no botão “Termos e Expressões - Revisionismo” do App estiver na lista global TERMOS. Para isso, selecionar “EscolheLista_SelecionarTermo”, “EscolherLista_SelecionarTermo.Seleção” e arrastar até o encaixe “item”. Clicar sobre a palavra “TERMOS” da variante “inicializar global”, selecionar “obter global TERMOS” e arrastar até o encaixe “lista”, conforme figura 29.

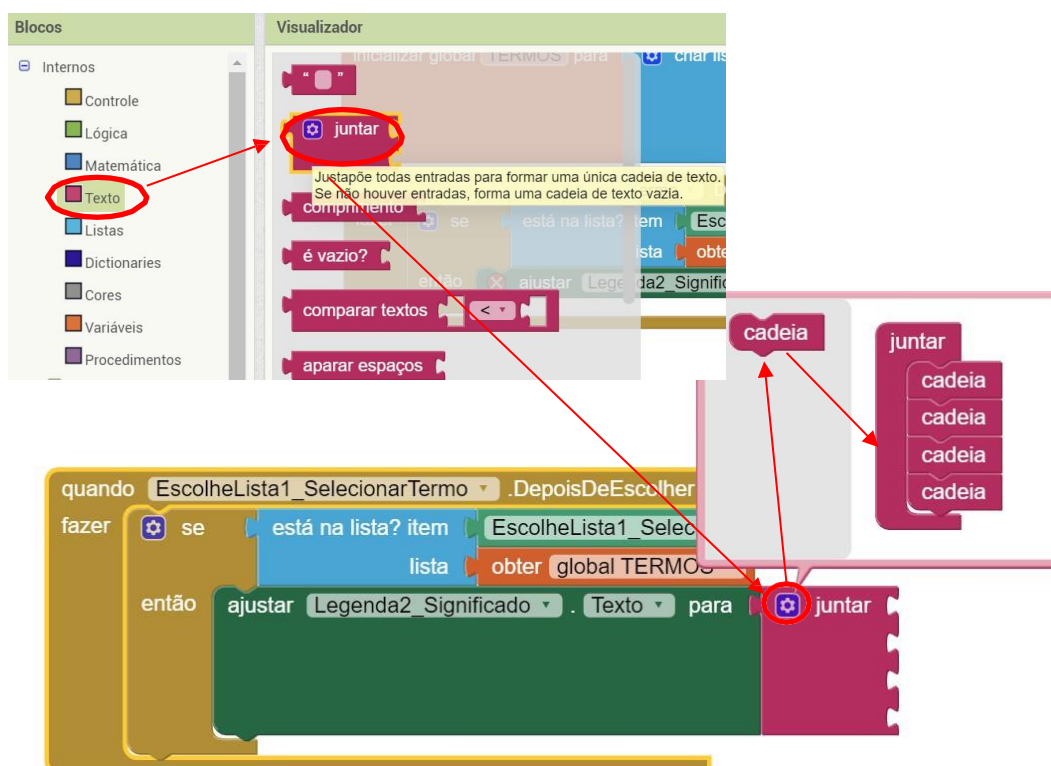


Figura 31: Recorte da tela da guia “Blocs” indicando seleção de “Texto” e “juntar” encaixado em “...Texto para”. Inclusão de “cadeia” em “juntar”.

- Ainda no comando Então: juntar cada termo da variante “inicializador global TERMOS” a cada significado da variante “inicializador global SIGNIFICADOS”. Para isso, clicar em “Texto”, selecionar a “caixa de texto” e arrastar para a primeira “cadeia” do comando “juntar”. Clicar sobre a caixa de texto e escrever: “O termo ” (com espaço ao final para haver um espaço antes do próximo texto), conforme figura 32.

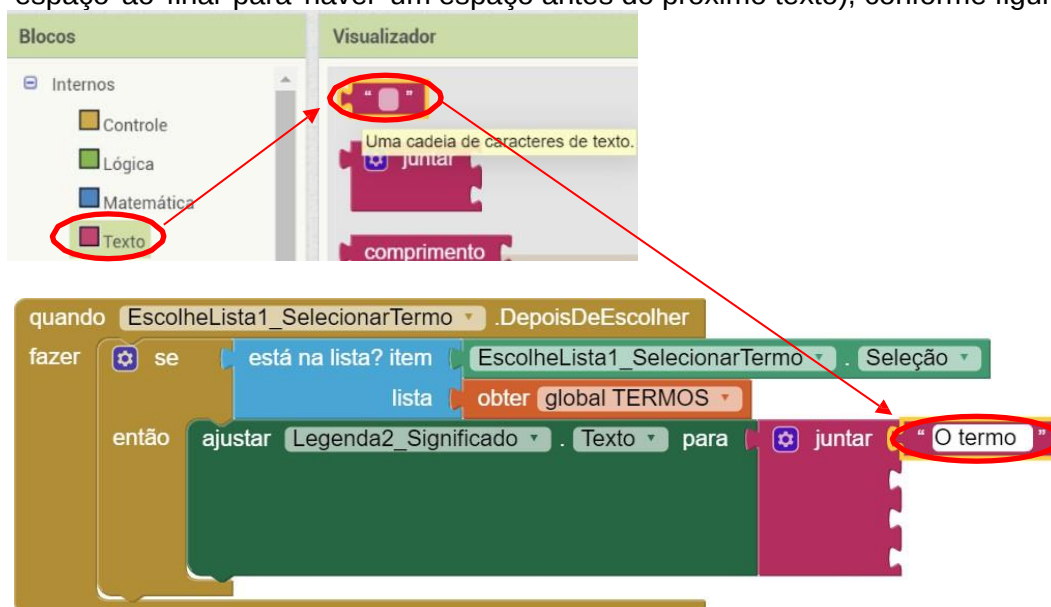


Figura 32: Recorte da tela da guia “Blocs” indicando seleção de “Texto” e a “caixa de texto” encaixada em “juntar” com “O termo ” escrito.

- Selecionar “EscolheLista1_SelecionarTermo”, depois “EscolheLista1_SelecionarTermo.Seleção” e encaixar na segunda “cadeia” de “juntar”, conforme figura 33.

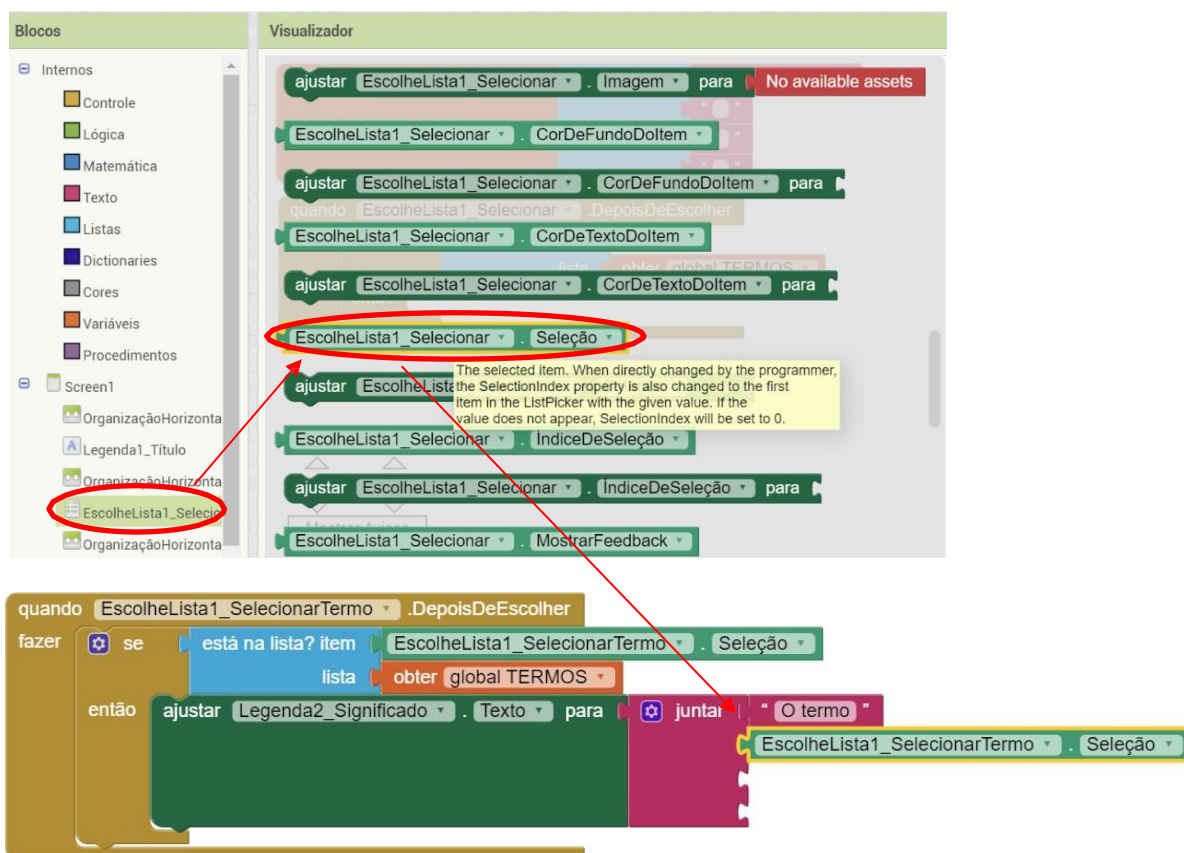


Figura 33: Recorte da tela da guia “Blocs” indicando seleção de “EscolheLista_SelecionarTermo”, “EscolheLista_SelecionarTermo.Seleção” encaixada em “juntar”.

- Clicar em “Texto”, selecionar a “caixa de texto” e arrastar para a terceira “cadeia” do comando “juntar”, clicar sobre a caixa de texto e escrever: “ faz referência ” (com um espaço antes e após, para que faça conexão dando espaço), conforme figura 34.



Figura 34: Recorte da tela da guia “Blocs” indicando seleção de “Texto” e a “caixa de texto” encaixada em “juntar” com “ faz referência ” escrito.

- Selecionar “Listas”, clicar em “selecionar item da lista... índice”, arrastar e encaixar na quarta “cadeia” de “juntar” para informar ao App de onde o significado de cada termo deve ser buscado, conforme figura 35.

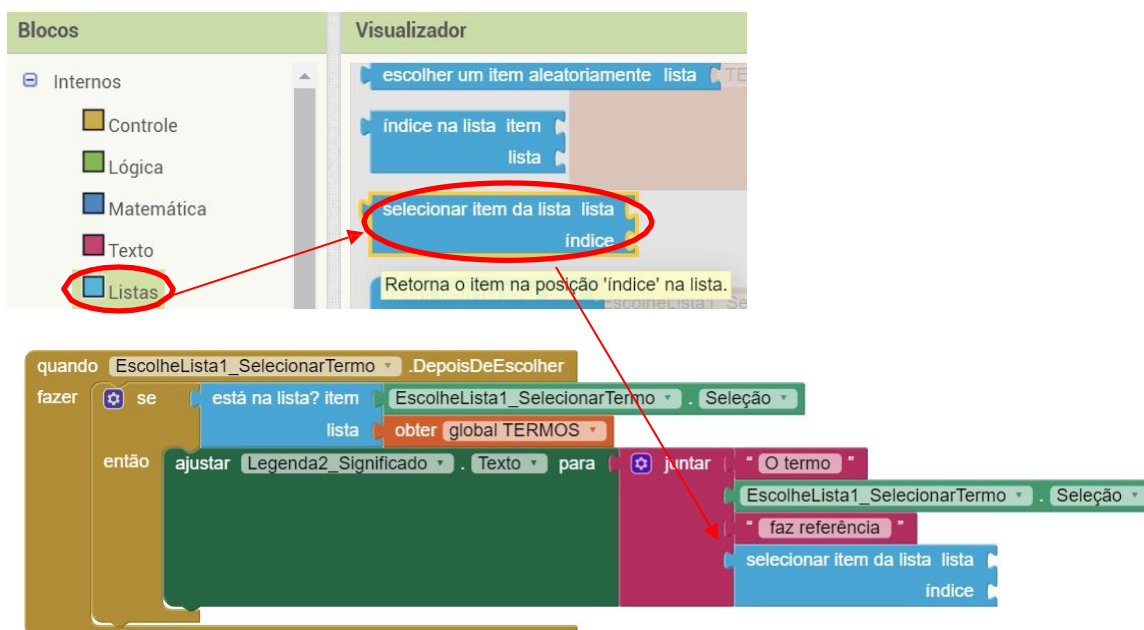


Figura 35: Recorte da tela da guia “Blocs” indicando seleção de “Listas”, “selecionar item da lista lista... índice” encaixado em “juntar”.

- Para indicar de qual lista o App deve buscar os significados, repousar o mouse sobre “SIGNIFICADOS” na variante “inicializar global SIGNIFICADOS para”, selecionar “obter global SIGNIFICADOS”, arrastar e encaixar em “selecionar item da lista”, conforme figura 36.

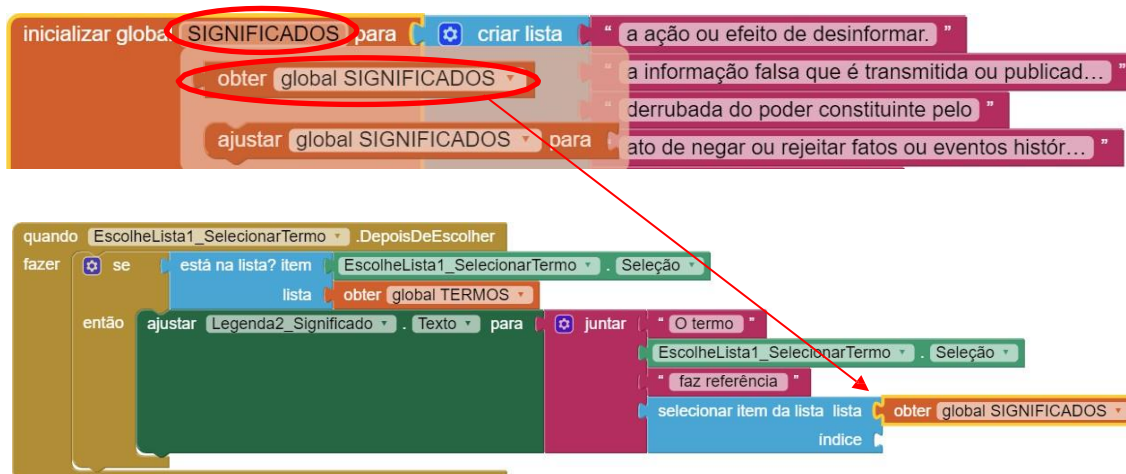


Figura 36: Recorte da tela da guia “Blocs” indicando seleção de “SIGNIFICADOS”, “obter global SIGNIFICADOS” encaixado em “selecionar item da lista lista”.

- Clicar em “Listas”, selecionar “índice na lista item... lista”, arrastar e encaixar em “selecionar item da índice”, conforme figura 37.

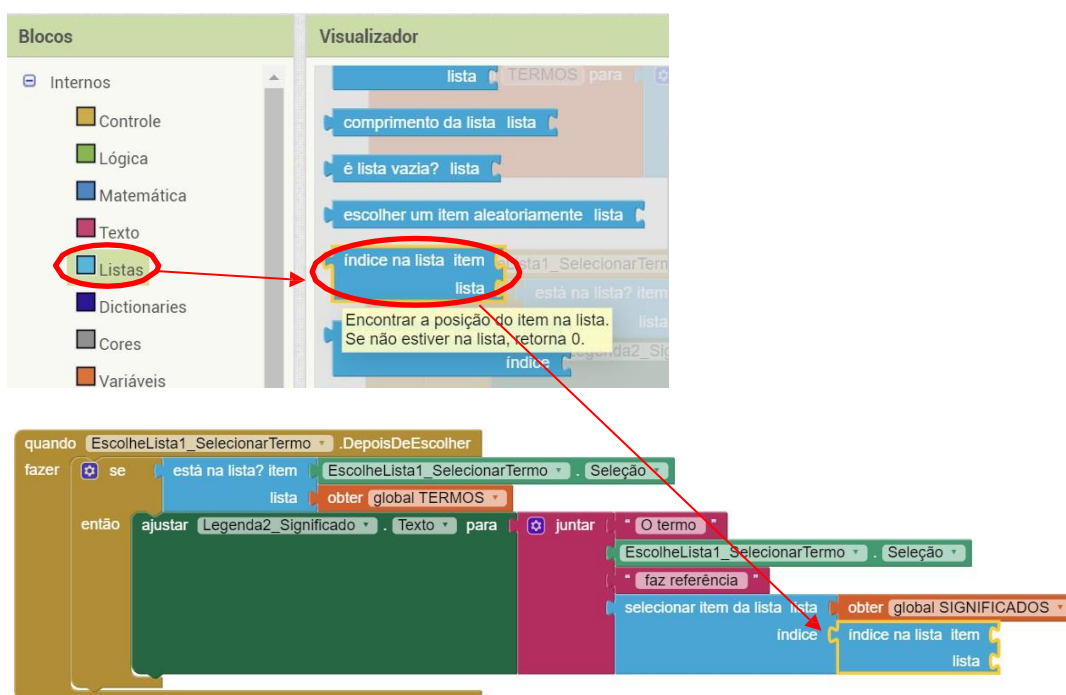


Figura 37: Recorte da tela da guia “Blocs” indicando seleção de “Listas”, “índice na lista item... lista” encaixado em “selecionar item da lista índice”.

- Selecionar “EscolheLista_SelecionarTermo”, depois “EscolheLista_SelecionarTermo.Seleção” e encaixar em “índice na lista item” para o App entender que o termo selecionado deve ser conectado ao significado, conforme figura 38.

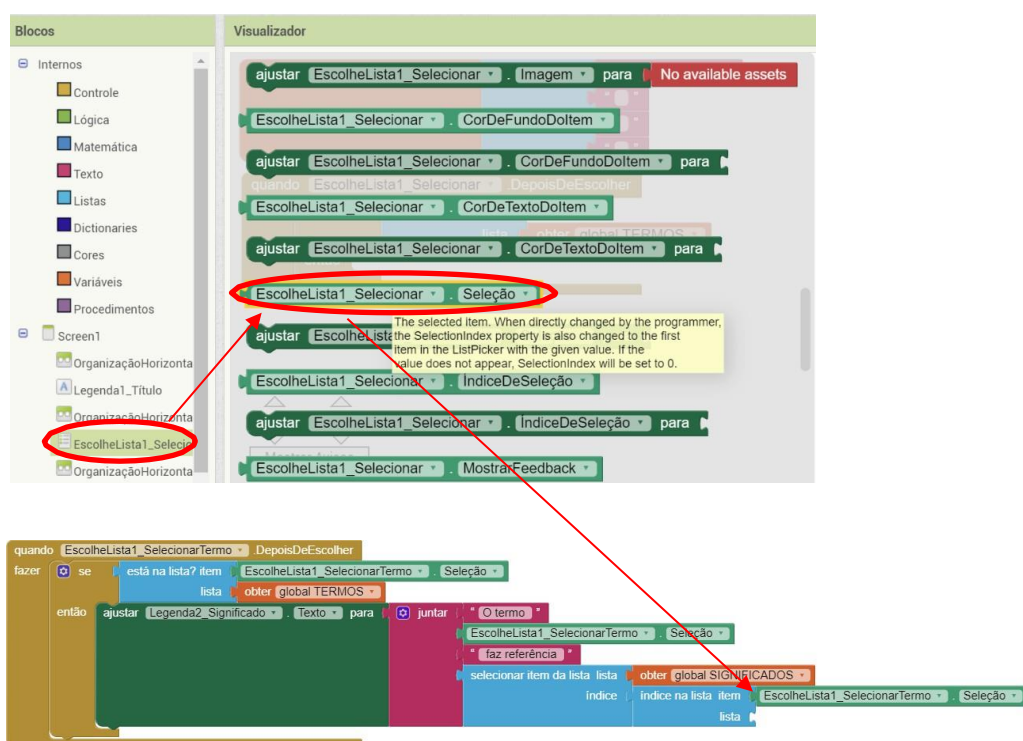


Figura 38: Recorte da tela da guia “Blocos” indicando seleção de “EscolheLista_SelecionarTermo”, “EscolheLista_SelecionarTermo.Seleção” encaixada em “índice na lista item”.

- Finalmente, repousar o mouse sobre a variante “inicializar global TERMOS para”, selecionar “obter global TERMOS”, arrastar e encaixar no “índice na lista lista”, para que o App entenda que cada SIGNIFICADO deve ser conectado ao TERMO, das respectivas listas globais: TERMOS e SIGNIFICADOS, conforme figura 39.

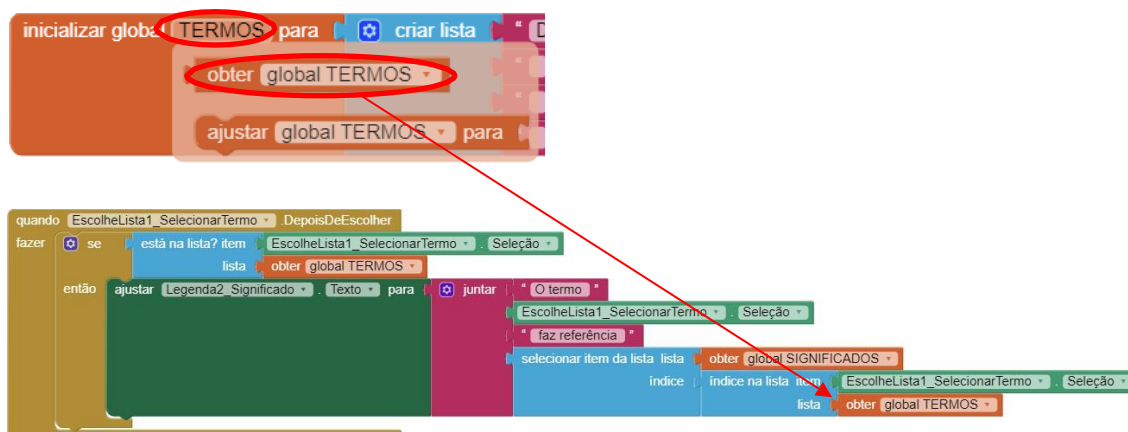


Figura 39: Recorte da tela da guia “Blocos” indicando seleção de “inicializar global TERMOS para”, “obter global TERMOS” encaixado em “índice na lista lista”.

- O visualizador conterá todos os comandos necessários para a elaboração de um Glossário e o App estará finalizado, conforme figura 40.

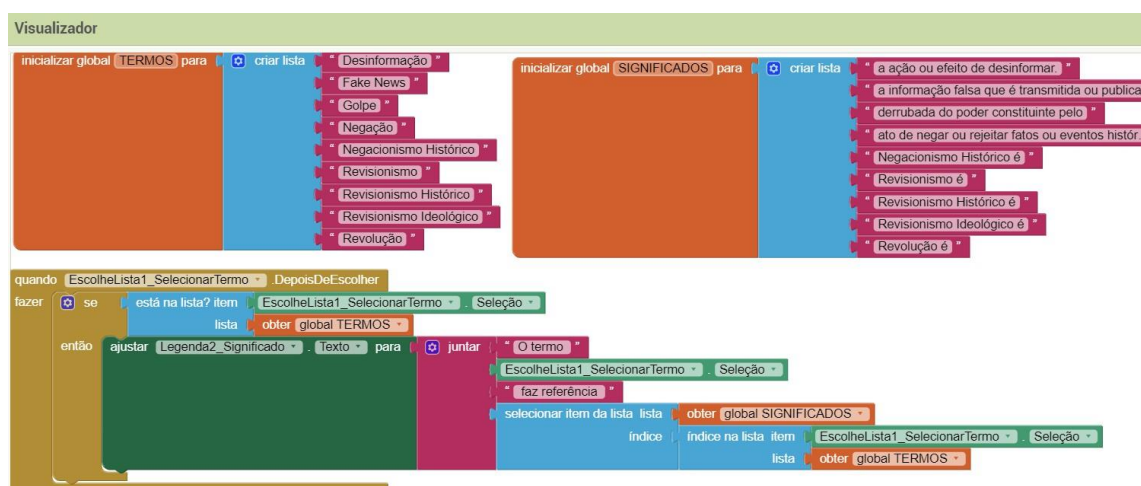


Figura 40: Recorte da tela “Visualizador” com os exemplos básicos de comandos para a criação de um Glossário.

- Uma vez as etapas a serem realizadas pelo computador, no site MIT Inventor, finalizadas, conectar ao dispositivo (celular ou tablet) para visualizar como o App ficará na tela do dispositivo. Clicar em “Conectar” e “Assistente AI” para gerar o código e o QR Code, conforme figuras 41 e 42.

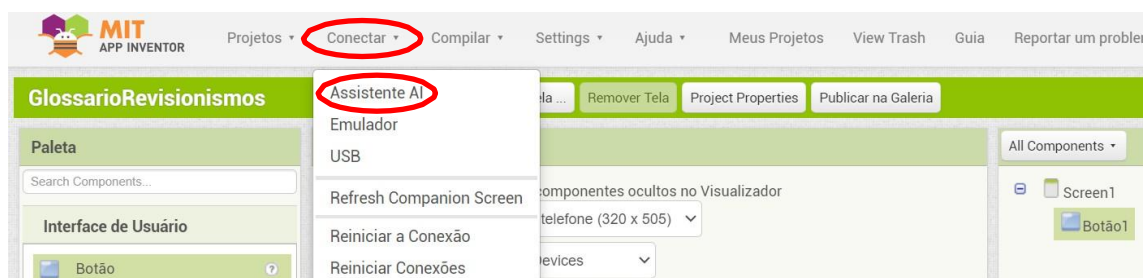


Figura 41: Recorte da tela com indicação de “Conectar” e “Assistente AI”

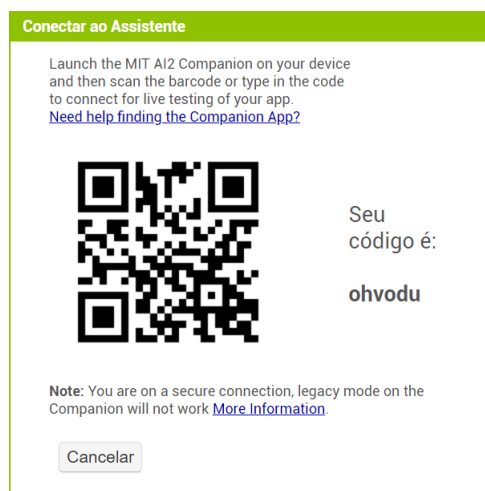


Figura 42: Recorte da tela com o QR Code e código gerados para conectar o dispositivo

- Baixar o app “MIT Ai2 Companion” no dispositivo (telefone ou tablet) na “Play Store” do Android, conforme figura 43. Clicar no ícone do app baixado no dispositivo, conforme figura 44, para iniciar. O dispositivo e computador devem estar conectados na mesma rede Wi-Fi.

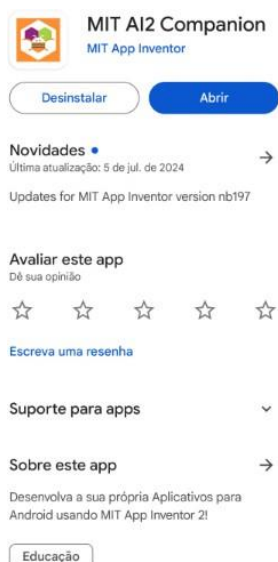


Figura 43: Recorte da tela com o QR Code e código gerados para conectar o dispositivo

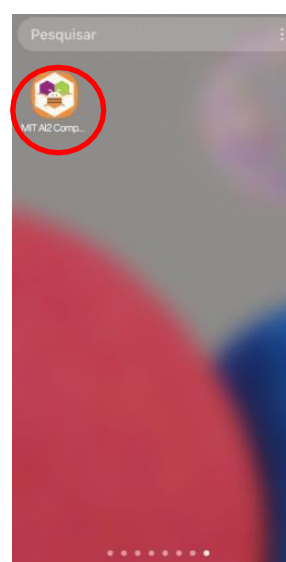


Figura 44: Recorte da tela do dispositivo com o ícone do App

- Após iniciar o app, clicar em “connect with code” (conecte com um código) ou “scan

QR code” (escanear um código QR), conforme Figura 45. Digite o código ou escaneie o QR code gerado pelo site, conforme figura 45.

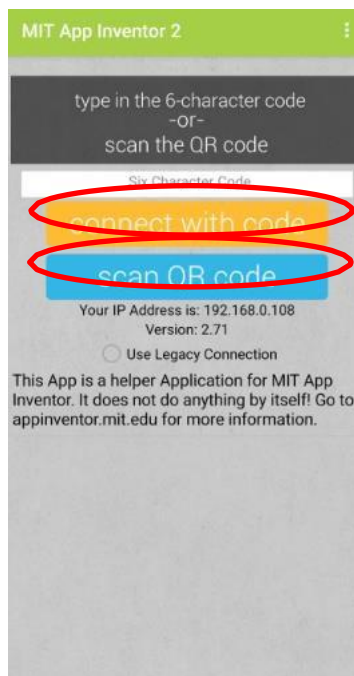


Figura 45: Recorte da tela indicando os botões “connect with code” e “scan QR code”.

- Uma vez o dispositivo conectado, a tela estará igual (“espelhada”) com o App criado no site, conforme figura 46.



Figura 46: Recorte de tela do dispositivo espelhando a tela do site

- Ao clicar no botão “CLIQUE PARA SELECIONAR”, será aberta a lista com todos os termos inseridos. Basta selecionar a qual termo se quer verificar o conceito que o mesmo aparecerá na tela inicial do App, conforme figuras 47 e 48, respectivamente.



Figura 47: Lista com todos os termos seleção do Inseridos no App.

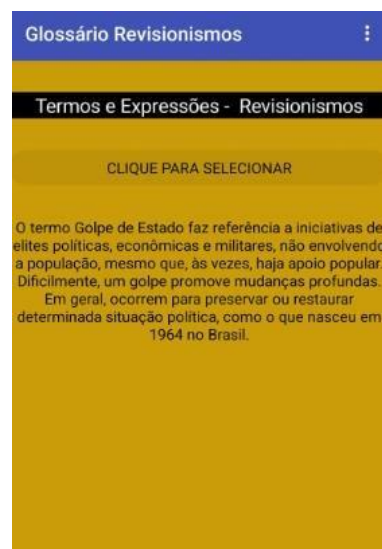


Figura 48: Conceito após termo.

- Após finalizar a criação do Glossário com todos os termos e conceitos, utilizando o MIT App Inventor, deve-se clicar em “Compilar” e “Android App (.apk)” para criar o arquivo do App que será carregado na *Play Store* conforme figura 49, seguindo o passo a passo do Apêndice B.

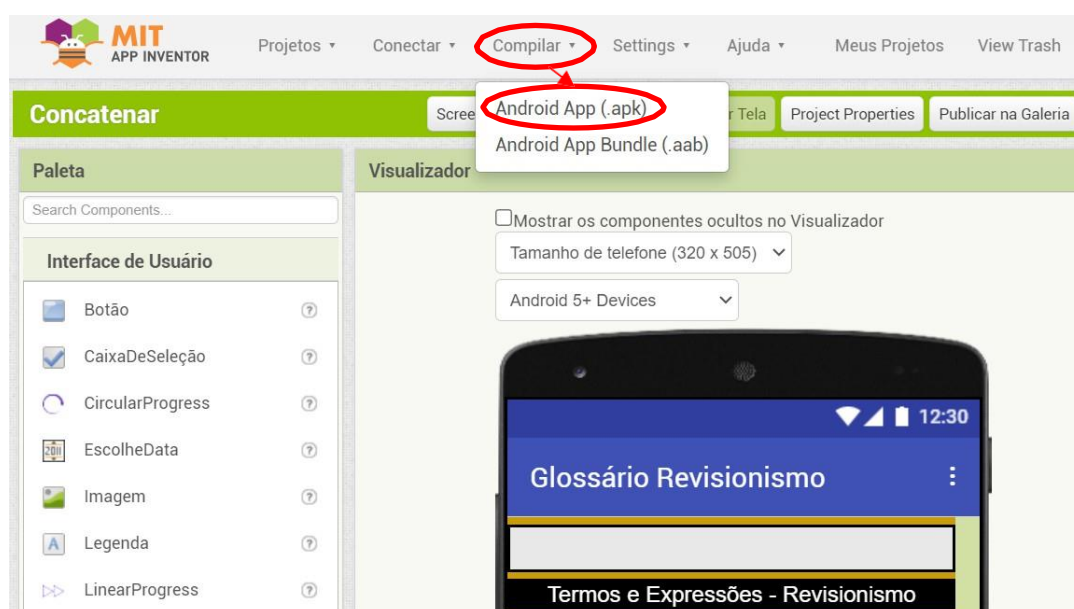


Figura 49: Recorte da tela do MIT App Inventor com indicação dos botões “Compilar” e “Android App (.apk)”.

- Aguardar alguns instantes até que o MIT App Inventor transforme todos os comandos inserido na guia “Blocos” num aplicativo, conforme figura 50.

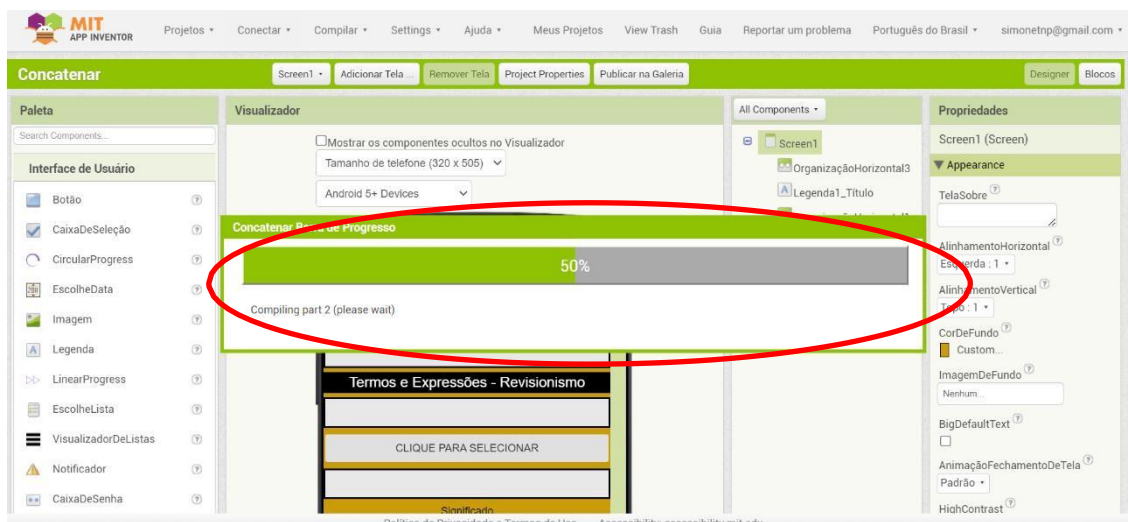


Figura 50: Recorte da tela do MIT App Inventor durante a produção do App (Glossário).

- Na caixa de diálogo, clicar em “Download .apk now” e salvar o arquivo com a extensão “.apk” no computador. No exemplo, o arquivo foi salvo como “Glossário Revisionismo”, conforme figura 51.

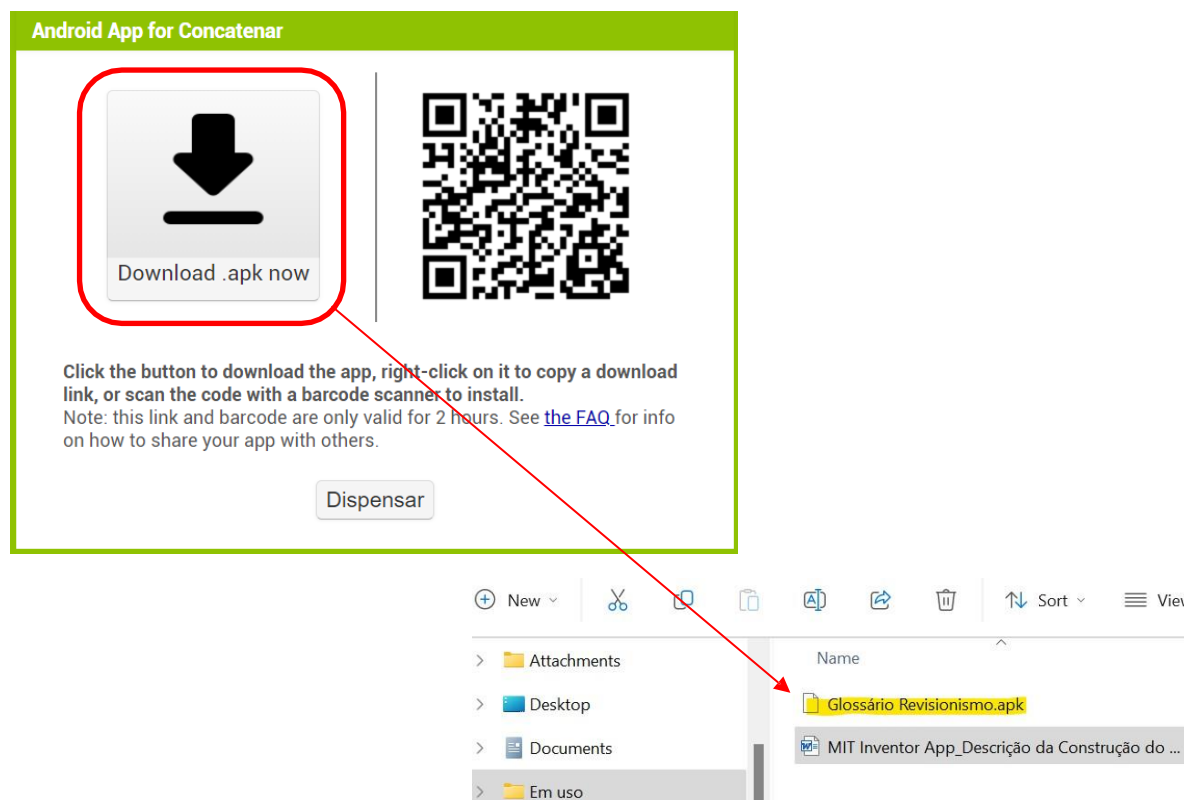


Figura 51: Recorte da tela da caixa de diálogo contendo o “Download .apk now” e o arquivo “Glossário Revisionismo.apk” salvo no computador.

APÊNDICE B – Passo a passo para publicar o Glossário na Paly Store (loja de aplicativos android) através do Play Developer Console

- Criar uma conta no Play Console através do site: <https://play.google.com/console/u/0/signup>. Selecionar “Vamos começar”, caso a publicação seja feita na conta do usuário que está logado à conta do Google. Caso não seja, clicar em “Mudar de conta” para realizar o login na conta correta, conforme figura 1.

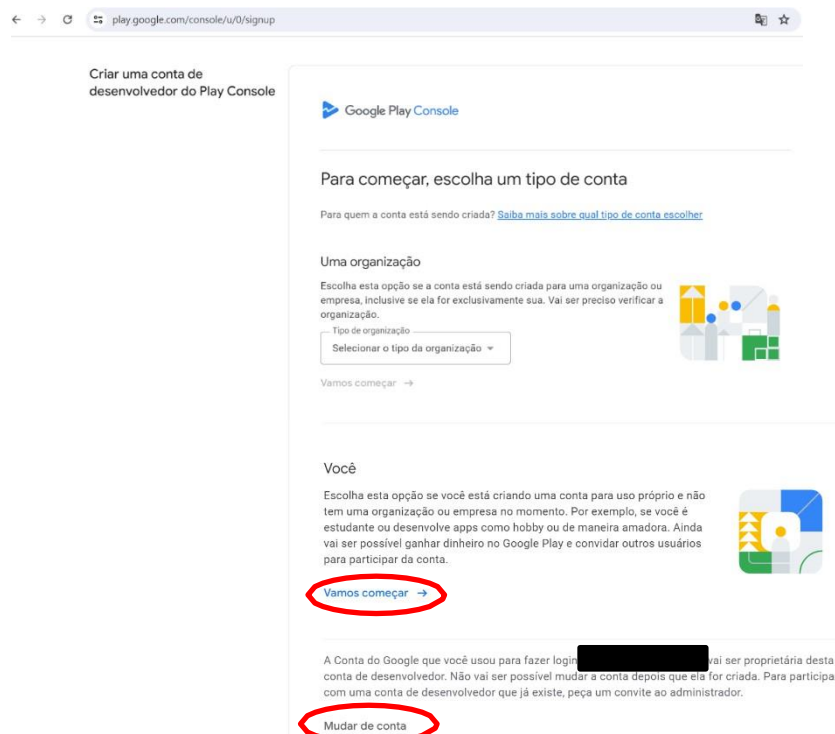


Figura 1: Recorte da tela de login do Play Console.

- O Play Console lista os dados obrigatórios (e-mail, telefone e forma de pagamento) para criar a conta de desenvolvedor, clicar em continuar, realizar o pagamento e entrar no sistema, conforme figura 2. Os alunos poderão criar o próprio Glossário e publicar através da conta do professor, caso necessário, não gerando despesas para os mesmos.

Do que você precisa ao criar sua própria conta de desenvolvedor

Dados obrigatórios para criar a conta:

🔗 Um endereço de e-mail para usuários do Google Play

Ele vai aparecer no Google Play para que os usuários possam entrar em contato com você. Você vai precisar receber um código para verificação. [Saiba mais sobre as verificações para desenvolvedores](#)

@ Um número de telefone e um endereço de e-mail de contato com o Google

Eles só serão usados pelo Google para entrar em contato com você se necessário, e não vão ser exibidos no Google Play. Você vai precisar receber um código para verificação.

💳 Uma forma de pagamento

Pagar a taxa de registro única de USD 25

É preciso confirmar sua identidade para publicar apps

[Voltar](#)

[Continuar](#)

Figura 2: Recorte da tela com dados obrigatórios para criar conta na Play Console.

- Após realizar o login, clicar em “Criar app”, conforme figura 3.

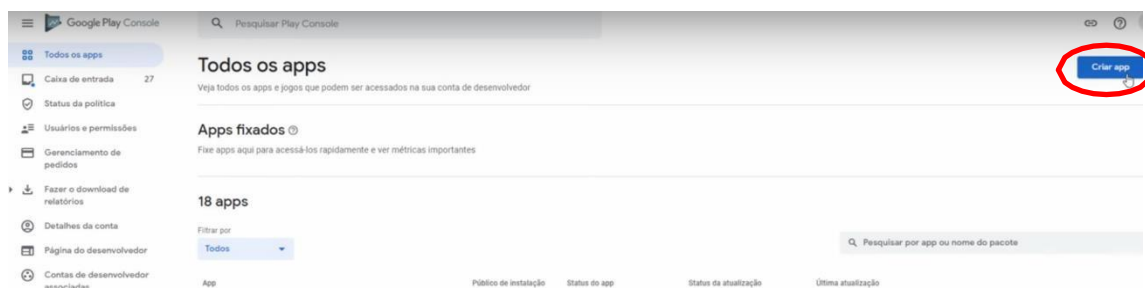


Figura 3: Recorte da tela do Play Console com indicação do botão “Criar app”.

- Na página seguinte, preencher o cadastramento do App que será publicado na Play Store: “nome do app”, idioma “Português (Brasil) — pt-BR”, selecionar “App”, “Gratuito”, “Política do programa para desenvolvedores”, “Leis de exportação dos EUA”, conforme

Criar app

Detalhes do app

Nome do app É assim que seu app aparecerá no Google Play 28 / 30

Idioma padrão

App ou jogo Você pode alterar essa informação mais tarde nas configurações da Play Store

☒ App ☐ Jogo

Gratuito ou pago Você pode editar essa informação mais tarde na página do app pago

☒ Gratuito ☐ Pago

É possível editar essa informação até a etapa de publicação do app. Depois disso, você não vai poder fazer mudanças para que ele se torne pago.

Declarações

Políticas do programa para desenvolvedores ☒ Confirme se o app atende às Políticas do programa para desenvolvedores
A inscrição atende às [Políticas do programa para desenvolvedores](#). Consulte [estas dicas sobre como criar descrições de apps em conformidade com a política](#) para evitar alguns dos motivos comuns de suspensão. Caso seu app ou a página “Detalhes do app” estejam [qualificados para o envio de um aviso com antecedência](#) à equipe de revisão do Google Play, [fale conosco](#) antes da publicação.

Leis de exportação dos EUA ☒ Aceitar a legislação de exportação dos EUA
Eu reconheço que meu app de software pode estar sujeito às leis de exportação dos Estados Unidos, independentemente de minha localização ou nacionalidade. Afirmando ter cumprido a todas essas leis, incluindo eventuais requisitos de software com funções de criptografia. Certifico que meu app está autorizado a ser exportado dos Estados Unidos ao abrigo dessas leis. [Saiba mais](#)

figura 4 e clicar em “Enter” no teclado.

Figura 4: Recorte da tela do Play Console com campos de cadastro do App preenchidos/selecionados.

- clicar “Enter”, o Play Console irá carregar o Pannel dos passos para publicar o App, conforme figura 5.

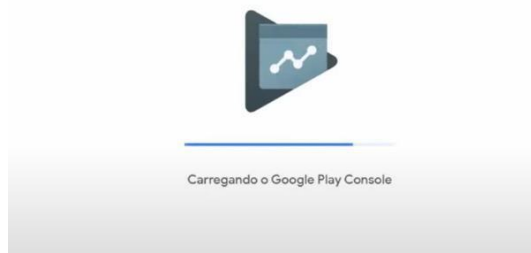


Figura 5: Recorte da tela do Play Console indicando o carregamento.

- No Pannel de publicação, clicar em “ver etapas” de “Começar a testar agora” e selecionar “Criar uma nova versão” para publicar a versão inicial do App (Glossário), conforme figura 6.

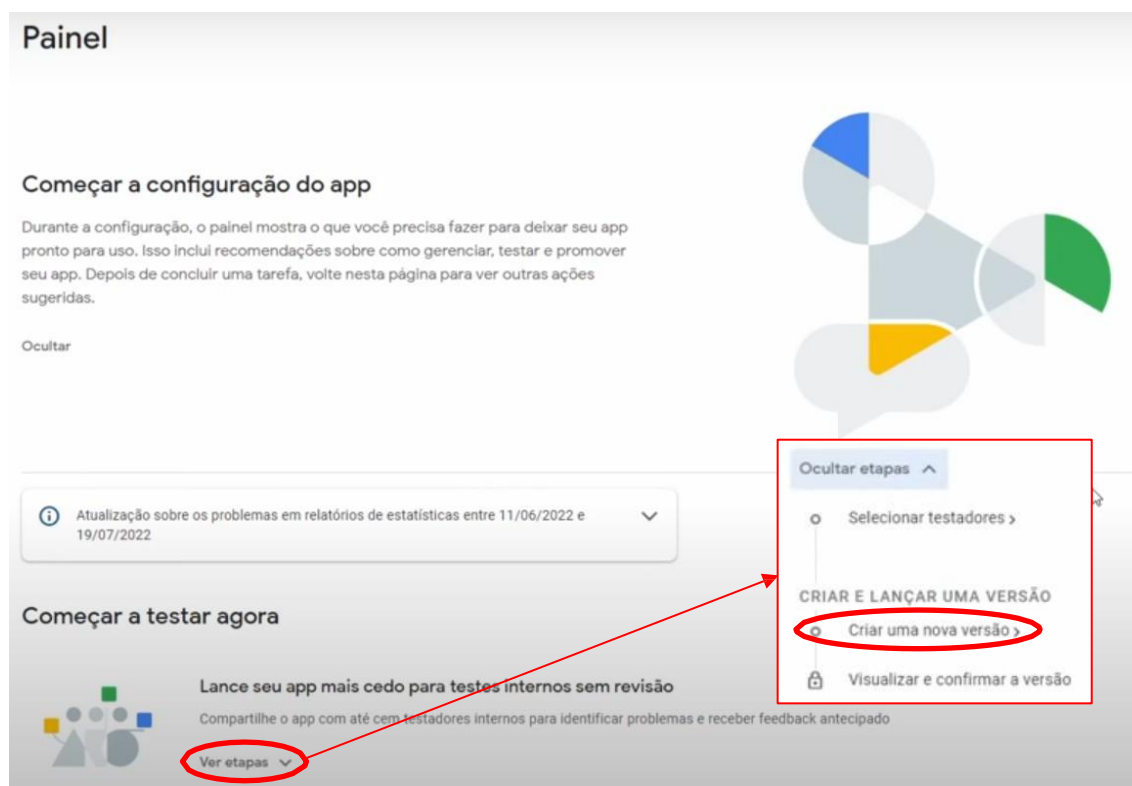


Figura 6: Recorte da tela do Painel do Play Console indicando as etapas do “Começar a testar agora”.

- A tela de teste interno será aberta, local onde desenvolvedores cadastrados têm acesso. Clicar em “criar nova versão”, conforme figura 7.

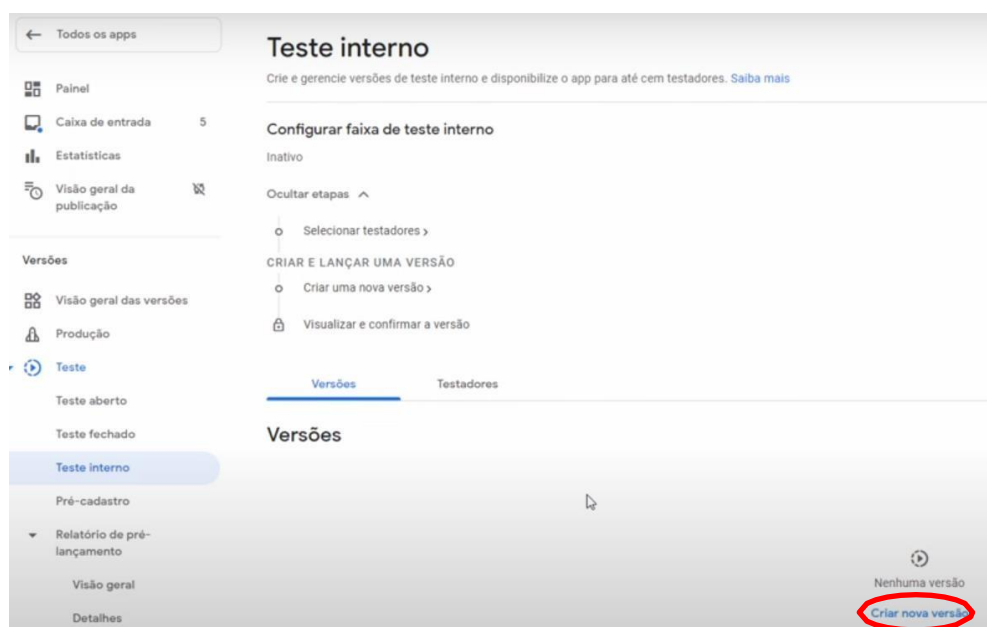


Figura 7: Recorte da tela do Painel do Play Console indicando as etapas do “Começar a testar”

- Preencher “Nome da versão”. “Notas da versão” e clicar em “Enviar”, conforme figura 8.

Criar versão de teste interno

As versões de teste interno ficam disponíveis para até cem testadores escolhidos por você

1 Preparar — 2 Revisar e lançar

Integridade do app

✓ Versões assinadas pelo Google Play

O Google criará uma chave de assinatura do app para suas versões e a protegerá

[Mudar a chave de assinatura do app](#) Saiba mais

Pacotes de apps

Solte os pacotes de apps aqui para fazer upload

[Enviar](#) [Adicionar da biblioteca](#)

Detalhes da versão

Nome da versão *

1.0

3 / 50

Este nome serve para você identificar a versão e não é exibido aos usuários no Google Play. Sugerimos um nome baseado no primeiro pacote de apps ou APK desta versão, mas você pode editá-lo.

Notas da versão

[Copiar de uma versão anterior](#)

<pt-BR>
Lançamento inicial
</pt-BR>

Foram enviadas notas da versão em 1 idioma

Explique aos usuários o que está incluído na versão. Insira as notas em cada idioma nas tags correspondentes.

Figura 8: Recorte da tela de Criar versão de teste interno.

- Selecionar o arquivo “Glossário Revisionismo.apk” salvo no computador, conforme figura 9.

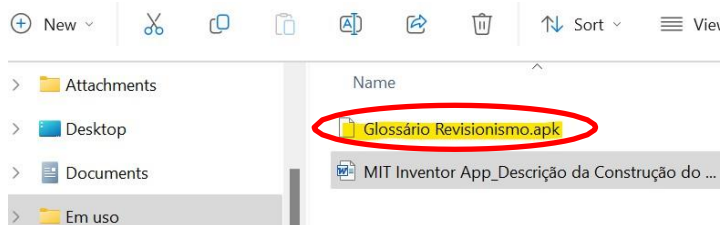


Figura 9: Recorte da tela do caminho onde o arquivo “.apk” está salvo no computador.

- Uma vez enviado o arquivo “.apk”, o site carregará a configuração do App. Clicar no botão “Próximo”, localizado no canto inferior direito do site, conforme figura 10.

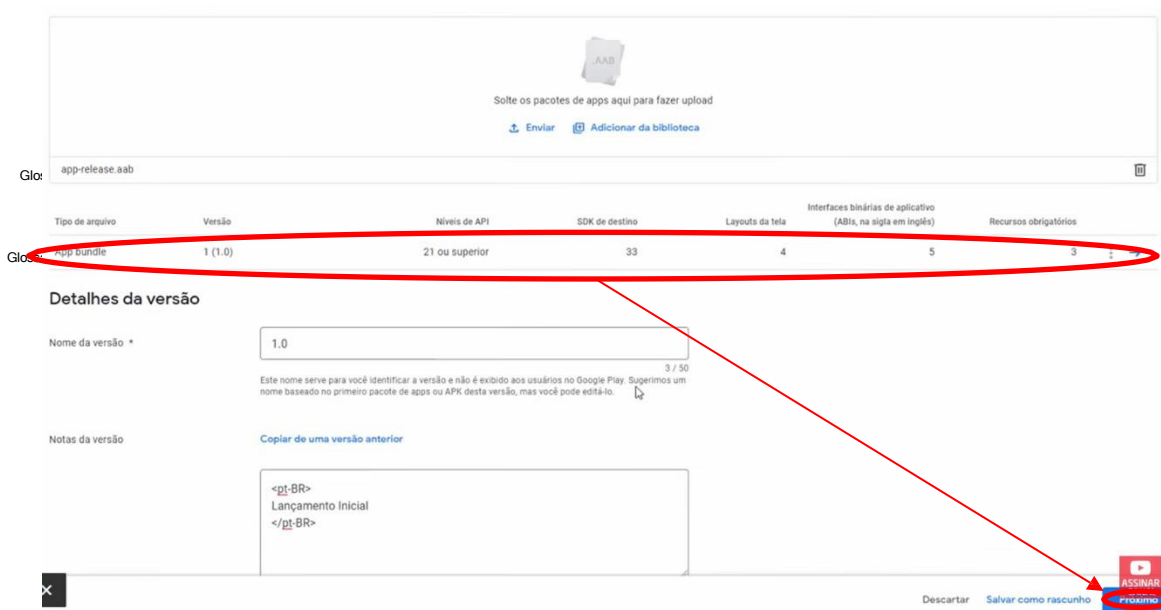


Figura 10: Recorte da tela do caminho onde o arquivo “.apk” está salvo no computador.

- Retornar para a tela “Painel” e preencher a segunda trilha da publicação do App na Play Console “Configurar o app”. Clicar em “Ver etapas”, conforme figura 11.

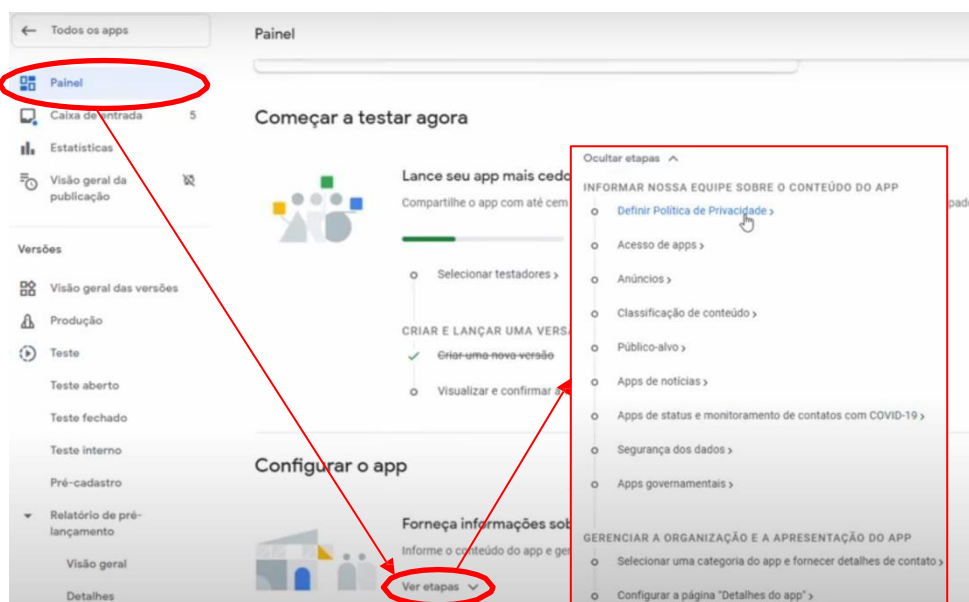


Figura 11: Recorte da tela do caminho “Configurar o app”.

- “Definir Política de Privacidade”: incluir link contendo a Política de Privacidade do App disponibilizada e clicar em “Salvar” no canto inferior direito da tela, conforme figura 12.

Política de Privacidade

Adicionar uma Política de Privacidade à página "Detalhes do app" proporciona mais transparência sobre como você lida com os dados confidenciais do usuário e do dispositivo. [Saiba mais](#)

Uma Política de Privacidade será necessária se o público-alvo do app incluir crianças menores de 13 anos. Verifique a [Política de dados do usuário](#) para evitar violações comuns.

URL da Política de Privacidade

Insira um URL, como https://example.com/privacy

Figura 12: Recorte da tela do caminho “Política de Privacidade”.

- Retornar a tela “Painel”, clicar em “Acesso de apps”, selecionar a opção “sem restrições de acesso” e clicar em “salvar” no canto inferior direito, conforme figura 13.

Acesso de apps

Para revisar o app, o Google precisa ter acesso a todas as partes dele. Se alguma parte do app tiver acesso restrito (por exemplo, se ela exigir credenciais de login), você vai precisar enviar instruções de acesso para o Google.

Veja alguns exemplos de acesso restrito:

- Nomes de usuário e senhas
- Verificação em duas etapas
- Acesso com base no local
- assinaturas
- qualquer ação que precisa ser feita em outro dispositivo

Se o Google não conseguir revisar o app todo, talvez não seja possível lançar atualizações e o app pode ser removido do Google Play.

Os avaliadores não podem:

- criar ou usar contas próprias para acessar seu app
- usar testes gratuitos para acessar seu app
- entrar em contato com você para saber mais

[Ler as orientações](#) [Fazer o curso da Academia do Google Play](#)

☒ Todas as funcionalidades do app estão disponíveis sem restrições de acesso.

☐ Todas ou algumas funcionalidades do app são restritas.

Figura 13: Recorte da tela do caminho “Acesso de apps”.

- Retornar a tela “Painel”, clicar em “Anúncios”, selecionar a opção “não tem anúncios” e clicar em “salvar” no canto inferior direito, conforme figura 14.

Anúncios

Informe se o app tem anúncios. Isso inclui anúncios exibidos por redes de publicidade de terceiros. Verifique se essas informações estão corretas e atualizadas. [Saiba mais](#)

Anúncios

Seu app tem anúncios? Confira a [política de anúncios](#) para garantir a conformidade do seu app.

☒ Sim, meu app tem anúncios

☐ Não, meu app não tem anúncios

A etiqueta "Contém anúncios" será exibida ao lado do app no Google Play. [Saiba mais](#)

Figura 14: Recorte da tela do caminho “Anúncios”.

- Retornar a tela “Painel”, clicar em “Classificações de conteúdo” e “iniciar questionário”, conforme figura 15.



Figura 15: Recorte da tela do caminho “Classificações de Conteúdo”.

- Preencher “Categoria” com o endereço de e-mail, selecionar “Todos os Outros Tipos de Aplicações” e clicar em “Próximo” no canto inferior direito da tela, conforme figura 16.

Classificações de conteúdo

1 Categoria — 2 Questionário — 3 Resumo

Categoria

Endereço de e-mail

O e-mail acima será usado para entrar em contato com você sobre as classificações do conteúdo. Ele poderá ser compartilhado com as autoridades de classificação e a IARC.

Categoria

- ☐ Jogo
A aplicação é um jogo ou aplicação de apostas. Por exemplo: Candy Crush Saga, Temple Run, Mario Kart, The Sims, Angry Birds, jogos de casino ou desportos de fantasia diários.
- ☐ Social ou Comunicação
O objetivo principal desta aplicação é conhecer ou comunicar com pessoas. Alguns exemplos incluem Facebook, Twitter, Skype e SMS.
- ☒ Todos os Outros Tipos de Aplicações
Qualquer aplicação que não seja um jogo, uma aplicação de rede social ou uma aplicação de comunicação. Os exemplos incluem produtos de entretenimento, lojas de consumidores, aplicações de notícias, aplicações de estilo de vida, serviços de transmissão em fluxo, utilitários, ferramentas, conjuntos de emojis, aplicações de fitness, revistas e personalizações.

Figura 16: Recorte da tela do caminho “Classificações de conteúdo”, “Categoria”.

- Preencher “Questionário” quanto à “Classificação de conteúdo”, conforme Figura 66 e clicar em “Próximo” no canto inferior direito da tela, conforme figura 17.

Classificações de conteúdo

✓ Categoria — 2 Questionário — 3 Resumo

Todos os Outros Tipos de Aplicações

Aplicação transferida ✓ Concluída

A aplicação contém quaisquer conteúdos com classificação relevante (por exemplo, sexo, violência, linguagem) transferidos como parte do pacote de aplicações (código, ativos)? [Saiba mais](#)

☐ Sim ☒ Não

Partilha de Conteúdos dos Utilizadores ✓ Concluída

A aplicação permite, de origem, a interação ou troca de conteúdo entre utilizadores através de comunicação por voz, texto ou partilha de imagens ou áudio? [Saiba mais](#)

☐ Sim ☒ Não

Conteúdo Online ✓ Concluída

A aplicação tem ou promove o conteúdo que não faz parte da transferência inicial da aplicação, mas que pode ser acedido a partir da aplicação? [Saiba mais](#)

☐ Sim ☒ Não

Promoção ou Venda de Produtos ou Atividades com Restrições de Idade ✓ Concluída

A aplicação centra-se na promoção de artigos ou atividades tipicamente com restrição de idade, como cigarros, bebidas alcoólicas, armas de fogo ou jogos de apostas?

☐ Sim ☒ Não

Diversos

A aplicação partilha a localização física atual e precisa do utilizador com outros utilizadores? [Saiba mais](#)

☐ Sim ☒ Não

A aplicação permite que os utilizadores comprem artigos digitais? [Saiba mais](#)

☐ Sim ☒ Não

A aplicação é um browser ou um motor de busca? [Saiba mais](#)

☐ Sim ☒ Não

A aplicação é principalmente uma notícia ou um produto educativo? [Saiba mais](#)

☒ Sim ☐ Não

Figura 17: Recorte da tela do caminho “Classificações de conteúdo”, “Questionário”.

- Automaticamente, a classificação de conteúdo é preenchida, clicar em “Enviar” no canto inferior direito da tela, conforme figura 18.



Figura 18: Recorte da tela da visão geral da “Classificações de conteúdo”.

- A etapa de “Classificação de Conteúdo” é finalizada, conforme figura 19.

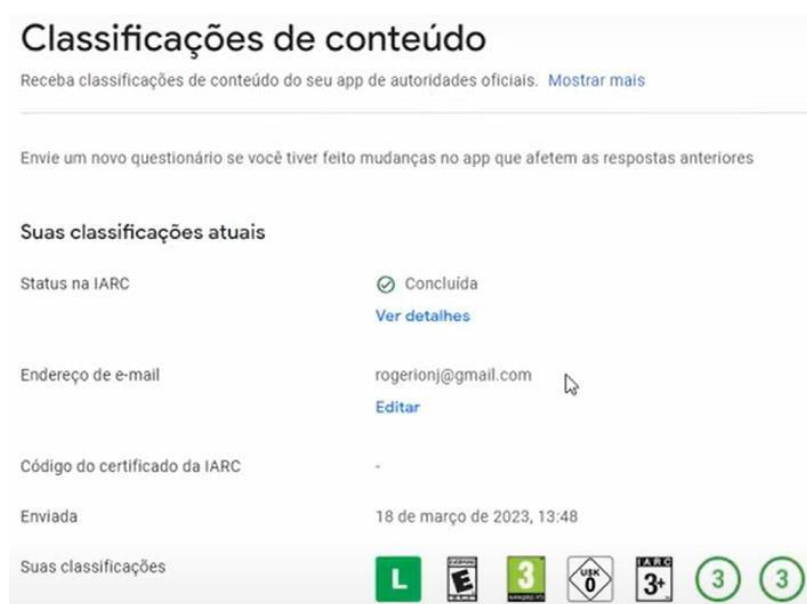


Figura 19: Recorte da tela “Classificações de conteúdo” do cadastro do App.

- Em “Público Alvo e conteúdo”, em “Idade do público-alvo”, selecionar conforme figura 20 e clicar em “Próximo” no canto inferior direito da tela. Em “Presença na loja”, selecionar que “pode atrair interesse de crianças”, conforme figura 21. Clicar em “Próximo”. Verificar o resumo na tela seguinte e clicar em “Salvar”, conforme figura 22.

Figura 20: Recorte da tela do caminho “Idade do público-alvo”.

Presença na loja

You've declared your target audience doesn't include children under 13. Google will review your store listing to make sure that it doesn't unintentionally appeal to children under 13.

The following question asks if you think your store listing could unintentionally appeal to children. [Saiba mais](#)

Answer 'Yes' if you think certain elements of your store listing may appeal to children, for example young characters or animations. The 'Not designed for children' label may be shown next to your app on Google Play.

Answer 'No' if you're unsure, prefer not to answer, or think your store listing doesn't unintentionally appeal to children.

Figura 21: Recorte da tela do caminho “Presença na loja”.

Isto é o que você nos informou

As mudanças feitas aqui podem resultar na desatualização do formulário de Segurança dos dados. Ao fazer alterações, confira seu formulário de Segurança dos dados para garantir que as informações refletem com precisão como seu app coleta e compartilha dados.

Idade do público-alvo

A faixa etária do público-alvo do app é: 13 a 15, 16 a 17, Maiores de 18 anos

Presença na loja

O app pode inadvertidamente atrair o interesse de crianças. A etiqueta "App não criado para crianças" será exibida ao lado do app no Google Play. [Saiba mais](#)

Figura 22: Recorte da tela “Isto é o que você nos informou”

- Em “Apps de notícias”, selecionar “Não”, conforme figura 23 e clicar em “Salvar”.

Apps de notícias

Informe se o app é de notícias. Isso nos ajuda a garantir a conformidade dele com a política de notícias do Google Play. [Saiba mais](#)

Apps de notícias

O app é de notícias?

☒ Não

☐ Sim

Confirmando que meu app está em conformidade com a [política de notícias do Google Play](#)

Figura 23: Recorte da tela do caminho “Apps de notícias”.

- Em “Apps de status e monitoramento de contatos com COVID-19”, selecionar que o “App não tem finalidade”, conforme figura 24 e clicar em “Salvar”.

Apps de status e monitoramento de contatos com COVID-19

Para nos ajudar a entender se a finalidade do app é fazer o monitoramento de contatos ou exibir o status do teste de COVID-19, selecione todas as afirmações aplicáveis abaixo.

☐ Meu app tem a finalidade de monitorar contatos com COVID-19 e está disponível publicamente.

Por exemplo, um app que rastreia ou monitora indivíduos infectados ou expostos para combate ou mitigação da COVID-19

☐ Meu app tem a finalidade de exibir o status do teste de COVID-19 e está disponível publicamente

Por exemplo, um app que verifica o status de vacinação, o status atual ou o histórico de infecção de um indivíduo para determinar a qualificação dele para viajar ou entrar em espaços públicos. [Saiba mais](#)

☒ Meu app não tem a finalidade de monitorar contatos ou de exibir o status do teste de COVID-19 nem está disponível publicamente

Figura 24: Recorte da tela do caminho “Apps de status e monitoramento de contatos com COVID-19”.

- Em “Segurança dos dados”, “Visão geral” estão descritas as definições, conforme figuras 25 e 26. Clicar em “Próximo”.

Segurança dos dados

Ajude os usuários a entender como o app coleta e compartilha dados. [Mostrar mais](#)

1 Visão geral — 2 Coleta de dados e segurança — 3 Tipos de dados — 4 Uso e tratamento de dados — 5 Visualização

Agradecemos por ajudar a manter o Google Play um espaço seguro e confiável para os usuários.

Neste questionário, vamos pedir informações sobre os dados do usuário coletados ou compartilhados pelo app. Essas informações vão aparecer na página “Detalhes do app” para ajudar os usuários a entender a privacidade, a segurança e as práticas de tratamento de dados do app antes de fazerem o download dele.

Antes de começar, leia as informações a seguir sobre as perguntas que serão feitas e as respostas que você precisará fornecer. As informações fornecidas serão revisadas pelo Google como parte do processo de revisão do app.

Definições

Na próxima tela, perguntaremos se o app coleta ou compartilha qualquer tipo de dados do usuário obrigatórios.

[Ver tipos de dados obrigatórios](#)

“Coletados” significa dados que foram transmitidos para fora do dispositivo do usuário, para você ou para terceiros. Alguns tipos de coleta de dados são isentos. [Ver isenções](#)

Processamento “efêmero” de dados significa acessar e usar esses dados enquanto eles estão armazenados apenas na memória e não são mantidos por mais tempo do que o necessário para atender à solicitação específica em tempo real. Você também precisa avisar quando os dados são coletados assim, mas essa informação não será exibida aos usuários na página “Detalhes do app”. [Saiba mais](#)

Figura 25: Recorte da tela do caminho “Segurança dos dados”, “Visão geral”.

Compartilhados significa dados que são transferidos a terceiros, tanto no próprio dispositivo do usuário quanto para fora dele. Alguns tipos de transferências de dados são isentos. [Ver isenções](#)

O que você precisa divulgar

Você precisa declarar:

- Todos os tipos de dados do usuário obrigatórios que são coletados e/ou compartilhados. [Saiba mais](#)
 - Todos os dados do usuário enviados para fora do dispositivo por bibliotecas ou SDKs usados no app, sejam essas informações transmitidas a você (desenvolvedor) ou a terceiros. [Saiba mais](#)
 - Todos os dados do usuário transferidos do seu servidor para terceiros ou para outro app de terceiros no mesmo dispositivo. [Saiba mais](#)
- Todos os dados do usuário coletados ou transferidos por um WebView que pode ser aberto no app, a não ser que os usuários naveguem na Web aberta. [Saiba mais](#)

Figura 26: Recorte da tela “O que você precisa divulgar”.

- Em “Coleta de dados e segurança”, selecionar “Não”, conforme figura 27 e clicar em “Próximo”.

Figura 27: Recorte da tela do caminho “Coleta de dados e segurança”.

- Em “Tipos de dados”, não será necessário selecionar qualquer “Tipos de dados”, conforme figura 28, então clicar em “Próximo”.

Figura 28: Recorte da tela do caminho “Tipos de dados”.

- Em “Uso e tratamento de dados”, não será necessário preencher, conforme figura 29, então clicar em “Próximo”.

Segurança dos dados

Ajude os usuários a entender como o app coleta e compartilha dados. [Mostrar mais](#)

✓ Visão geral — ✓ Coleta de dados e segurança — ✓ Tipos de dados — 4 **Uso e tratamento de dados** — 5 Visualização

Uso e tratamento de dados

Ao lado de cada tipo de dados do usuário coletado ou compartilhado pelo app, selecione "Iniciar" para responder às perguntas sobre o uso ou tratamento deles.

Para mudar os tipos de dados do usuário selecionados, volte à etapa anterior.

Figura 29: Recorte da tela do caminho “Segurança dos dados”, “Tipos de dados”.

- Em “Visualização”, tem-se um resumo do que foi preenchido, conforme figura 30 clicar em “Enviar” e “Salvar”.

Segurança dos dados

Ajude os usuários a entender como o app coleta e compartilha dados. [Mostrar mais](#)

✓ Visão geral — ✓ Coleta de dados e segurança — ✓ Tipos de dados — ✓ Uso e tratamento de dados — 5 **Visualização**

Prévia da página "Detalhes do app"

As seguintes informações vão aparecer para os usuários no Google Play, de acordo com os dados que você enviou.

Dados compartilhados

Dados que podem ser compartilhados com outras empresas ou organizações

📍 Local

Local aproximado · [Mostrar detalhes](#) ▾

📊 Informações e desempenho do app

Registros de falhas, Diagnóstico · [Mostrar detalhes](#) ▾

📄 Identificadores do dispositivo e outros

Identificadores do dispositivo e outros · [Mostrar detalhes](#) ▾

Figura 31: Recorte da tela do caminho “Segurança dos dados”, “Uso e tratamento de dados”.

- Retornar em “Painel” e selecionar “Apps governamentais”, conforme figura 32, selecionar “Não” e clicar em “Salvar”.

Apps governamentais

⚠️ Até o preenchimento desta seção, vamos presumir que o app não é governamental

O app é desenvolvido por um governo ou em nome dele? Por exemplo, um app nacional de saúde, estacionamento urbano ou licenciamento estadual.

☐ Sim

☒ Não

Figura 32: Recorte da tela do caminho “Apps governamentais”.

- Retornar em “Painel”, selecionar “Selecionar uma categoria do App e fornecer detalhes de contato”. Caso necessário, gerenciar traduções. Selecionar “App”, “categoria” Educação”,

“Gerenciar Tags” relacionadas à educação. Apenas campos com (*) são obrigatórios, mas, é importante detalhar. Retirar a seleção quanto ao anúncio fora do Google Play, pois o App não será divulgado fora da Play Store, conforme figuras 33, 34 e 35. Clicar em “Salvar”.

Versão principal da página "Detalhes do app"

Edite o nome, o ícone, as capturas de tela e mais informações do app para definir como ele é exibido aos usuários do Google Play. [Mostrar mais](#)

Padrão – Português (Brasil) – pt-BR Gerenciar traduções ▼

* – Campos obrigatórios. Insira todos os campos em Português (Brasil) – pt-BR

Configurações da loja

Gerencie como seu app será organizado no Google Play e como os usuários poderão entrar em contato com você

*Campos obrigatórios

Categoria do app

Escolha o tipo, a categoria e as tags que melhor descrevem o conteúdo ou a função principal do seu app. Essas informações ajudam os usuários a encontrar os apps no Google Play.

App ou jogo * App ▼

Categoria *

- Arte e design
- Automóveis e veículos
- Beleza
- Bibliotecas e demos
- Casa e lar
- Clima
- Comer e beber
- Compras
- Comunicação
- Criar os filhos
- Educação**

Tags

Detalhes de contato da página

Esta informação é exibida aos usuários no Google Play

Endereço de e-mail *

Tags Gerenciar tags

Figura 33: Recorte da tela do caminho “Configuração da loja”, “Categoria do app”.

Detalhes de contato da página "Detalhes do app"

Esta informação é exibida aos usuários no Google Play

Endereço de e-mail *

Número de telefone

Site

Figura 34: Recorte da tela do caminho “Detalhes de contato” da página “Detalhes do app”.

Marketing externo

Desative o marketing externo se não quiser que seu app seja anunciado fora do Google Play

Marketing externo ☒ Anunciar meu app fora do Google Play
As alterações podem levar 60 dias para ser aplicadas

Figura 35: Recorte da tela do caminho “Marketing externo”.

- Retornar em “Painel”, selecionar Configurar a página “Detalhes do App” e preencher conforme dados do App. Em “Elementos gráficos”, enviar ícone, imagens do banner, imagens do App em funcionamento (do dispositivo) salvas no computador, conforme figuras 36, 37 e 38 e clicar em “Salvar”.

Versão principal da página "Detalhes do app"

Edite o nome, o ícone, as capturas de tela e mais informações do app para definir como ele é exibido aos usuários do Google Play. [Mostrar mais](#)

Padrão – Português (Brasil) – pt-BR [Gerenciar traduções](#) ▼

* – Campos obrigatórios. Insira todos os campos em Português (Brasil) – pt-BR

Detalhes do app

Confira a [Política de metadados](#) e as [orientações da Central de Ajuda](#) para evitar problemas comuns com a página "Detalhes do app". Leia todas as [políticas do programa](#) antes de enviar o app.

Caso você se qualifique para [enviar avisos com antecedência](#) à equipe de revisão de apps do Google Play, entre em contato antes de publicar a página "Detalhes do app".

Nome do app * 28 / 30
É assim que seu app aparecerá no Google Play

Breve descrição * 0 / 80
É uma breve descrição do seu app. Os usuários podem expandir esse recurso para visualizar a descrição completa.

Descrição completa * 0 / 4000

Figura 36: Recorte da tela do caminho “Detalhes do app”.

Elementos gráficos

Gerencie o ícone, as capturas de tela e os vídeos para promover o app no Google Play. Consulte as [diretrizes de conteúdo](#) antes de fazer upload de novos elementos gráficos. Se você adicionar traduções da página "Detalhes do app" sem elementos gráficos localizados, usaremos os do idioma padrão.

Ícone do aplicativo *



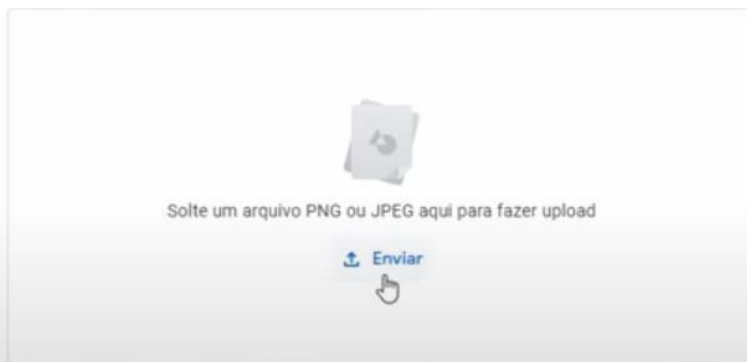
Solte um arquivo PNG ou JPEG aqui para fazer upload

 Enviar

O ícone do app precisa ser um PNG ou JPEG transparente de até 1 MB e 512 x 512 px, além de obedecer às [especificações de design](#) e à [política de metadados](#)

Figura 37: Recorte da tela do caminho “Elementos gráficos”.

Recurso gráfico *



Solte um arquivo PNG ou JPEG aqui para fazer upload

 Enviar

O recurso gráfico precisa ser uma imagem PNG ou JPEG de até 15 MB e 1024px x 500px

Vídeo

Insira um URL do YouTube para adicionar um vídeo. O vídeo precisa ser público ou não listado, estar no modo paisagem, não ter restrição de idade e estar com os anúncios desativados.

Figura 38: Recorte da tela do caminho “Recurso gráfico”.

- Retornar em “Painel”, selecionar “Começar a testar agora” e clicar em “Visualizar e confirmar a versão”. Caso haja erros, alertas e mensagens, verificar a pendência e preencher conforme solicitado. Quanto a ID de publicidade, selecionar “Não”, conforme figuras 39, 40, 41 e 42, e clicar em “Salvar”.

Começar a testar agora



Figura 39: Recorte da tela do caminho “Começar a testar agora”.

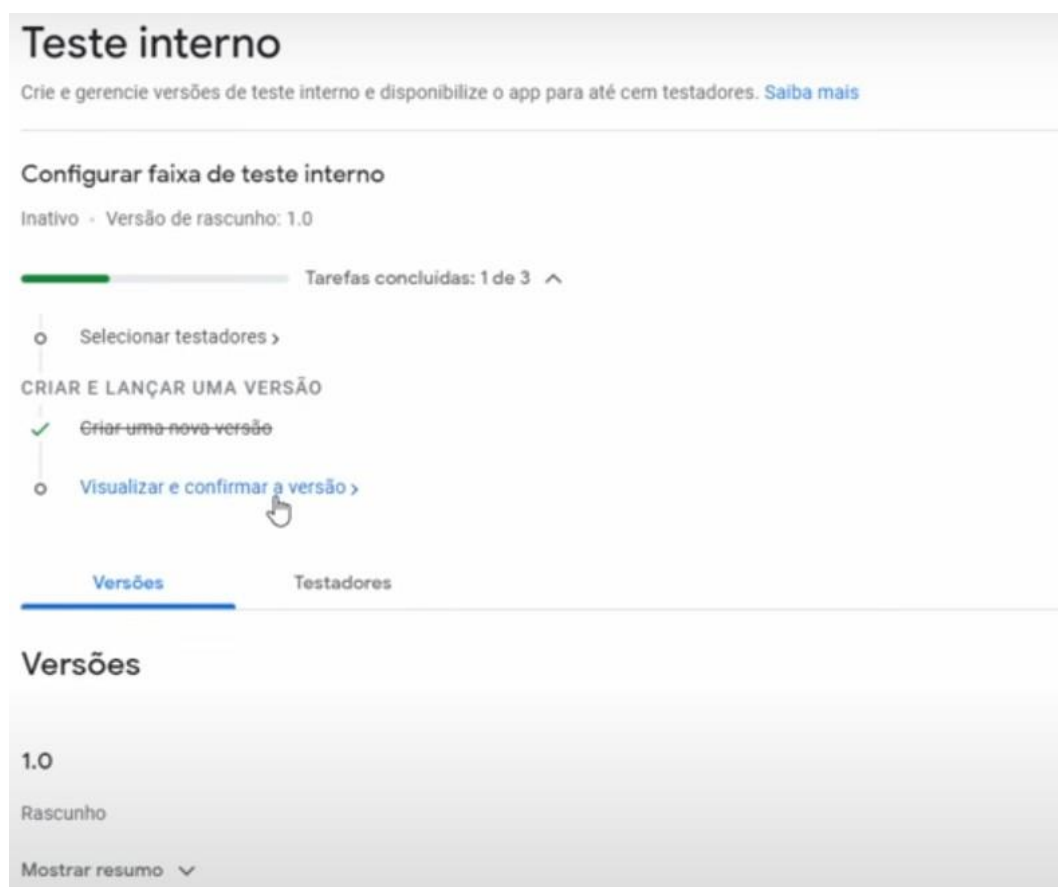


Figura 40: Recorte da tela do caminho “Teste interno”, “Visualizar e confirmar a versão”.



Figura 41: Recorte da tela do caminho “Criar versão de teste interno”, “Erros, alertas e mensagens”.

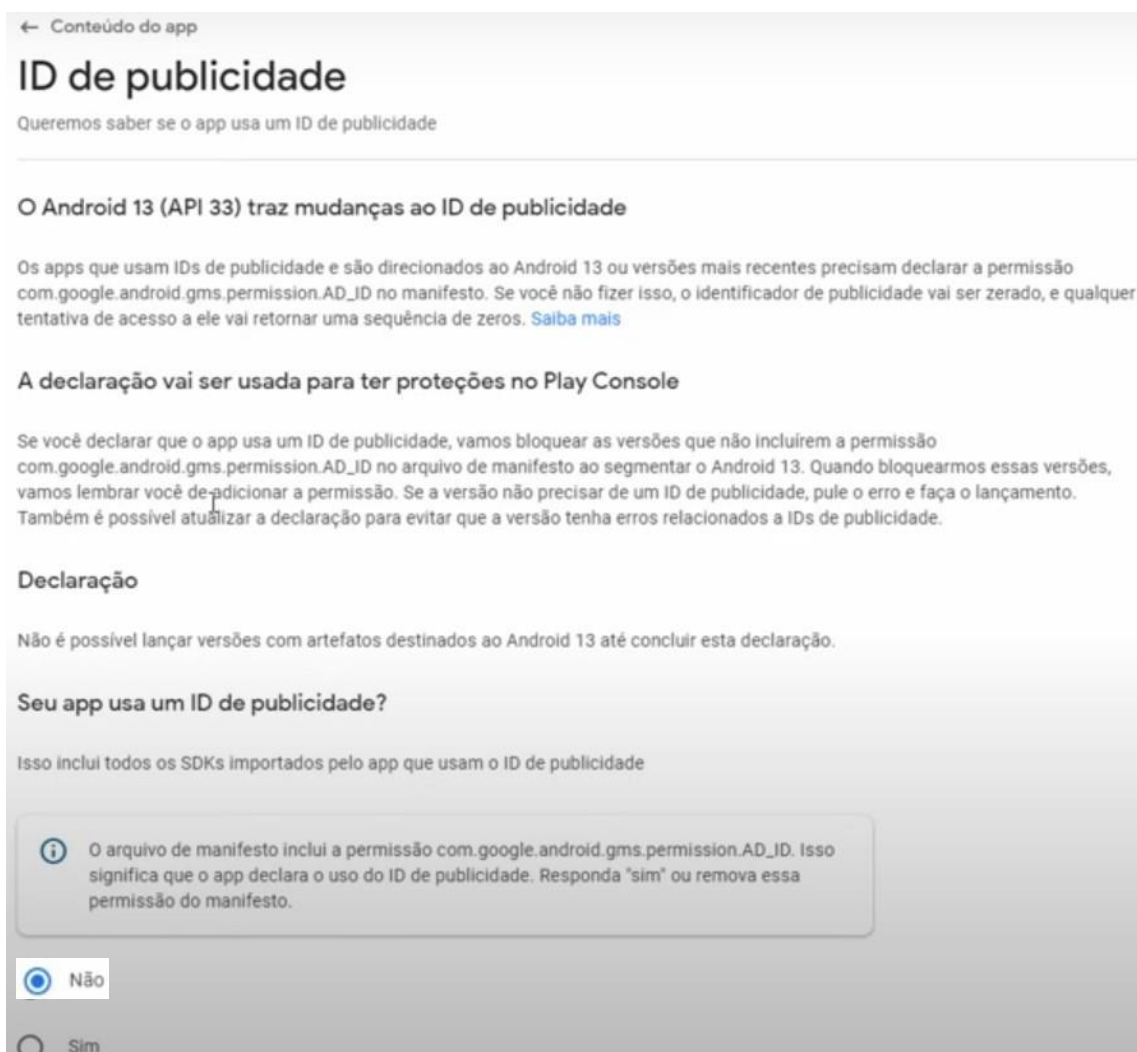


Figura 42: Recorte da tela do caminho “ID de Publicidade”.

- A tela de “Conteúdo do app” apresentará um resumo de tudo o que foi enviado/finalizado, conforme figura 43.

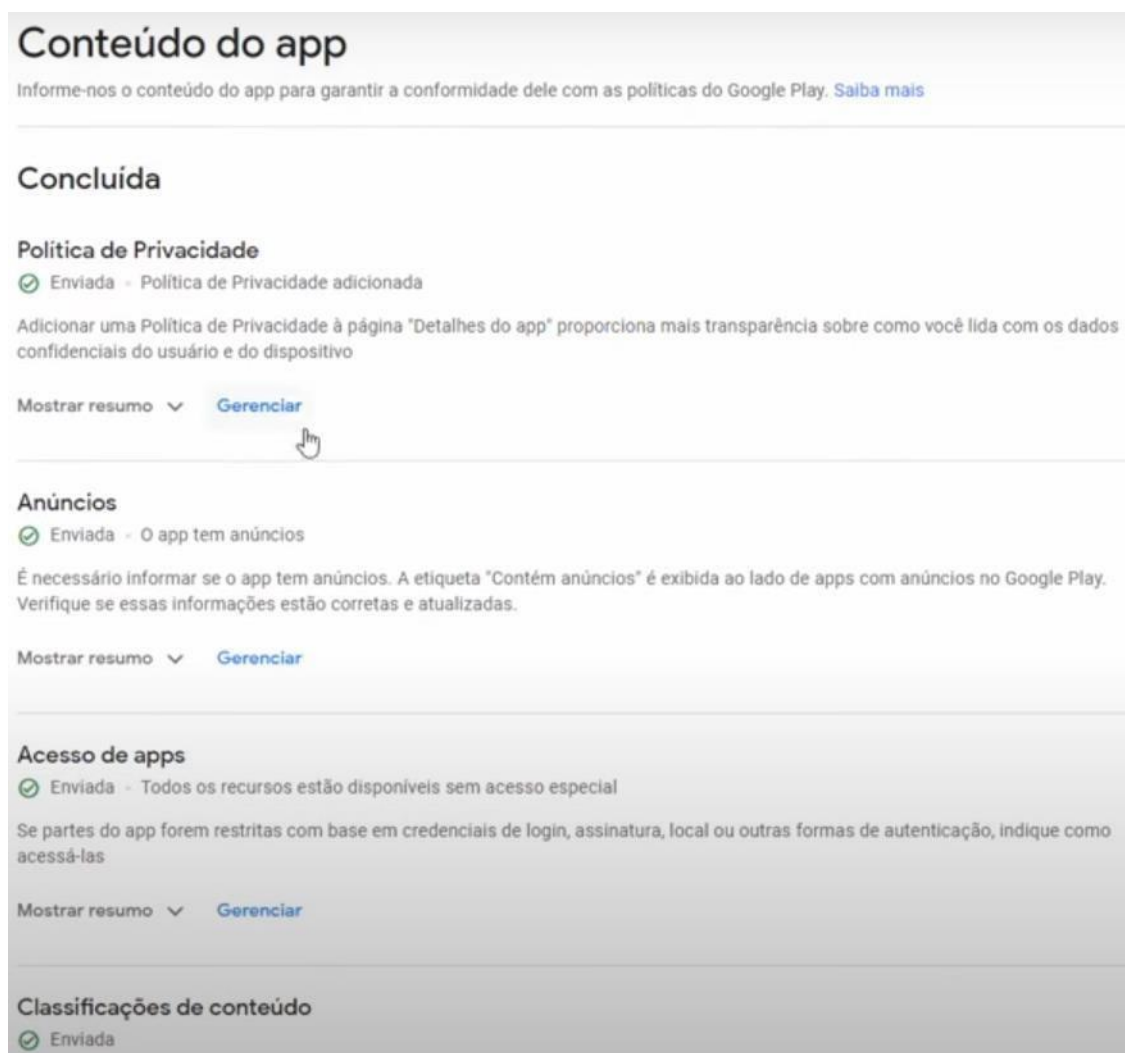


Figura 43: Recorte da tela do caminho “Conteúdo do app”.

- Retornar em “Painel”, “Começar a testar agora”, selecionar “Visualizar e confirmar a versão” e clicar em “Visualizar e confirmar a versão” em “teste interno”. Não havendo mais erros, o App poderá ser lançado, conforme figuras 44 e 45.

Começar a testar agora

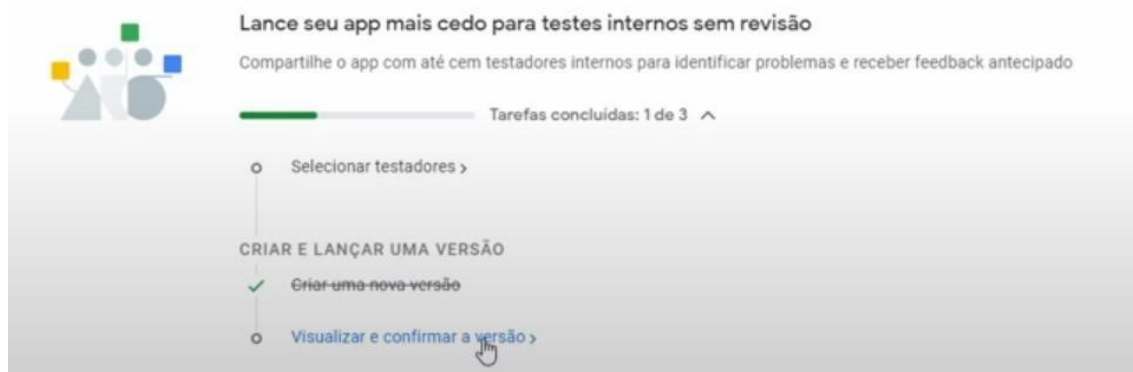


Figura 44: Recorte da tela do caminho “Começar a testar agora”, “Visualizar e confirmar a versão”.

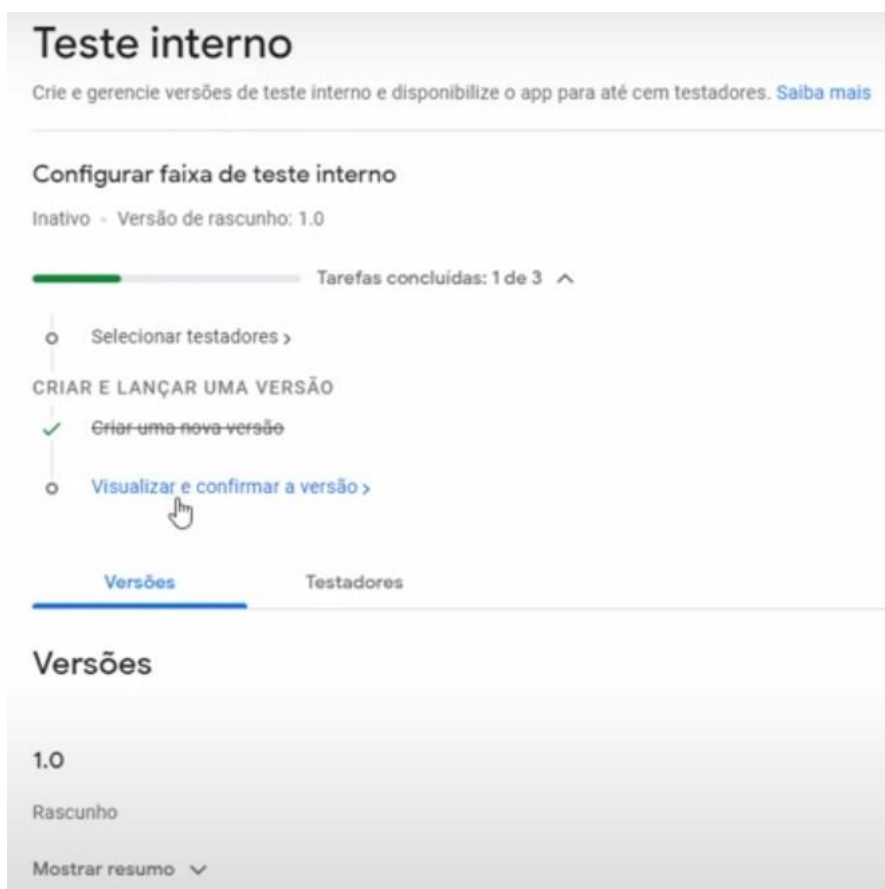


Figura 45: Recorte da tela do caminho “Teste interno”, “Visualizar e confirmar a versão”.

- Não havendo mais erros, clicar em “Iniciar lançamento para Teste Interno” e “Lançar”, conforme figura 46.

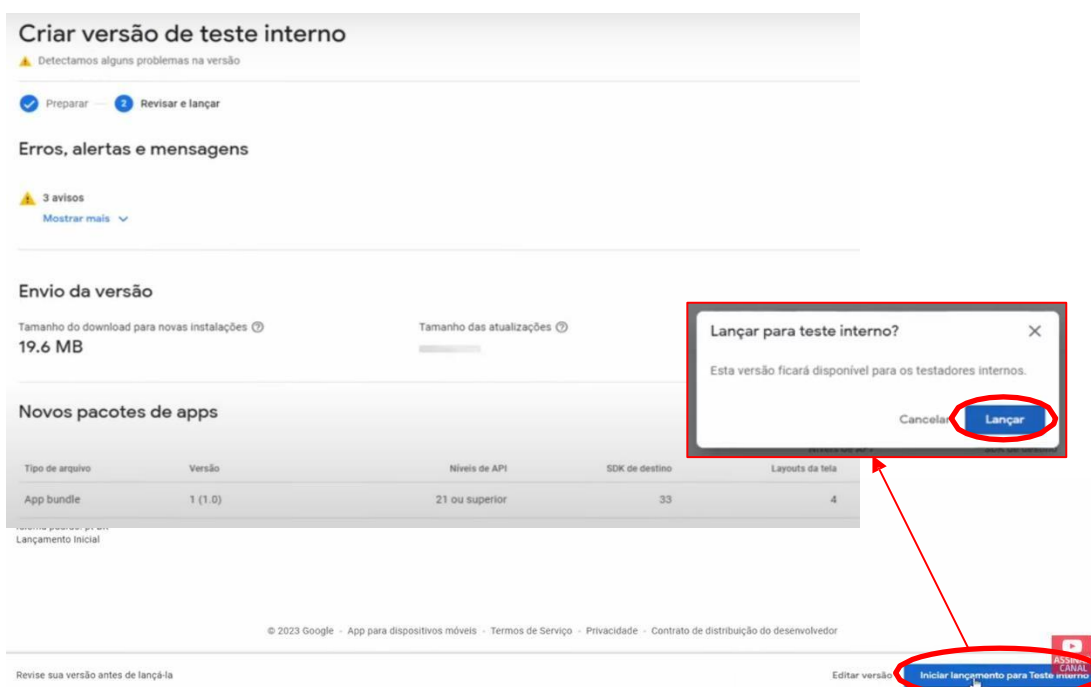


Figura 46: Recorte da tela do caminho “Criar versão de teste interno”, “Iniciar lançamento para Teste Interno”, “Lançar”.

- Enviar o lançamento do App para os testadores e pode-se escolher de que forma os testadores irão participar. Seleccionar “Teste”, conforme figura 47 e clicar em “Salvar”. O App, então, estará na versão de teste interno.

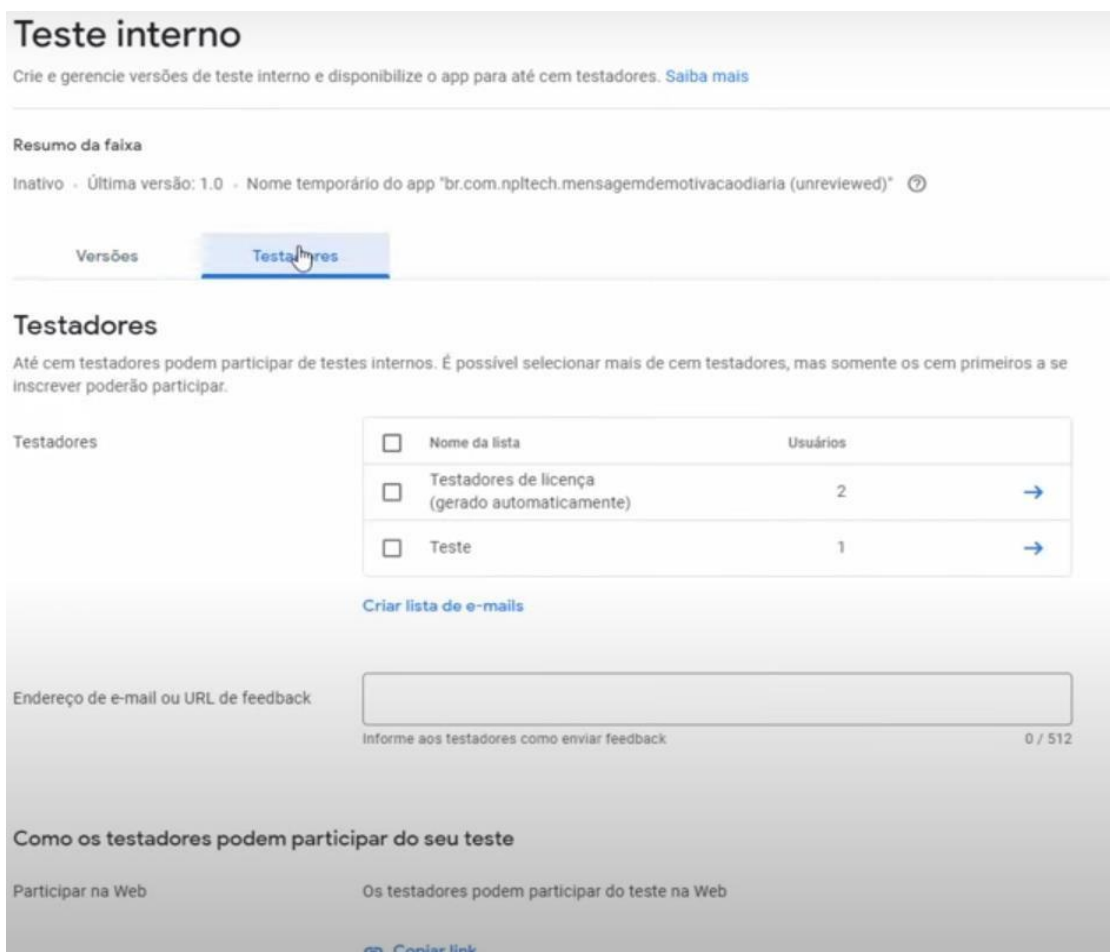


Figura 47: Recorte da tela do caminho “Teste interno”, “Testadores”.

- Uma vez testado, ir em “Teste interno”, “Promover versão” e “Produção”, conforme figura 48. O App segue para a fase de análise na Google Play Store. Após aprovação, o App estará publicado na Play Store.

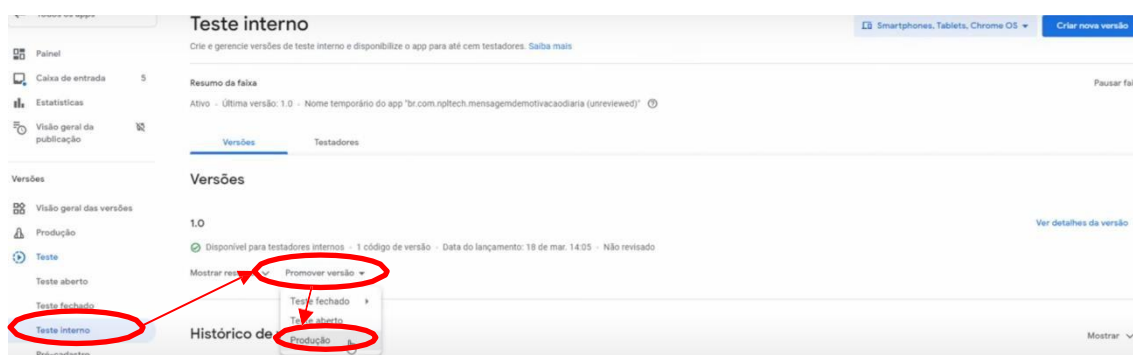


Figura 48: Recorte da tela do caminho “Criar versão de teste interno”, “Iniciar lançamento para Teste Interno”, “Lançar”.